

Júlia Teixeira Lahm Dametto

**HORTAS URBANAS - A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA E
CIDADE - O CASO DA HORTA DO PACUCA -
FLORIANÓPOLIS/SC**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de mestre em Arquitetura e
Urbanismo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Soraya Nór

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lahm Dametto, Júlia Teixeira
Hortas Urbanas : A Relação entre Natureza e
Cidade - O caso da Horta do Pacuca -
Florianópolis/SC / Júlia Teixeira Lahm Dametto ;
orientador, Soraya Nórr, 2018.
200 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Agricultura
Urbana. 3. Hortas Urbanas. 4. Natureza na Cidade.
5. Campeche. I. Nórr, Soraya . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Júlia Teixeira Lahm Dametto

**HORTAS URBANAS - A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA E
CIDADE - O CASO DA HORTA DO PACUCA -
FLORIANÓPOLIS/SC**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de
“Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Florianópolis, 11 de dezembro de 2018.

Prof. Dr. Fernando Simon Westphal
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Soraya Nór
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Sérgio Torres Moraes
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Maria Campanella de Siervi
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Dedico esta pesquisa a todos que acreditam que juntos podemos construir um mundo melhor, mais justo, sustentável e humanizado. A todos que acreditam e lutam pelo bem comum de todos os seres. A todos que veem nessa utopia, o caminho para seguir em frente, trabalhando, construindo, cooperando e plantando. A todos os agricultores, urbanos e rurais, que se dedicam e cuidam da terra para que não falte alimento de qualidade nas nossas mesas todos os dias. Aos que seguem plantando e compartilhando amor, conhecimentos, saberes e sonhos diariamente.
Seguimos juntos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a tudo e todos que de alguma forma contribuíram para que esta pesquisa pudesse ser realizada e concluída.

Aos meus pais e familiares que nunca deixaram de me apoiar de todas as maneiras possíveis.

Ao meu companheiro e a minha filha, que estiveram junto comigo o tempo todo.

Aos meus amigos e irmãs da ilha ou não.

A minha querida orientadora, Prof. Dra. Soraya, pela paciência, dedicação e por todos os ensinamentos que me passou com tanto carinho.

Aos agricultores urbanos que possibilitaram que esta pesquisa fosse desenvolvida.

À CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou que a pesquisa fosse realizada.

À UFSC e ao Pós-Arq., universidade e programa que me acolheram e por meio dos quais pude aprender e aperfeiçoar meus conhecimentos durante esses anos de estudo.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado foi construída a partir do estudo de uma das práticas da agricultura urbana, as hortas urbanas. Com o objetivo principal de analisar como a implantação das hortas urbanas atua na integração da natureza na cidade, uma vez que esta se encontra cada vez mais urbanizada e distante do ambiente natural. Para isso, foi estudada e analisada a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca (Parque Cultural do Campeche), localizada no bairro Campeche em Florianópolis, Santa Catarina. O referencial teórico discute o conceito de agricultura urbana como panorama geral, a inserção da natureza na cidade, agroecologia, segurança alimentar, economia solidária e políticas públicas relacionadas ao tema, assuntos considerados chave para compreensão do estudo. A partir da metodologia da pesquisa-ação, desenvolve-se o estudo de caso, apresentando como a horta funciona e se relaciona com a cidade através da percepção dos envolvidos. A criação de um único Discurso do Sujeito Coletivo se dá levando em consideração todas as pessoas consultadas, o que mostra que a ferramenta “horta” pode ser um elemento fundamental na criação de espaços mais democráticos, cidadãos mais críticos e engajados com a melhoria do ambiente, da saúde e politicamente ativos na busca de melhorias para si e para os outros. Averiguamos então que a natureza pode estar integrada aos centros urbanos, e, mais do que isso, ela se faz necessária para a sobrevivência e manutenção destes espaços.

Palavras-chave: Agricultura Urbana, Campeche, Hortas Urbanas; Natureza na cidade.

ABSTRACT

This master's research was built from the study of one of the practices of urban agriculture, the urban gardens. With the main objective of analyzing how the implantation of the urban gardens works in the integration of the nature in the city, since this one is more and more urbanized and distant of the natural environment. For this, the Pedagogical and Community Garden of the Pacuca (Campeche Cultural Park), located in the Campeche neighborhood of Florianopolis, Santa Catarina was studied and analyzed. The theoretical framework discusses the concept of urban agriculture as a general panorama, the insertion of nature in the city, agro ecology, food security, solidarity economy and public policies related to the theme, subjects considered key to understanding the study. From the methodology of action research, the case study is developed, showing how the garden works and relates to the city through the perception of those involved. The creation of a single Collective Subject Discourse takes into consideration all the people consulted, which shows that the "garden" tool can be a fundamental element in the creation of more democratic spaces, more critical citizens and engaged in the improvement of the environment , health and politically active in the search for improvements for themselves and for others. We then find that nature can be integrated with urban centers, and, more than that, it is necessary for the survival and maintenance of these spaces.

Keywords: Urban Agriculture, Campeche, Urban Gardens; Nature in the city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa mental das abordagens que englobam a agricultura urbana.....	26
Figura 2: Documentário aborda a agricultura urbana em Cuba.....	59
Figura 3: Agricultura urbana em Cuba.....	61
Figura 4: Agricultura urbana em Rosário, Argentina, parque horta.	63
Figura 5: Agricultura urbana em Rosário, Argentina, mapa das principais iniciativas.....	64
Figura 6: Horta Urbana Sete Lagoas, área metropolitana de BH.	68
Figura 7: Horta das Corujas na Vila Madalena. São Paulo.	70
Figura 8: Horta do Ciclista, Avenida Paulista, São Paulo.	70
Figura 9: Horta do CCSP, São Paulo.	71
Figura 10: Horta da FMUSP, São Paulo.	72
Figura 11: Horta da Tia Bela, São Paulo.....	73
Figura 12: Cartaz elaborado no I ENAU. Rio de Janeiro, 2015.	77
Figura 13: Cartaz do I EEAU. Florianópolis, setembro de 2015.	79
Figura 14: Cartaz do I EMAU. Florianópolis, agosto de 2015.....	80
Figura 15: Cartaz do II EMAU. Florianópolis, junho de 2016.....	84
Figura 16: Encontro Rede Semear de Agricultura de Florianópolis, na Horta Pedagógica e Comunitária da Pacuca, agosto de 2018.....	85
Figura 17: Cartaz do III EMAU. Florianópolis, novembro de 2017. ...	86
Figura 18: Cartaz do IV Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis, 2018.....	91
Figura 19: Vista aérea da Ilha de Santa Catarina, com destaque para a Planície do Campeche, onde está situado o local do estudo de caso.	96
Figura 20: Tabela de crescimento da população da cidade de Florianópolis e do bairro Campeche. (1960-2000).....	98
Figura 21: Localização nacional e estadual e do local de estudo.	99
Figura 22: Vista geral da planície do Campeche, com a Av. Pequeno Príncipe no centro e o campo de aviação à direita.	100
Figura 23: Divisão das áreas no Campo de Aviação do Campeche. ...	102
Figura 24: Abraço simbólico realizado no Pacuca. Agosto de 2018...	104
Figura 25: Chamada para evento no Pacuca. 30/06/2018.	104
Figura 26: Chamada do evento ocorrido no dia 11/08/2018 no Pacuca.	105
Figura 27: Reunião do coletivo na Quinta do Campeche.....	107
Figura 28: Quinta do Campeche.....	107
Figura 29: Logo do Coletivo Quintais de Floripa.	108
Figura 30: Localização da área do Pacuca em Florianópolis.	110

Figura 31: Localização da área onde encontra-se a Horta Comunitária da Pacuca no bairro Campeche e as principais conexões do entorno.	111
Figura 32: Implantação e acesso à Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.	113
Figura 33: Vista do acesso principal da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.	114
Figura 34: Bombonas onde a comunidade deixa seus resíduos orgânicos para compostagem comunitária, na entrada da Horta do Pacuca.	114
Figura 35: Vista das leiras de compostagem e parte do estacionamento da horta.	115
Figura 36: Plantio de aipim, milho, abóbora e feijão na horta do Pacuca.	115
Figura 37: Vista a partir do portão para dentro da horta.	116
Figura 38: Local de reuniões e onde ficam as ferramentas de manejo da horta.	116
Figura 39: Pracinha onde ocorre a feira de excedentes da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.	117
Figura 40: Local onde foi implantada Horta do Pacuca costumava ser depósito de lixo a céu aberto (2015).	118
Figura 41: Entulho e lixo acumulado na área do Pacuca, no bairro Campeche. (2015).	118
Figura 42: Início da ocupação da horta do Pacuca, antes da sua inauguração, com posto de saúde ao fundo e leira e bombonas de compostagem em primeiro plano.	119
Figura 43: Manejo da leira de compostagem na Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.	121
Figura 44: Imagem ilustrando a técnica Hugelkultur utilizada nos canteiros elevados da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca. ...	123
Figura 45: Início da construção do maior canteiro da horta em formato de avião.	123
Figura 46: Desenho do projeto piloto dos canteiros elevados em forma de avião na horta.	124
Figura 47: Voluntários iniciando os primeiros canteiros elevados da horta. Março 2016.	125
Figura 48: Vista geral do canteiro em forma de avião já pronto (2016).	125
Figura 49: Canteiro com mudas recém-plantadas em consórcio em 2016.	126
Figura 50: Canteiro produzindo. Alface, mamão, manjeriço, couve. Setembro de 2018.	126

Figura 51: Espiral de Ervas da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.	127
Figura 52: Canteiro em forma de Rosa dos ventos na horta do Pacuca.	128
Figura 53: Pequenos canteiros de chás e ervas e de morango foram feitos diretamente no chão.....	128
Figura 54: Local coberto da horta, onde são realizadas reuniões dos voluntários, oficinas, palestras e onde são guardadas ferramentas, entre outros.....	129
Figura 55: Cartaz da oficina de PANC's realizada em 02/02//2017 na horta.	130
Figura 56: Cartaz da Oficina de Sais Aromatizados realizada na horta em 01/07/2017.....	130
Figura 57: Cartaz da oficina de Plantas Medicinais realizada dia 20/052017 na horta.....	131
Figura 58: Localização de alguns de referência e pontos de distribuição da produção da horta.	133
Figura 59: Voluntários da horta levando os alimentos para distribuição. Maio de 2018.....	134
Figura 60: Cartaz de divulgação da feira da horta do Pacuca. Agosto de 2018.....	135
Figura 61: Feira gratuita da horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca. Maio de 2018.....	135
Figura 62: Sementeira e berçário de mudas da horta.	136
Figura 63: Placa localizada na entrada da horta com orientações e horário de funcionamento.....	139
Figura 64: Placas colocadas nos canteiros para que as pessoas não colham antes da hora.	140
Figura 65: Visitação de escola infantil na horta. Outubro de 2018.	140
Figura 66: Visitação de escola infantil na horta. Outubro de 2018.	141
Figura 67: Entorno imediato da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca e suas relações.....	143
Figura 68: Placa localizada próxima ao acesso principal da horta do Pacuca.	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI - Área Comunitária Institucional
AMOCAM – Associação de Moradores do Campeche
AMOJAC Associação dos Moradores do Jardim Castanheiras
ASC – Associação de Surf do Campeche
AVL - Área Verde de Lazer
CADES - Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz
CAAUPs - Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
CCF - Programa Cidade Cultivando para o Futuro
CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo
CEPAR - Centro de Estudos para a Produção Agroecológica
CEVAE - Centro de Vivência Agroecológico
COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital
CNAU - Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSANS - Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional
EEAU - Encontro Estadual de Agricultura Urbana
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
ENAU - Encontro Nacional de Agricultura Urbana
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETC - Foundation Urban Agriculture Unit
FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente
FMUSP - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
GNAU - Grupo Nacional de Agricultura Urbana
IDRC - Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento
IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LIFE - Local Initiative Facility for Urban Environment
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome
PACUCA - Parque Cultural do Campeche.
PNAUP - Programa Nacional de Agricultura Urbana e Peri Urbana
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSAU - Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos
PROAURP – Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
REDE – ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RUAF - Rede Internacional de Centro de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SGUA - Grupo Internacional de Agricultura Urbana

SMPMA Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura
SMS - Secretaria Municipal de Saúde

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	23
1.2	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	27
1.3	QUESTÕES DA PESQUISA	31
1.4	OBJETIVOS	31
1.4.1	Objetivo Geral.....	31
1.4.2	Objetivos Específicos.....	31
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
1.5.1	Pesquisa-Ação.....	33
1.5.2	Questionário com os Participantes	37
1.5.3	Análise dos dados e resultados - DSC.....	38
1.5.4	Discurso do sujeito coletivo.....	38
2	REFERENCIAL TEÓRICO	41
2.1	PROBLEMÁTICA AMBIENTAL URBANA	41
2.2	POTENCIAL DA AGRICULTURA URBANA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES	46
2.3	AGRICULTURA URBANA	47
2.4	PRÁTICAS RELACIONADAS À AGRICULTURA URBANA.....	52
2.4.1	Agroecologia.....	52
2.4.2	Economia Solidária.....	54
2.4.3	Segurança Alimentar e Nutricional	56
2.5	EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA.....	58
2.5.1	Cuba – um caso de resiliência urbana	58
2.5.2	Rosário (Arg.) - impulsionada pela crise	61
2.5.3	Belo Horizonte e as primeiras políticas públicas brasileiras.....	64
2.5.4	São Paulo e os hortelões urbanos	68

2.6	POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA URBANA ...	74
2.7	SÍNTESE DOS APRENDIZADOS TEÓRICOS	92
3	ESTUDO DE CASO: HORTA PEDAGÓGICA E COMUNITÁRIA DO PACUCA	95
3.1	FLORIANÓPOLIS – ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	95
3.2	BAIRRO CAMPECHE.....	98
3.3	O CAMPO DE AVIAÇÃO E O PACUCA	100
3.4	RETOMADA DA AGRICULTURA URBANA EM FLORIANÓPOLIS	105
3.5	HORTA PEDAGÓGICA E COMUNITÁRIA DO PACUCA	109
3.6	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	146
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICE.....	169
	ANEXOS	175
	ANEXO A - CARTA DO II ENCONTRO MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA - 2016.....	175
	ANEXO B – PROGRAMA MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA.....	179
	ANEXO C - POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE FLORIANÓPOLIS (PMAPO).....	185
	ANEXO D - PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA.....	194
	ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO	197
	ANEXO F – GLOSSÁRIO AGRICULTURA URBANA.....	198

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Imagine estar na sua casa ou apartamento em pleno centro urbano e poder colher uma hortaliça fresca em uma horta próxima à sua casa, ou até mesmo em seu próprio quintal ou na sua varanda. Imagine poder trocar mudas e sementes de ervas medicinais, ou até mesmo de seus vegetais prediletos com seus vizinhos de porta e descobrir qual erva é boa para dor de cabeça, ou para melhorar seu sono. Imagine ter uma horta coletiva na sua rua, no lugar daquele terreno ocioso onde se acumulava lixo, onde você possa conhecer e interagir com seus vizinhos, se conectar com a natureza, cuidar da sua saúde tendo uma alimentação mais saudável e ainda compostar seu resíduo orgânico, deixando de enviá-lo para algum aterro sanitário a muitos quilômetros de distância, além de poder usufruir do seu próprio composto orgânico e utilizá-lo para plantar novamente aquelas mudas que você trocou com sua nova vizinha (COUTINHO, 2010).

Podem parecer utopia, mas atualmente nos centros urbanos estas cenas já são comuns. A agricultura está sendo praticada nas cidades e vem ganhando cada vez mais adeptos. As pessoas estão, aos poucos, buscando retomar o contato com a terra, perdido ao longo destes tempos globalizados, nem que seja por meio de um vasinho de tempero na varanda. Em contrapartida, alguns locais das cidades estão cada dia mais cinzas e, nestes locais, os poucos espaços verdes que restam vêm sendo rapidamente absorvidos pelo mercado imobiliário na sua busca incessante de mais e mais lucro (COUTINHO; COSTA, 2011).

O espaço urbano é o espaço social fisicamente realizado ou objetivado (Bourdieu, 1997), um espaço diferenciado pela posição relativa dos agentes sociais e pela sua capacidade diferenciada de apropriação dos recursos nele constituídos (MENDONÇA; COSTA, 2013, p.2).

Sendo assim, são as pessoas que, apropriando-se dos recursos que constituem o local, o transformam em um espaço urbano.

Hoje em dia, em muitos locais, as ruas estão perdendo espaços de relações sociais, locais de trocas e diversidade. A globalização e a tecnologia, além da falta de tempo, fazem do espaço público, muitas vezes, um mero local de passagem e não mais de apreciação,

contemplanção e trocas, onde ocorrem cada vez menos interações sociais. Atualmente, é possível comunicar-se com uma pessoa do outro lado do mundo pela *internet*, mas não conhecer o próprio vizinho, devido a essa ausência de interação social. As trocas estão se perdendo e aos poucos os saberes ancestrais também. Em tempos tão globalizados como os que estamos vivendo, cada vez mais se torna importante o resgate de antigos conceitos de vizinhança, compartilhamento e de proximidade com o local em que se vive, de forma que esses conhecimentos, que muitas vezes não estão registrados em livros nem estão disponíveis no *Google*, não se percam e sejam completamente esquecidos pelas pessoas (ROSTICHELLI, 2013).

Esta dissertação foi construída a partir do estudo das hortas urbanas e com o intuito de pesquisar de que maneira a sua implantação pode transformar os locais onde estas se inserem, podendo modificar a dinâmica social de um bairro e da vida das pessoas que participam direta ou indiretamente do movimento, e, assim, de que forma este equipamento comunitário contribui para a reintegração da natureza na cidade. Para isso, foi estudada e analisada a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca¹ localizada no bairro Campeche na Ilha de Santa Catarina.

O interesse no tema surgiu do envolvimento direto da autora nas práticas de agricultura urbana, mais precisamente nas hortas urbanas comunitárias, principalmente do bairro Campeche, em Florianópolis. A prática, com o tempo, foi se intensificando e assim fomentou o interesse de pesquisar sobre o tema, que engloba muito mais do que plantar na cidade. Relações sociais, empoderamento², resiliência da cidade, autonomia, autogestão, segurança alimentar, economia solidária, agroecologia, reconhecimento e apropriação do espaço urbano e especulação imobiliária são alguns dos temas que envolvem esta prática e despertaram o interesse em aprofundar os estudos.

¹ PACUCA - Parque Cultural do Campeche.

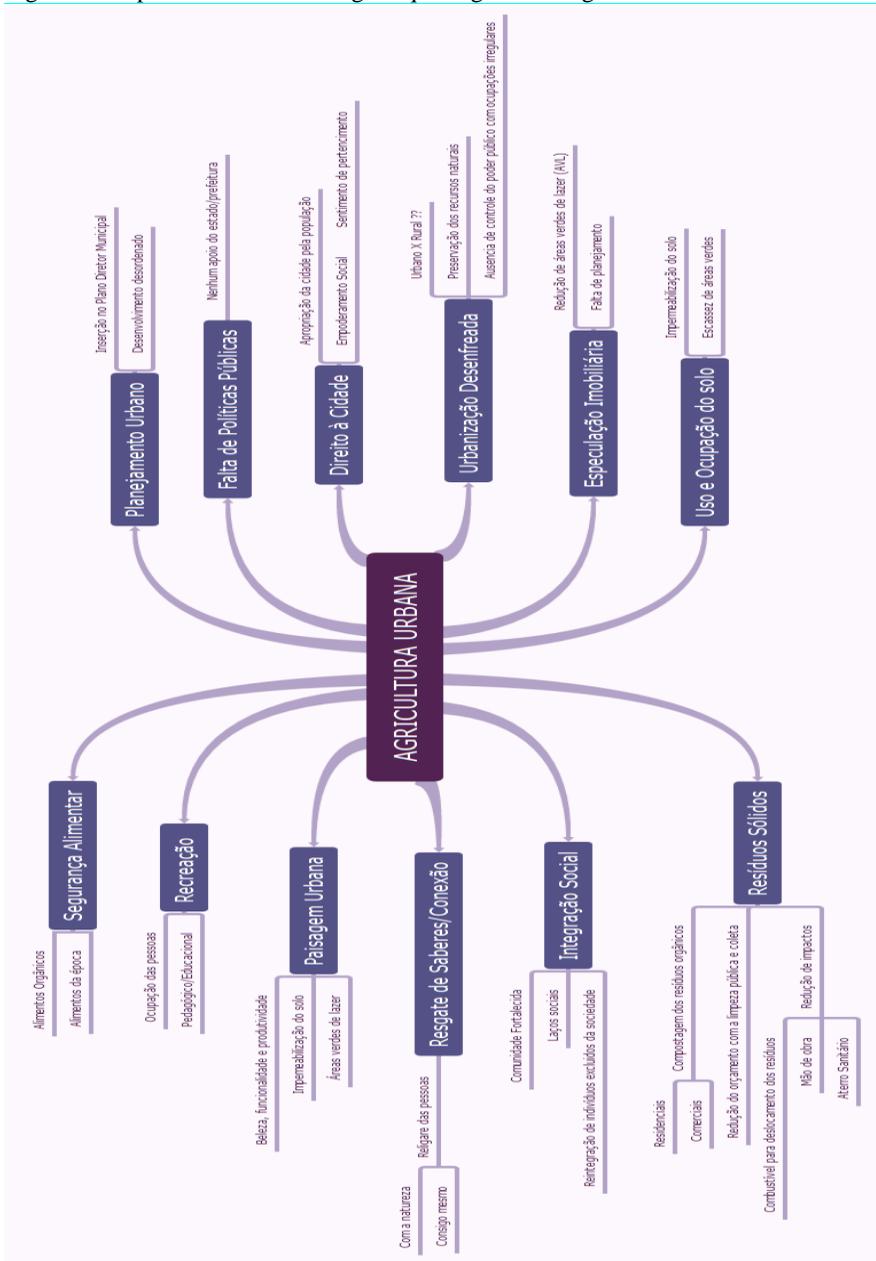
² No âmbito deste trabalho o termo empoderamento é apresentado a partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política. O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania (KLEBA; WENDAUSEN, p. 733, 2009).

As práticas da agricultura no ambiente urbano possibilitaram a discussão de diversos temas dos quais aqui elegemos, como fundamentos de pesquisa, a noção de natureza na cidade, o conceito de agricultura urbana, além do conceito de agroecologia, fundamental para a compreensão da dinâmica de produção sustentável de alimentos; assim como a economia solidária e segurança alimentar e nutricional.

Serão também apresentados, brevemente, alguns casos do que já está sendo proposto a respeito do tema no Brasil e no mundo, em locais onde a agricultura urbana acontece e agrega de forma positiva, como o caso de Havana (Cuba), Rosário (Argentina), Belo Horizonte e São Paulo, no Brasil. Além de uma breve discussão a respeito das políticas públicas relacionadas ao tema e a situação atual do município de Florianópolis neste âmbito.

O diagrama a seguir apresenta um resumo a respeito da abrangência da agricultura urbana relacionada à urbanização:

Figura 1: Mapa mental das abordagens que englobam a agricultura urbana.



Fonte: Elaboração da autora (2016).

A partir deste mapa mental, nota-se que os campos em que a agricultura urbana atua são realmente transdisciplinares e complexos, sendo assim, para compreender a complexidade da agricultura urbana é fundamental buscar conceitos em diferentes âmbitos sociais, econômicos, culturais e políticos.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Quando pensamos em agricultura, a associação quase instantânea que é feita com o meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre a produção de alimentos e o meio urbano. Entretanto, segundo Nagib (2016), a agricultura urbana não é uma atividade recente e, de alguma forma, sempre se expressou nas áreas urbanas. As hortas urbanas eram praticadas em diversas civilizações antigas como na China, em Machu Picchu (Peru), na Europa (principalmente no período entre guerras) e nas cidades inglesas com o incentivo do governo. Foi, principalmente, com o desenvolvimento dos meios de transporte, que a produção em geral, pôde se distanciar da cidade, de forma que longas distancias não eram mais o maior empecilho, fato que também influenciou a expansão territorial (NAGIB, 2016).

Já na atualidade, a agricultura urbana tem despertado interesse de diferentes esferas da sociedade, desde planejadores, políticos, estudantes e leigos, na medida em que, tem desempenhado papel muito relevante e eficiente onde se restabelece, mostrando-se bastante eficaz na alimentação das populações em algumas cidades e contribuindo assim para sua manutenção e sobrevivência (AQUINO; ASSIS, 2007).

Junto a isso, nos últimos anos, no mundo todo, aumentou consideravelmente a quantidade de pessoas vivendo em grandes centros urbanos. As relações sociais e as facilidades proporcionadas pelas cidades fazem que as pessoas optem por viver nestes centros. Porém, o processo de urbanização, em diversos casos, ocorre de forma desordenada. Segundo Aquino e Assis (2007) a urbanização não planejada apresenta-se como um dos principais problemas da humanidade. Dessa crescente urbanização, além do fornecimento de alimentos, resultam outros problemas como a falta de preservação ambiental e oferta de empregos.

Segundo Kabilio (2016, p.10), “Os maiores desafios das próximas décadas estarão certamente relacionados ao processo de urbanização, ao uso racional de recursos naturais, à recuperação de ambientes degradados e a vida integrada à natureza”. Este processo de urbanização desenfreada, sem planejamento, o aumento da pobreza e da desigualdade que se deu em muitos países com a expansão do capitalismo, pode levar uma parcela da população a deixar de ter acesso às condições mínimas de sobrevivência. Uma destas condições é o acesso a alimentos de qualidade e preço acessível. Neste contexto, surge a possibilidade da prática da agricultura urbana, que além de melhorar as condições do meio ambiente nas cidades, pode ser uma ferramenta de reconexão do ser urbano com a natureza, da qual muitos julgam, inconscientemente, não fazer parte (SPIRN, 1995).

No município de Florianópolis pode-se observar que cada vez mais a malha urbana está se densificando. Podemos verificar, nos últimos anos, altos índices de crescimento na cidade, com fluxos que têm origem na zona rural do estado de Santa Catarina, na migração massiva de outros centros urbanos do país, como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo e também de outros países como Argentina e Uruguai. Isso se deve, principalmente, em função de Florianópolis ser uma cidade que traz a possibilidade de uma vida próxima à natureza e, ao mesmo tempo, possuir serviços urbanos característicos de cidade grande (REIS, 2012).

Assim há uma diminuição dos espaços verdes, e conseqüentemente um aumento da poluição visual e atmosférica. Ao contrário do que se pode pensar, essa densificação, na maioria dos casos, reduz a integração social dos indivíduos, uma vez que estes estão se cercando de muros e grades, restando poucos espaços de comunhão e de organização participativa.

O município de Florianópolis é cenário, nos últimos 50 anos, de um forte processo de crescimento populacional e urbano, que, acompanhado por um também fortíssimo processo de especulação imobiliária, torna essa questão do acesso à terra para agricultura um problema complexo e com fortes implicações para o meio ambiente e para a vida na cidade (FERREIRA, 2018, p.221).

No meio urbano os consumidores estão cada vez mais afastados do processo de produção de seus bens e alimentos, e conseqüentemente mais afastados, também, dos ciclos naturais. Os cidadãos estão igualmente desconectados do manejo de seus próprios resíduos, desconhecendo seu destino e tratamento – quando este existe (HOUGH, 1995).

Segundo Aquino e Assis (2007, p.138) “Sistemas de produção agrícola, além de processos ecológicos, envolvem também processos sociais, sendo a agricultura o resultado da co-evolução de sistemas naturais e sociais”.

Dessa forma podemos notar que a agricultura, além de um processo natural, também se trata de um processo social, que, especificamente na cidade, envolve diversos atores.

A agricultura urbana traz elementos que podem nos ajudar a rever a ideia de que a cidade é o produto das técnicas, exclusivamente constituída de ambientes construídos. Nas cidades há, também, áreas verdes, parques e terrenos vagos aos quais são destinados vários usos, inclusive agrícola. Em algumas áreas produzem-se flores, alimentos e animais. São produtos tangíveis, inseridos no mercado local, possibilitando a inserção de produtores no mercado urbano, mesmo que informalmente (COUTINHO, 2010, p. 13).

Assim, vemos que as cidades podem sim ser locais apropriados para o cultivo de alimento, além do paisagismo, inclusive movimentando a economia local, incentivando o consumo de alimentos orgânicos e a preservação das áreas verdes.

Entretanto, ainda segundo Coutinho (2010, p.13) “diante das atividades econômicas que buscam assegurar à terra urbana um valor de troca dado pela sua localização, seu prestígio e possibilidade de maior remuneração, os produtores agrícolas urbanos estão em desvantagem”, o que nos leva a questionamentos de como inserir e assegurar o direito de acesso a locais para que essas práticas não se percam e para que sejam valorizadas pelo poder público.

Diante do que foi exposto, pode-se considerar que a agricultura urbana pode se revelar numa nova função da cidade. Função essa que tem necessidades, relações e potencialidades, muito além da produção de alimentos e que deva ser considerada no planejamento urbano,

atendendo à sua relação com os outros componentes do ambiente urbano, tais como os serviços, as áreas verdes, os espaços de recreio e lazer, os edifícios, a economia e a paisagem. Neste sentido, as políticas urbanas ao incentivarem a implementação da agricultura urbana passam a promover a sustentabilidade e a manutenção da natureza dentro da cidade (PINTO, 2007).

Para o cultivo de alimentos, a agricultura urbana pode ser vista como um importante componente da vida urbana do futuro, pois ao promover ações sustentáveis, no contexto do planejamento urbano, podem-se adotar estratégias que aperfeiçoem infraestruturas, minimizem deslocamentos e promovam as relações sociais e a constituição de sinergias, de grande relevância para a dinâmica das cidades.

O cultivo de alimentos em hortas urbanas comunitárias - que ainda, em diversos casos, mantêm-se anônimas e sem apoio, e, portanto, fora da esfera de planejamento das cidades - são práticas que favorecem a reintegração da natureza na cidade e a manutenção da vida, e assim contribuem para a preservação ambiental e melhoria das condições de vida nas áreas urbanas, e também para o diálogo com os gestores e técnicos que discutem, planejam e projetam a cidade (COUTINHO, 2010).

A bibliografia acerca do tema agricultura urbana, atualmente, é bastante vasta e a prática remete à história das cidades e ao início da urbanização. À medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, avançando e se aprofundando, ao mesmo tempo, o tema foi ganhando cada vez mais espaço na vida política e social da cidade de Florianópolis³.

No ano de 2015, foi criada a Rede de Agricultura Urbana (Rede Semear Floripa), promovida pela Secretaria Municipal da Saúde. Através da Rede, foi elaborado uma Carta de Princípios da Rede Semear Floripa (ANEXO 1), que resultou num Decreto Municipal⁴ (ANEXO 2). Dando seguimento a esse movimento, também foi aprovada recentemente a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO)⁵ de 2018. (ANEXO 3). Tema abordado com mais detalhes no capítulo 2 desta dissertação.

³ A capital de Santa Catarina é considerada uma das capitais mais saudáveis do país, segundo pesquisa Vigitel (2014), divulgada pelo Ministério da Saúde.

⁴ Decreto 17688/2017, de 05 de junho de 2017.

⁵ Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica. LEI N. 10392/2018, de 06 de junho de 2018.

Assim, aos poucos, e com a contribuição de diversas esferas da sociedade, estão sendo criados cada vez mais espaços onde a prática da agricultura urbana ganha destaque no município de Florianópolis. E diante desses fatos, a pesquisa foi tomando seu rumo e se moldando aos acontecimentos, muito significativos e que estão se modificando rapidamente.

1.3 QUESTÕES DA PESQUISA

Diante do exposto, a questão central da pesquisa é compreender como as hortas urbanas podem transformar o contexto ambiental e social da cidade.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender de que maneira a implantação de hortas urbanas pode transformar o local onde estas se inserem, tanto modificando a dinâmica social de um bairro, da vida das pessoas que participam direta ou indiretamente do movimento e como contribuem para a integração da natureza na cidade, articulando suas dinâmicas ambientais, sociais e econômicas.

1.4.2 Objetivos Específicos

a.Compreender o papel da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca na dinâmica do bairro Campeche, em Florianópolis;

b.Analisar como este equipamento comunitário pode contribuir para a integração da natureza na cidade de Florianópolis;

c.Avaliar como as hortas urbanas se relacionam com a comunidade e com o bairro onde estão inseridas, a partir de um estudo de caso no município de Florianópolis;

d.Avaliar como este equipamento comunitário pode atuar na vida das pessoas com ele envolvidas, a partir do estudo de caso da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, em Florianópolis.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está organizada nas seguintes etapas principais: introdução, justificativa do tema, procedimentos metodológicos, referencial teórico, a área de estudo, o estudo de caso, entrevistas, análises e considerações finais. A introdução e justificativa tem como objetivo contextualizar, justificar a escolha do tema e criar proximidade com o tema de pesquisa além de apresentar os objetivos e questões da pesquisa.

O primeiro momento foi uma fase exploratória, através de pesquisa bibliográfica, ao mesmo tempo em que se iniciou a pesquisa-ação, participando e auxiliando nas reuniões, mutirões e encontros relacionados ao tema, especialmente na cidade de Florianópolis e eventualmente em outras como São Paulo e Porto Alegre.

Para tanto, foram utilizadas as seguintes técnicas: pesquisa documental bibliográfica e exploratória, análise de outras pesquisas na área relacionadas com a compreensão do tema; participação em mutirões, palestras, cursos e encontros relacionados ao tema, principalmente as reuniões da Rede Semear de Agricultura Urbana de Florianópolis e nos eventos realizados na horta estudada, Pacuca.

O estudo de caso foi realizado com a Horta Pedagógica e Comunitária localizada no Pacuca – Parque Cultural do Campeche. Após breve apresentação da área da cidade, contextualização do bairro e do Parque onde a horta se consolidou, apresentam-se também a retomada da agricultura urbana na cidade de Florianópolis e então o processo de criação, organização e funcionamento da horta estudada, informações provenientes, principalmente, das entrevistas feitas com os participantes, baseadas na metodologia da pesquisa-ação, juntamente com algumas análises visuais e diagnósticos da área de estudo. Além das entrevistas presenciais e participações ativas, realizou-se um questionário, enviado por meio digital e/ou entregue impresso em mãos para ser devolvido preenchido, para diversos participantes voluntários que atuam ou atuavam na horta.

As entrevistas presenciais foram guiadas por meio de questões abertas, afim de que os entrevistados pudessem expressar livremente suas impressões e reflexões a respeito da horta. Apesar disso houve perguntas estruturantes, com respostas livres, que foram gravadas e transcritas para este estudo.

- Na sua opinião qual a importância da Horta do Pacuca para o bairro Campeche?
- Conte um pouco do histórico da horta.

- Como é o funcionamento da horta. (Despesas, produção, distribuição, colheita, visitação, compostagem)
- Em relação aos voluntários, como acontece.
- Na sua opinião a horta impacta na vida do bairro? De que forma?

Além das entrevistas individuais, onde foram ouvidos os participantes mais ativos da horta (num total de 4 pessoas) e que foram gravadas e transcritas, foram feitas inúmeras anotações de manifestações verbais anônimas que ocorreram em conversas coletivas durante as oficinas, mutirões e principalmente do dia a dia da horta, entre a manutenção de um canteiro e outro.

Já o questionário enviado por e-mail teve questões estruturadas para que as respostas pudessem ser claras e analisadas pela metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, construindo um discurso único que representa a opinião das pessoas que responderam o questionário. O questionário (APÊNDICE) foi realizado (com 10 participantes), mediante envio por *e-mail* e *Facebook*, e também foi entregue impresso em mãos para alguns voluntários. Todo o procedimento de consulta participativa envolveu aproximadamente 20 pessoas diretamente ligadas à horta, e outras inúmeras pessoas sem ligação estreita ao local, que somente frequentaram uma vez ou simplesmente ouviram falar sobre.

A *internet* teve fundamental importância na elaboração da pesquisa, no diz respeito a matérias jornalísticas a respeito da horta trabalhada, e principalmente a página intitulada “Horta Comunitária e Pedagógica do Pacuca”, no site *Facebook*, em que os participantes mais ativos, postam periodicamente sobre as ações que ocorrem na horta, como visitas de escolas, compostagem, a doação dos alimentos para as instituições, feiras, além de fotos e relatos dos acontecimentos no dia a dia na horta. Grande parte das imagens das ações que ocorrem na horta e ilustram este trabalho são originárias desta página.

A análise e discussão dos resultados das entrevistas (questionário) e da pesquisa-ação resultaram na síntese dos conhecimentos obtidos através das entrevistas realizadas e no Discurso do Sujeito Coletivo, trazendo discussões e novas interpretações possíveis a respeito da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.

1.5.1 Pesquisa-Ação

Parte da pesquisa foi realizada sob os procedimentos metodológicos da pesquisa-ação.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, p.14).

Isso significa que a pesquisadora ao mesmo tempo em que investigava o estudo de caso, também fazia parte da iniciativa, atuando como voluntária na horta, interagindo e trocando com os membros participantes do movimento. Porém, não se pode confundir pesquisa-ação com participação ativista. “A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o ‘nível de consciência’ das pessoas e grupos considerados” (THIOLLENT, 1985, p.16).

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva. A pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo.

A participação dos pesquisadores é explicitada dentro do processo do “conhecer” com os “cuidados” necessários para que haja reciprocidade/complementariedade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm algo a “dizer e a fazer”. Não se trata de um simples levantamento de dados (BALDISSERA, 2001, p.6).

A pesquisa-ação utiliza como método diversas técnicas de pesquisa como coleta de dados e informações, interpretação de dados,

intervenção na solução de problemas e organização de ações, entre outros⁶.

A pesquisa-ação por ser investigativa supõe um conjunto de procedimentos técnicos e operativos para o conhecimento da realidade ou um aspecto desta, com o objetivo de transformá-la pela ação coletiva (BALDISSERA, 2001, p.8).

O processo de elaboração do estudo de caso se deu baseado em questões que foram surgindo de acordo com o andamento do estudo na horta do Pacuca, com o objetivo de conhecer a realidade e transformá-la pela ação coletiva.

O modo de fazer o estudo, o conhecimento da realidade já é ação; ação de organização, de mobilização, sensibilização e de conscientização. A pesquisa neste sentido constitui-se em uma forma de democratização do saber, produzida pela transferência e partilha de conhecimentos e de tecnologias sociais, criando o “poder popular”, visto que os setores populares vão adquirindo domínio e compreensão dos processos e fenômenos sociais nos quais estão inseridos, e da significação dos problemas que enfrentam (BALDISSERA, 2001, p.9).

A pesquisa-ação supõe a superação do distanciamento entre o pesquisador e os envolvidos que contribuem com experiências e conhecimentos de sua própria realidade, e exige que a forma de comunicação entre eles seja entre iguais com o propósito de realizar um trabalho em conjunto.

É uma ferramenta intelectual a serviço da população. É uma proposta metodológica na perspectiva de transferir conhecimentos e habilidades. A socialização do conhecer e do saber metodológico é absolutamente necessária para que as pessoas participem ativamente (BALDISSERA, 2001, p.10).

⁶ A pesquisa-ação foi introduzida no Brasil por João Bosco Pinto, sociólogo brasileiro, que baseou sua proposta no conceito de educação libertadora (BALDISSERA, 2001).

A metodologia da pesquisa-ação pressupõe uma sequência lógica de momentos para execução dos processos. Inclui um momento de investigação, um momento de tematização e por último de programação/ação. No momento de investigação inclui-se a seleção da área, observação. No momento da tematização faz-se uma reflexão teórica baseada no que foi investigado no primeiro momento, e o último momento da programação/ação é o momento da ação organizada, levantamentos, realização da pesquisa de campo e compilação de resultados. E então após isso a comunidade do local de pesquisa pode analisar e utilizar os conhecimentos adquiridos para elaborar e melhorar sua prática por meio do coletivo.

Na pesquisa-ação acontece simultaneamente o “conhecer” e o “agir”, uma relação dialética sobre a realidade social desencadeada pelo processo de pesquisa. (BALDISSERA, 2001, p.25).

Diante disso, algumas categorias de análise surgiram a partir da tematização do estudo como saúde e segurança alimentar; modo de produção; interação social; prática da cooperação; ocupação de espaços públicos, ativismo político e reinserção da natureza na cidade. Foi por causa e por meio dessas categorias que o referencial teórico foi elaborado.

Uma premissa básica foi a elaboração de um roteiro para coleta de dados que foram: (a) como surgiu e o processo de concepção e materialização da horta do Pacuca; (b) caracterização física e histórica do local e porquê da implantação neste local; (c) como funciona a ocorrência de eventos, cursos, mutirões, palestras; (d) como é a organização financeira (investimentos e apoios); (e) qual a percepção dos atores envolvidos, como a horta atua nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do local e se assim contribui para a reinserção da natureza na cidade; (f) quais os agentes envolvidos que atuam na materialização e manutenção da horta; (g) quais as principais relações sociais estabelecidas (público, espaço, social); (NAGIB, 2016).

Na terceira e última parte, a participação/ação seguiu alguns passos que iniciaram com o reconhecimento da área estudada, a pesquisadora esteve presente em diferentes ocasiões no local (dias úteis e feriados, dias de oficinas, mutirões, feiras, festividades, momentos de trabalho e de lazer), sempre registrando de diferentes formas o que ocorria (registros fotográficos, gravações de áudio, filmes, registros escritos), foi estabelecido contato com as lideranças locais para coleta de

informações importantes a respeito do local estudado, sempre participando das atividades da comunidade.

Após isso procederam-se as sistematizações das informações coletadas para posteriormente serem apresentadas à comunidade envolvida na ação.

Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados e pela ética acadêmica, as identidades das pessoas consultadas foram mantidas em sigilo, optando pelo anonimato na publicação das informações e dados por elas conferidos. Foram consultados tanto participantes ativos da horta do Pacuca, quanto visitantes esporádicos, pessoas que estavam frequentando pela primeira vez, alunos de escolas visitantes, além de pessoas que vão semanalmente buscar alimentos ou deixar seus resíduos orgânicos para compostagem, mas não participam como voluntários.

1.5.2 Questionário com os Participantes

Como participante das Hortas, a autora comunicou previamente os possíveis entrevistados de que faria um questionário e todos concordaram que preferiam responder por escrito, com mais tempo em suas casas, as questões, por razão de tempo, espaço e circunstância. Assim, foi elaborado um questionário com quatro questões abertas para que os interessados pudessem manifestar livremente suas opiniões. Parte dos questionários foi distribuída impressa e parte enviada *online* para os participantes, entre os dias 05 e 30 de abril de 2016, e, após isso, devolvidos ou reenviados à autora respondidos até o dia 05 de maio de 2016. Optou-se por um número menor de entrevistados, pois a intenção era que apenas as pessoas realmente envolvidas e/ou que já tiveram envolvimento no movimento respondessem as questões.

Procurou-se tomar cuidado para que participassem da entrevista pessoas de diferentes idades, sexo, escolaridade e classe social, para não haver distorções. As respostas foram tratadas como anônimas, sem distinção de gênero, raça, cor, idade ou escolaridade, tanto por uma questão ética, quanto para não ter influência na pesquisa.

As questões a serem respondidas na entrevista foram as seguintes⁷:

1 – Em sua opinião, quais os principais benefícios das hortas urbanas comunitárias do bairro Campeche?

⁷ No Apêndice, estão dispostas todas as respostas coletadas, não sendo deixada nenhuma de fora. Todas as respostas foram consideradas.

2 – Em sua opinião, quais as principais dificuldades das hortas urbanas comunitárias do bairro Campeche?

3- Em sua opinião, qual o perfil dos principais participantes/frequentadores das hortas urbanas comunitárias do bairro Campeche? (Idade, gênero, condição social, frequência de participação).

4 – Dê a sua opinião, em geral, sobre as hortas urbanas.

1.5.3 Análise dos dados e resultados - DSC

As respostas do questionário foram analisadas utilizando a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposta por Lefevre e Lefevre (2000), que busca identificar as seguintes figuras metodológicas ou operadores: expressões-chave, ideias centrais e ancoragem.

Após leitura minuciosa das respostas, identificaram-se as expressões-chave (ECH) e as ideias centrais (IC), reunindo as semelhantes na mesma categoria, adicionando uma nova categoria a medida que iam surgindo novas respostas (Categorias A, B, C, D, E, F, G e H), assim finalmente formando o DSC com a união dos depoimentos numa mesma categoria acrescentando elementos conectivos e excluindo-se as expressões repetidas a fim de garantir a coesão textual do discurso (APÊNDICE).

De um total de 15 questionários distribuídos, 10 retornaram em tempo hábil para a pesquisa, totalizando 66,6% de aceitação. Houve mais respostas pelo questionário digital (aproximadamente 60%) do que pelo impresso.

1.5.4 Discurso do sujeito coletivo

Optou-se por analisar as respostas das entrevistas enviadas por escrito, com a metodologia do “Discurso do Sujeito Coletivo” (DSC), uma técnica de pesquisa que se presta à abordagem de todo tipo de temática que envolve o vasto campo dos pensamentos, sentimentos, crenças, atitudes, valores, representações sociais, quando estas são expressas sob forma de discursos verbais (LEFEVRE e LEFEVRE, 2005). A proposta do DSC para a coleta e descrição das opiniões de coletividades é, assim, quali e quantitativa já que, num mesmo processo de pesquisa, qualifica e quantifica as opiniões de coletividades. Esta tarefa dupla é necessária uma vez que uma opinião coletiva é, sempre,

uma qualidade (a opinião/depoimento) e uma quantidade (a coletividade ou seus segmentos). O resultado final de uma pesquisa que usa o DSC consiste num painel de distintas qualidades (depoimentos coletivos que apresentam sentidos diferentes) cada uma com seu respectivo peso e distribuição no tecido social, que expressam as opiniões existentes numa coletividade, no momento da pesquisa, sobre o tema pesquisado (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005).

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é um método de processamento de depoimentos usado em pesquisas de opinião, cuja técnica consiste em, depois de realizadas as entrevistas,

(a)Selecionar o essencial do conteúdo de cada depoimento; (b) associar a estes conteúdos selecionados uma descrição sucinta de seus sentidos; (c) agrupar os depoimentos de sentido semelhante numa categoria ou conjunto; (d) reunir o conteúdo destes depoimentos de sentido semelhante em discurso único, os chamados Discursos do Sujeito Coletivo, redigidos na primeira pessoa do singular; (LEFEVRE e LEFEVRE, 2003, p.12).

Para somar depoimentos e obter uma opinião coletiva, o DSC utiliza as Expressões Chave, Ideias Centrais e Ancoragens como instrumentos. As Expressões Chave são segmentos, contínuos ou descontínuos do discurso, que devem ser destacados e que revelam, com mais clareza, o conteúdo de uma resposta a uma questão de pesquisa. As Ideias Centrais consistem em nome ou expressão linguística que descrevem da maneira mais sintética e precisa possível, o (s) sentido (s) presente (s) nas Expressões Chave.

E as Ancoragens, que são como as Ideias Centrais, fórmulas sintéticas que descrevem não mais os sentidos, mas as ideologias, valores, crenças, presentes nas respostas individuais, quando nos depoimentos aparecem “Expressões Chave” sob a forma de afirmações genéricas destinadas a enquadrar situações particulares, quando tais afirmações apresentam marcas linguísticas de generalidade, elas são consideradas, pela metodologia do DSC, como “Ancoragens”.

O Discurso do Sujeito Coletivo conforma-se na reunião num só discurso-síntese homogêneo, de expressões chave de discursos que têm a mesma ideia central ou a mesma ancoragem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre o homem, a natureza e a cidade é um tema bastante explorado há algum tempo por urbanistas, geógrafos, sociólogos e estudiosos da temática urbana. Diante disso, nesta pesquisa foi importante resgatar conceitos de autores considerados clássicos como o sociólogo francês Henri Lefebvre (1991) e sua crítica direta ao capitalismo e a defesa ao direito à cidade, assim como a arquiteta americana Anne Whiston Spirn (1995) que discute a relação da natureza na cidade, além de Ernest Friedrich Schumacher (1973), pensador econômico com sua crítica à economia moderna e Michael Hough (1995), arquiteto e paisagista que por muitos anos foi professor na Universidade de Toronto (Canadá), e traz muitas percepções a respeito da natureza na cidade. Também buscamos bibliografias mais recentes que tratam da temática como a obra do geógrafo brasileiro Wendel Henrique (2009) que reflete sobre o direito à natureza na cidade, além de artigos mais recentes e também teses e dissertações sobre o tema. As pesquisas relacionadas a esse tema são cada vez mais comuns e estão trazendo o assunto à tona e assim tornando possíveis significativas reflexões e também mudanças práticas a respeito do tema.

2.1 PROBLEMÁTICA AMBIENTAL URBANA

A discussão a respeito da problemática ambiental surgiu, de acordo com Leff (2001), como uma “crise de civilização”, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. A crise envolve, principalmente, a poluição e degradação do meio ambiente, a redução de recursos naturais, energéticos e de alimentos. De acordo com este autor, essa crise foi supostamente explicada por diferentes ideologias como resultado do aumento da população *versus* recursos limitados da natureza, mas é resultado da acumulação do capital alimentada pelo consumo e refletida na exploração da natureza. Dessa maneira, o ser humano pode, em pouco tempo de existência, interferir e modificar o meio natural, configurando a realidade em que nos encontramos atualmente.

Fica claro que os laços entre ser humano, natureza e cidade (sustentabilidade) são fundamentais para a nossa sobrevivência, “considerando que a população mundial será de aproximadamente 10 bilhões de habitantes em 2025 e que, em média, 4,5 bilhões de pessoas dos países desenvolvidos viverão em áreas urbanas até o final do

século”. Este autor considera que a complexidade ilimitada das formas de vida que se desenvolveram ao longo do processo de evolução são as bases indispensáveis para configurar os assentamentos humanos (HOUGH, 1995).

Segundo Lefebvre (1991, p.11), “a industrialização caracteriza a sociedade moderna”. Portanto, o processo de industrialização foi o motor das transformações da sociedade até o final do século XX. Dentre essas transformações, inúmeras podem ser vistas como problemas, principalmente quando dizem respeito ao crescimento populacional, referentes às questões de desenvolvimento da realidade urbana, que cresceu tão rápida e desordenadamente que acabou por comprometer o ambiente natural e conseqüentemente os seres que nele habitam. O autor afirma que a industrialização das cidades é o ponto de partida para a reflexão sobre a nossa época.

A cidade é preexistente à industrialização, assim como a agricultura e a produção de alimentos. Quando a industrialização e o capitalismo nasceram, a cidade já existia e já possuía sua realidade que não excluía a natureza e que incluía a produção de alimentos em sua estrutura para suprir as necessidades básicas dos seres que nela viviam (LEFEBVRE, 1991). Porém, com a rápida expansão das máquinas, rapidamente este cenário se modificou e a cidade se transformou, distanciando-se cada vez mais da natureza e conseqüentemente do campo e da produção de alimentos.

Ainda segundo Lefebvre (1991), os bens naturais, que antes eram muito abundantes na natureza, foram ficando cada vez mais escassos e assim se converteram em mercadorias. A terra passou a ser uma mercadoria. Essa escassez é efeito do capitalismo e do crescimento das cidades. “A natureza, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive [...] entra para o valor de troca e para a mercadoria, é comprada e vendida. Os lazeres, comercializados [...]” (LEFEBVRE, 1991, p.9). Para este autor, a vida urbana compreende mediações originais entre campo, cidade e natureza.

Leff (2001, p.61) explica que “as possíveis formas de aproveitamento sustentável dos recursos que podem ser adotadas no momento atual estão, sem dúvidas, determinadas pelas condições de expansão da economia de mercado”, confirmando que a natureza e seus ‘recursos’, de fato, estão sendo definidos de acordo com a lógica de mercado.

Para Henrique (2009), o domínio, ou melhor, a forma de comando da vida social que o capitalismo exerce sobre a humanidade, faz com que se crie um novo sentimento com relação à natureza, voltado

para o conforto individual e não para uma emancipação coletiva. Processo esse que exalta o individualismo e a propriedade privada.

De acordo com Hough (1995), a partir do século XVIII e XIX até os dias de hoje, a satisfação pessoal passou a ser mais valorizada do que as ações coletivas, assim a propriedade privada e o individualismo predominam. Na busca de uma felicidade baseada no consumismo, estes comportamentos marcam de maneira definitiva as relações do ser humano com a natureza. A cidade então é marcada pela ausência de natureza, enclausurada em locais exclusivos.

Já segundo Spirn (1995, p.29): “Todas essas interações das atividades humanas com o ambiente natural produzem um ecossistema muito diferente daquele existente anteriormente à cidade, que necessita de muito mais energia e matéria para se manter ativo do que originalmente”. À medida que as cidades vão crescendo e a sua população aumenta, as demandas aumentam e assim se agravam os problemas ambientais e estes afetam o bem estar e a qualidade de vida⁸ de cada morador, além de tornar o local literalmente insustentável. Essa mudança provoca além da mudança física e visual na paisagem, diversas consequências mais complexas e sutis, que vão desde a extinção de animais e plantas até a consequente escassez de alimentos locais.

Hough (1995, p. 16), reforça, afirmando que o aspecto mais chocante de uma cidade é “a quantidade de energia e esforço desperdiçados para criar e manter um meio ambiente improdutivo”, porém coloca também que a oportunidade de criar esse meio ambiente melhor está finalmente começando a ser explorada através da integração do urbanismo e a ecologia.

Assim, notamos que o ser humano, muitas vezes, julga-se superior à natureza.

O homem moderno não se experiênciava a si mesmo como uma parte da natureza, mas como uma força exterior destinada a dominá-la e conquistá-la. Ele fala mesmo de uma batalha contra a natureza, esquecendo que, se ganhar a batalha, estará do lado perdedor. A ilusão de poderes ilimitados, sustentada por espantosos feitos científicos e técnicos, produziu a concomitante ilusão de ter

⁸ De acordo com a OMS, qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas, ou, ainda, que não lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a auto realização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas. (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

resolvido o problema da produção. [...]. Bem maior é o capital proporcionado pela natureza e não pelo homem – e nem sequer o reconhecemos como tal (SHUMACHER, 1973, p.12).

Henrique (2009) apresenta um breve histórico do processo de interação homem x natureza, subdivididas em períodos de tempo.

O processo se inicia pelo Período Clássico, período onde ainda não eram feitas distinções entre o ser humano e a natureza, e o homem era visto como um elemento da natureza e composto dos mesmos elementos que ela, onde as pessoas viviam de acordo com os ciclos naturais, onde as condições impostas pela natureza eram mais fortes que a ação humana;

Logo após dá-se o Período Teológico, onde a natureza era vista como obra e criação de Deus. “A natureza configura-se como fisicoteológica, vista como uma prova física importantíssima para demonstrar a existência de um Criador”. (HENRIQUE, 2009, p.46) Assim, neste período, o controle da natureza já se inicia, pois, o homem criado à imagem e semelhança de Deus teria supostamente o direito a uma posição elevada entre os demais seres.

A seguir, já no Período dos Descobrimentos, que se define não só pelo descobrimento de novas terras, mas também de novas tecnologias, o que marcou foi uma inversão na posição entre o homem e a natureza. Neste período “o homem não só toma consciência de sua força modificadora da natureza como também dissocia desta ação o pecado ou a audácia de imitar o Criador” (HENRIQUE, 2009, p.60).

Houve também, para o autor, um Período da Incorporação, onde surgiram dois conceitos fundamentais até a atualidade, o higienismo e o esteticismo. No higienismo defende-se o conceito de natureza limpa e padronizada e no esteticismo “a natureza, como sinônimo de paisagem, é passível de um julgamento estético de beleza, que também seguirá um padrão civilizado previamente definido” (HENRIQUE, 2009, p.67). Assim a natureza tornou-se um elemento de consumo a ser vendido.

Na última e atual parte do processo, a natureza é incorporada ao território, passando a ser um elemento do espaço. O ser humano agora cria ciclos e processos que antes só eram criados pela natureza, passa a se relacionar não mais com a natureza pura e sim com uma natureza inserida no território e socializada, que o autor define como Período da Produção (da Natureza).

A desconsideração dos processos naturais na cidade é, sempre foi e sempre será tão

custosa quanto perigosa [...]. O custo pela desatenção à natureza se estende também à qualidade de vida. As áreas mais novas das cidades estão por toda parte adquirindo a mesma tediosa aparência. A potencialidade que tem o ambiente natural de contribuir para uma forma urbana mais diferenciada, memorável e simbólica é desconsiderada e desperdiçada [...]. Mais afortunadas são aquelas poucas cidades que se adaptaram engenhosamente à natureza (SPIRN, 1995, p.26).

Florianópolis, apesar de seu crescimento acelerado dos últimos anos, tem muito potencial para ser uma dessas cidades que se adaptam à natureza, pois além de já estar inserida num contexto de natureza abundante e exuberante, possui iniciativas, comunitárias ou não, que consideram a importância da sua preservação e manutenção. É possível aplicar soluções abrangentes para melhorar a cidade e tratar os problemas urbanos, tal como alguns decretos e projetos de lei que estão sendo propostos atualmente em Florianópolis⁹, mas também a existência de pequenas iniciativas capazes de promover transformações locais no sentido de integrar natureza e cidade.

A Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca é considerada um desses casos. Mudanças dadas por meio de pequenos projetos são viáveis e mais adaptáveis à realidade do local, podendo ter um longo efeito, trazendo assim, entendimento abrangente do problema ambiental. Antes de tentar cultivar e integrar a natureza na cidade é preciso reconhecê-la para assim poder ter seus problemas solucionados (SPIRN, 1995).

Segundo Barbosa e Costa (2012, p. 6), há no espaço urbano uma tentativa de recorrer aos elementos naturais, mesmo que estejam, na maioria das vezes, reduzidos a simulacros da natureza, como parques, praças e jardins, constituindo “uma forma de alimentar os simbolismos e representações dos cidadãos sobre a natureza”.

Lefebvre (1991), afirma que essas mediações só são compreendidas diante desses simbolismos e representações, ideológicas e imaginárias, que se tem em relação à natureza. Neste sentido, o uso do

⁹ Decreto Municipal de 2017 (ANEXO B), Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de 2018 (ANEXO C).

solo como mercadoria capitalista expressa bem a realidade do interesse privado *versus* os interesses coletivos, a disputa entre público e privado, distanciando-se do conceito de bem comum.

“A reconciliação do homem com o mundo natural deixou de ser meramente desejável para tornar-se necessidade” (SCHUMACHER, 1973, apud Herber, 1973, p. 99).

Diante dessas reflexões a pesquisa voltou-se mais especificamente para a agricultura urbana e alguns temas diretamente envolvidos, como agroecologia, economia solidária e segurança alimentar e nutricional, dessa forma, relacionando seus conceitos e algumas reflexões.

2.2 POTENCIAL DA AGRICULTURA URBANA PARA A SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES

A urbanização e a industrialização trouxeram consigo o aumento considerável da população mundial ao longo do século XX. De acordo com Machado e Machado (2002), em 1800, somente Londres possuía um milhão de habitantes. Já em 1990, as 100 maiores cidades do mundo acomodavam 540 milhões de pessoas, ocupando milhares de hectares, geralmente os mais férteis e produtivos. Diante dessa rápida urbanização, começaram a emergir problemas relacionados ao abastecimento de alimentos para essa crescente população, além do esgotamento dos recursos naturais. Com isso, começaram a surgir questões relacionadas à manutenção sustentável da vida nessas aglomerações.

Grandes cidades requerem grandes extensões de terra para sua subsistência e acabam necessitando de grandes importações para suprir toda a demanda que geram, e assim acabam criando vasta dependência externa. Este processo de produção, deslocamento e transporte produz um alto custo e um alto impacto ambiental. As cidades também acabam consumindo muitos recursos naturais e se tornam grandes geradoras de resíduos e lixo, o que requer uma capacidade produtiva e de absorção de rejeitos proporcionais entre si.

A questão da sustentabilidade nas cidades vem sendo bastante debatida em eventos internacionais há algum tempo no âmbito mundial e nacional, com alguns marcos como a criação do Clube de Roma em 1968, passando pela Conferência de Estocolmo, em 1972, que resultou no Relatório Burtland (Nosso Futuro Comum) apresentado em 1987, pela ONU. A discussão continuou em 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, e

em 1996 com a Conferência sobre as Cidades, que ocorreu em Istambul onde foram redigidas as 100 páginas da “Agenda Habitat”, documento que estabelece metas para o desenvolvimento de habitações humanas mais sustentáveis, que na ocasião foi assinada por 180 nações (MACHADO; MACHADO, 2002).

Ainda segundo os autores, a sustentabilidade busca maximizar a eficiência do uso da terra e dos recursos naturais e redução da produção de resíduos, buscando sempre seu reaproveitamento e diante de tantas metas e iniciativas, certamente a agricultura urbana tem papel fundamental para contribuir para a sustentabilidade das cidades.

O ecossistema urbano foi se constituindo do rural, Peri-urbano e intra-urbano, e a agricultura urbana veio como alternativa para complementar a agricultura rural em termos de auto abastecimento e também como abastecimento de mercado.

A agricultura urbana tem o potencial de diversificar e fortalecer estratégias de planejamento, administração e gestão das cidades. Há também grande interesse e ligação da agricultura urbana com o manejo dos resíduos orgânicos que a cidade gera, sendo inclusive um atrativo econômico nesse quesito.

A produção de alimentos no espaço urbano envolve diversos atores, tendo grande potencial econômico, além dos benefícios ambientais e principalmente sociais e pedagógicos. Atualmente, tem-se criado cada vez mais agências nacionais e internacionais que discutem, divulgam e apoiam a iniciativa da agricultura urbana, fazendo com que esta prática fique cada vez mais consolidada e, assim, fortalecendo a ideia de que a sustentabilidade nas cidades é possível.

2.3 AGRICULTURA URBANA

Destacam-se três fatores históricos que explicam a origem da agricultura urbana: (a) a continuidade de práticas históricas como, por exemplo, os *allotments*¹⁰ ingleses (séc. XIX), as hortas em cidades na

¹⁰ Em 1908 foi criada uma lei para que as autoridades inglesas providenciassem terras para que a população mais pobre pudesse plantar seu próprio alimento, mas foi só no final do século XIX, após a Primeira Grande Guerra, que foram distribuídos lotes entre toda a população. Atualmente, existem mais de 330.000 *allotments* no Reino Unido. Cada vez mais pessoas querem plantar seu próprio alimento e atualmente estima-se que mais de 90.000 pessoas estejam na lista de espera de um lote (WELLS, 2016).

África colonial, os sistemas centenários na China e as *chinampas*¹¹ no México. (b) a domesticação de animais e plantas e sua relação com as pessoas, pois as espécies da agricultura urbana se adaptaram de acordo com a necessidade de maior produtividade, diversidade etc. (c) a concepção e gestão dos ambientes naturais e antrópicos, pois enquanto algumas sociedades determinaram áreas específicas para o cultivo separadas, outras incluíram a agricultura como atividade urbana, adquirindo assim as técnicas e tecnologias necessárias para sua consolidação (NAGIB, 2016).

Pelo fato da agricultura urbana estar associada a diversos campos do saber, e apresentar múltiplas soluções para as áreas urbanas, definir um conceito ou querer encontrar apenas uma definição para essa prática não é uma tarefa simples (NAGIB, 2016).

De acordo com Pinto (2007), a agricultura urbana é um conceito multidimensional que inclui a produção, o agro extrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte). Inclui também a pesca, maricultura e apicultura.

Os alimentos produzidos na cidade podem ser destinados para autoconsumo, abastecimento de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e venda de excedentes no mercado local, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação, nutrição e geração de renda (CEPAGRO, 2008).

Os espaços verdes urbanos também contribuem para regularizar situações ambientais, mediante as suas capacidades de termo regularização, controle da umidade, controle das radiações solares, controle da nebulosidade, purificação da atmosfera, absorção de dióxido de carbono e aumento do teor em oxigênio, proteção contra o vento, a chuva e o granizo, proteção contra a erosão, o ruído e proteção em relação à circulação viária (PINTO, 2007).

Embora haja diversas experiências de agricultura urbana no Brasil e no mundo, comprovando muitos dos benefícios citados, existe ainda uma série de limitações a ser superada. Frequentemente, a agricultura urbana não é reconhecida pelas políticas agrícolas e não é

¹¹ Pequenas ilhas artificiais, um tipo de canteiro flutuante construído de madeira trançada sobre áreas lacustres, feitas por acumulação de lama, que proporcionavam um terreno fértil propício para o cultivo de alimentos. Técnica utilizada por civilizações mesoamericanas, principalmente no atual México (BORDIN, 2004).

contemplada no planejamento urbano, o que a torna “invisível” ao poder público e conseqüentemente não comparece no âmbito do Plano Diretor das cidades. Isso faz com que muitas vezes a agricultura urbana aconteça informalmente, sem que os produtores e colaboradores tenham direito a algum apoio institucional, assistência técnica, créditos e outros serviços necessários para a manutenção e planejamento desses espaços, tão relevantes e transformadores da paisagem e da sociedade urbana (VALDIONES, 2013).

A agricultura urbana vem ao encontro a esse retorno à natureza, já citado por Lefebvre (1991) no início dos anos 90, o *direito à natureza* como prática social. Segundo a 1ª Revista de Agricultura Urbana

A agricultura urbana é praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000).

Já Machado e Machado (2002) definem a agricultura urbana como pequenas superfícies dentro das cidades e nas periferias das mesmas para produção agrícola e produção de animais, para consumo local.

Os principais elementos de definição da agricultura urbana são: os tipos de atividades econômicas desenvolvidas; as categorias e subcategorias de produtos (alimentares e não alimentares); característica locacional (intraurbano e periurbano); tipos de áreas onde é praticada; tipos de sistemas de produção e destino dos produtos e escala de produção (AQUINO E ASSIS, 2007, p.143).

Segundo Vinholi (2011), três áreas fundamentais de definição da agricultura urbana: bem-estar, meio ambiente e economia. Caracterizando o bem-estar está a segurança alimentar e nutricional, e a

melhoria da saúde humana, com redução da incidência de doenças. Em relação ao meio ambiente ocorre a redução dos impactos ambientais e a conservação dos recursos naturais, visando à sustentabilidade, contribuindo também para o manejo dos resíduos orgânicos nas cidades. E por fim, no âmbito da economia, destaca-se a geração de empregos, integração de grupos marginalizados no mercado de trabalho e geração de renda principalmente para famílias carentes.

A discussão “das agriculturas” desenvolvidas nas áreas urbanas e periurbanas também nos leva a uma reflexão de onde estão os limites entre rural e urbano. Numa utopia ou sonho de cidade e campo estes limites se confundem e o importante é estarmos presentes com a função social e ambiental das práticas agrícolas no dia a dia das populações independentes da escala, lugar e objetivos desta atividade (ABREU, 2006, p.15).

De acordo com Hough (1995, p.209), “a origem da busca de ocupações rurais em muitas cidades foi mesmo a necessidade”. A prática da agricultura urbana confunde-se com o início da urbanização, porém, contemporaneamente, aparece emergencialmente em períodos de crises econômicas, ambientais e sociais.

Podem-se destacar exemplos de cidades em que a agricultura urbana ocorre com sucesso como o de Havana (Cuba) e Rosário (Argentina) e também cidades brasileiras como Belo Horizonte e São Paulo. A agricultura urbana também surge de movimentos de contracultura e na busca da construção de uma sociedade com outras lógicas econômicas, como a economia solidária, e de relacionamentos como os hortelões urbanos, em São Paulo, Quintais de Floripa, e também a Revolução dos Baldinhos¹², em Florianópolis.

Na maioria das práticas de agricultura urbana são empregadas tecnologias agroecológicas, a partir do agricultor que não utiliza insumos químicos, pois não faz parte do sistema de agricultura

¹² A Revolução dos Baldinhos consiste numa prática de compostagem comunitária desenvolvida pela CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção de Agricultura de Grupo) em Florianópolis, como resolução de problemas sanitários e ambientais, numa comunidade de baixa renda, denominada Chico Mendes.

industrial, e cultiva alimentos saudáveis. As técnicas de permacultura¹³, biodinâmica¹⁴, agricultura orgânica, agroecologia e agricultura natural são praticadas na maioria das hortas urbanas estudadas, por isso os conceitos de economia solidária e segurança alimentar surgem com relevância. Infelizmente, em alguns raros casos ainda se encontra o uso de inseticidas, herbicidas e adubos químicos sintéticos na agricultura urbana, atividades que precisam ser trabalhadas no âmbito da educação ambiental e da relação com o meio (ABREU, 2006).

Diante de várias definições que envolvem a agricultura urbana, pode-se constatar que os autores estudados, de certa forma, complementam-se em suas definições, englobando diversas práticas de agricultura dentro do espaço urbano e concordam que o uso produtivo do espaço urbano é possível em diferentes âmbitos e que sua prática pode ser entendida também como um ato político de apropriação do espaço e empoderamento da sociedade que nele habita.

¹³ Permacultura é uma expressão originada do inglês “**Permanent Agriculture**” e foi criada por Bill Mollison e David Holmgren na década de 70 do século passado. Ao longo dos anos ela passou a ser compreendida como “**Cultura Permanente**”, pois passou a abranger uma ampla gama de conhecimentos oriundos de diversas áreas científicas, indo muito além da agricultura. Nos dias atuais, a permacultura transpassa desde da compreensão da ecologia, da leitura da paisagem, do reconhecimento de padrões naturais, do uso de energias e do bem manejar os recursos naturais, com o intuito de planejar e criar ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza. Atualmente a permacultura é considerada uma prática holística e de cunho socioambiental, que congrega o saber científico com o tradicional popular e visa a permanência humana como espécie na Terra (NEPERMA, 2014).

¹⁴ Agricultura biodinâmica é uma forma alternativa de agricultura orgânica, que mescla conhecimentos químicos, geológicos e astronômicos. Inclui conceitos formados a partir de ideias de Rudolf Steiner (1861–1925). Desenvolvida na década de 1920 (acredita-se que esta forma de agricultura fora utilizada antes, por povos ancestrais), este foi o primeiro movimento de agricultura orgânica atual reconhecido. Ela trata a fertilidade do solo, crescimento das plantas, e os cuidados da pecuária como tarefas ecologicamente inter-relacionadas, enfatizando as perspectivas espirituais, místicas e químicas (PERUCHI, 2017).

2.4 PRÁTICAS RELACIONADAS À AGRICULTURA URBANA

2.4.1 Agroecologia

Segundo Vinholi (2011, p.35), “o termo agroecologia é empregado pela primeira vez na década 1930 e significa a aproximação da ecologia à agricultura”. O interesse no tema expandiu-se nas décadas de 1960 e 1970 devido a intensificação de pesquisas e do início da chamada “consciência ambiental”. Assim, a agroecologia começou a ganhar reconhecimento no meio acadêmico e nos movimentos sociais rurais. Os problemas acumulados pela agricultura convencional promovem uma busca por respostas convincentes e a agroecologia começa a ser conhecida (COUTINHO, 2010).

Agroecologia também pode ser entendida como o estudo da agricultura de uma perspectiva ecológica. Além de ser uma prática agrícola é também um movimento social e político, é uma prática integradora que agrega, além de conhecimentos científicos, conhecimentos populares, saberes ancestrais provenientes de culturas tradicionais. Visa à agricultura ambientalmente saudável e ecologicamente correta, sustentável e socialmente justa.

A Ecologia se refere ao sistema natural de cada local, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, bem como as inter-relações entre esses três componentes. Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado. Por essa razão, a Agroecologia depende muito da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais (PRIMAVESI, 2008, p.3).

Assim as práticas agroecológicas podem ser consideradas tão antigas quanto a própria agricultura, sendo resultado de uma herança agrícola deixada pelos povos nativos, sem conceber dicotomia entre sociedade e natureza, e sem separação entre a diversidade produtiva, diversidade cultural e estratégias do uso da terra (COUTINHO, 2010).

A agroecologia, na busca de agro ecossistemas sustentáveis, procura estabelecer a base científica para uma agricultura que tenha como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos à unidade de produção agrícola e a conservação dos recursos naturais. Para isto, os sistemas agroecológicos procuram maximizar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos (AQUINO; ASSIS, 2007, p.138).

A agroecologia faz contradição direta ao agronegócio, por condenar a produção em grande escala e centrada na monocultura, dependente de insumos químicos e mecanização. Além disso, também se contrapõe à exploração do trabalhador rural, da concentração de terras agrícolas nas mãos de poucos grandes empresários e no consumo não local da produção (GONÇALVES; ENGELMANN, 2009).

Na perspectiva econômica e científica atual, é necessário pensar que a produção de alimentos possa se dar de forma sustentável e ecológica. Porque a agricultura convencional mostra-se cada vez mais agressiva ao meio ambiente (COUTINHO, 2010).

Dessa forma, a prática da agroecologia baseia-se na pequena propriedade, no trabalho familiar, nos sistemas complexos e distintos, adaptação ao clima local, redes regionais de distribuição dos alimentos. Segundo Aquino e Assis (2007, p.139), “agricultura orgânica que se idealiza nas áreas urbanas se baseia nos princípios da agroecologia”, pois assim, dá-se o equilíbrio biológico da natureza, evitando tanto o risco de contaminação do produtor urbano quanto do meio ambiente. Além disso, incorpora avanços da ciência unindo-os aos conhecimentos ancestrais, respeitando as culturas e as experiências locais.

Tendo em conta a perspectiva do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e dos movimentos da sociedade civil, a agricultura urbana que se deseja deve ser realizada dentro dos princípios da agroecologia, trazendo mais um elemento sobre o qual se deve pensar.

[...] O uso de agrotóxicos na agricultura urbana, geralmente, ocorre em baixas quantidades, por vários motivos: dificuldade de acesso aos insumos que são caros; aplicação em áreas pequenas em dimensão; conhecimento de algumas técnicas

produtivas de base ecológicas (COUTINHO, 2010, p. 99, 100).

Assim, a relação entre agroecologia e agricultura urbana apresenta contribuições relevantes, pois ao pensar em uma agricultura urbana de caráter agroecológico, fortalece-se a prática, colocando em pauta questões como para quem, como e porque se produz alimentos no meio urbano.

A produção local cria condições para a formação de uma rede informal de distribuição e consumo de alimentos saudáveis. Comprar e consumir produtos da agricultura urbana configura-se como um ato político em que se considera a importância do alimento para quem o produz. Tal questão aponta para a riqueza social e o potencial transformador das iniciativas agrícolas até então mantidas ocultas nas cidades (COUTINHO, 2010, p. 101).

As hortas urbanas podem, então, trazer agroecologia para dentro das cidades. Através dessas práticas agrícolas no meio urbano, promove-se conscientização a respeito dos alimentos orgânicos, melhorando assim a saúde da população e conseqüentemente do meio ambiente onde estão inseridas.

2.4.2 Economia Solidária

Diretamente ligada à agroecologia e a agricultura urbana está a noção de economia solidária, que se baseia na propriedade coletiva ou associativa do capital e o direito à liberdade individual. Está ligada a administração democrática e a autogestão (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002, p. 24) “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão de máquinas e da organização fabril da produção”. Assim, iniciaram-se a formação de sindicatos e intensificou a luta de classes contra o capitalismo exacerbado. Após um período “esquecida”, recentemente, devido à crise econômica vigente, houve uma reinvenção da economia solidária no fim no século XX.

[...] podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana [...] as bases técnicas que o grande capital se apoia

para construir a globalização perversa poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos (SANTOS, 2001, p.20).

A construção de um mundo mais humano através de fundamentos sociais e políticos é um dos preceitos que a economia solidária pode trazer.

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos de trabalhar [...]. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor (SINGER, 2002, p. 114).

Podemos destacar que a agricultura urbana fomentada pela economia solidária tende a gerar muito mais frutos, levando em conta a cooperação na construção de um novo paradigma.

A agricultura urbana é uma forma de organização da população urbana para promover a autonomia na produção agroecológica de alimentos, a construção de novas relações de cultivo e consumo baseadas na economia solidária e a reconexão com a natureza nas cidades, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para efetivar o direito humano à alimentação adequada (MATTOS et al., 2015, p.9).

Assim, pode-se notar que a agricultura urbana vai ao encontro ao que a economia solidária prega, sendo uma prática que de fato engloba a solidariedade e o cooperativismo, principalmente quando envolve diferentes atores compartilhando mesmo espaço, como nas hortas comunitárias.

2.4.3 Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo com documento aprovado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e incorporado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan)¹⁵, SAN é definida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2017).

Constitui um conceito bastante abrangente, por natureza interdisciplinar, que envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos. A legislação brasileira se destaca por definir a SAN em termos de qualidade e quantidade de alimentos adequados para toda a população, de todas as classes sociais, sem excluir, do âmbito de ações requisitadas, as classes menos carentes.

A preocupação com a Segurança Alimentar e Nutricional teve sua origem na 2ª Guerra Mundial, onde a produção de alimentos foi devastada e a população se viu sem condições de produzir o seu próprio alimento. De acordo com Belik (2003), podem-se levar em conta três aspectos principais quando se fala de SAN, são eles: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. Ele também destaca que a noção de acesso aos alimentos é muito diferente da disponibilidade de alimentos, pois os alimentos podem estar disponíveis, porém sem que parte da população tenha acesso a eles, devido a diversos fatores como conflitos, política, pobreza, ação de monopólios ou mesmo desvios.

No ano de 1991 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que “é um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional” CONSEA (2017). E no ano de 1994 ocorreu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹⁵ Lei nº 11.346, de 15 de julho de 2006.

SAN não significa apenas a disponibilidade do alimento, mas, sobretudo, a permanência de acesso ao alimento de qualidade, ou seja, a segurança da relação que o indivíduo e o coletivo têm com o alimento, construída na complexidade das relações sociais. Ou ainda, a noção de segurança socioeconômica, vinculada à qualidade sanitária do alimento e ao respeito ao meio ambiente, gera significados capazes de traduzir a estabilidade ou a segurança com o alimento. Com isso, estabelece-se o elo transdisciplinar do conceito de segurança alimentar e nutricional, que transita nas esferas biológica, econômica, social, ambiental e cultural (FREITAS; PENA, 2007, p.4).

Todo o cidadão tem o direito previsto na Constituição Federal de se alimentar com qualidade e quantidades suficientes. A política de Segurança Alimentar e Nutricional está condicionada ao acesso universal ao alimento e políticas sociais de assistência à população (FREITAS; PENA, 2007).

Segundo Vinholi (2011), a agricultura urbana pode reforçar a segurança alimentar e nutricional por aumentar o consumo de alimentos de boa qualidade e diversificar a alimentação, aproveitando os alimentos integralmente e resgatando hábitos alimentares saudáveis. Além disso, pode também promover e auxiliar no acesso regular a alimentos de qualidade dentro do meio urbano.

O alimento seguro ou saudável para o consumo está relacionado à produção, ao abastecimento, à higiene. Nesses termos, de fato, o consumidor necessita conhecer os riscos para a saúde em toda a cadeia alimentar, como os produtos químicos acrescidos aos alimentos, entre outros processos comerciais, para uma escolha reflexiva de seu consumo (FREITAS; PENA, 2007, p.8).

Diante do que foi exposto, pode-se notar como a agricultura urbana se relaciona diretamente com a Segurança Alimentar e Nutricional. Com a proximidade do local onde o alimento é produzido, as pessoas tendem a estar mais atentas a tudo que ocorre na sua produção, quem cultivou, quem cuidou, como foi plantado, onde foi plantado, em que condições estavam as pessoas que cultivaram e mesmo

fazer parte desse processo. Todas essas questões são relevantes e pertinentes na busca por uma alimentação melhor, mais acessível e mais nutritiva.

No Brasil, as poucas políticas públicas já implementadas com relação à agricultura urbana de alguma forma basearam-se na Segurança Alimentar e Nutricional, para fomentar as discussões relacionadas ao tema.

2.5 EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA

Existem algumas práticas envolvendo agricultura urbana que acontecem com sucesso no Brasil e no mundo. Destacam-se os casos de Havana (Cuba) e Rosário (Argentina) no âmbito internacional e São Paulo e Belo Horizonte, no Brasil.

2.5.1 Cuba – um caso de resiliência urbana

Segundo Aquino (2002), Cuba é um dos países que mais tem aplicado e desenvolvido as técnicas de agricultura urbana. A crise que se estabeleceu no país iniciou com a queda do socialismo e da União Soviética, com quem Cuba mantinha 85% de seu intercâmbio comercial. Além disso, com o forte bloqueio dos Estados Unidos, Cuba viu-se diante de uma grande escassez de recursos e carências diversas. O bloqueio também impediu o país de comprar os agroquímicos até então empregados fortemente. Assim, o país, que por ser uma ilha não dispunha de recursos suficientes encontrou na agricultura urbana e ecológica uma alternativa para suprir as necessidades alimentares de sua população. A agricultura urbana em Cuba, assim como em outros diversos países da América Latina, surgiu como alternativa para as crises políticas e socioeconômicas.

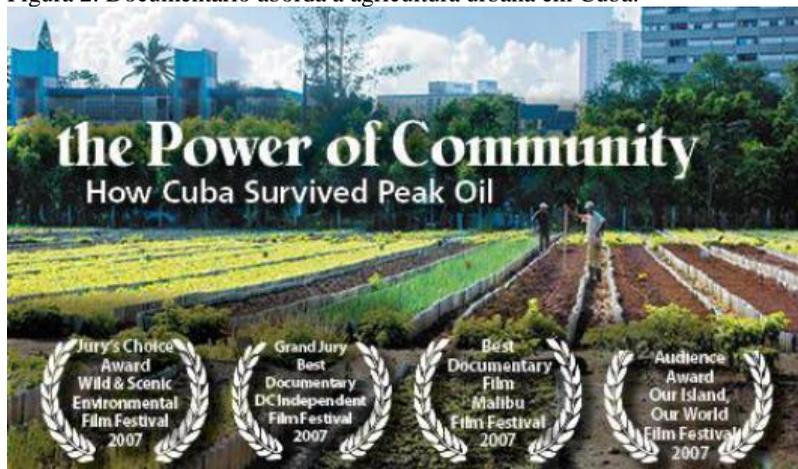
Até a década de 50, a agricultura em Cuba se dava basicamente por monoculturas modernizadas e focadas na exportação de produtos. Esses métodos de produção dependiam de insumos e matérias-primas importados, o que impossibilitou sua continuidade e consequentemente o país teve que se adaptar para a agricultura ecológica abruptamente (LOPES; LOPES, 2012)

Assim, a agricultura urbana iniciou sua produção em grande escala em Havana em meados de 1994, com grande incentivo para a participação da população e utilizando o máximo os princípios da agricultura sustentável. Em 2001, a produção de hortaliças e condimentos frescos através da agricultura urbana atingiu cerca de dois

milhões de toneladas ano. Atualmente, toda a produção de hortaliças de Cuba provém da agricultura urbana e é orgânica. Dessa forma, considerando que 80% da população de Cuba é urbana, a produção urbana garante o abastecimento local o ano todo, com economia no transporte e combustível, geração de empregos, produtividade e maior segurança alimentar (AQUINO; ASSIS, 2005).

Em Cuba o Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU) dirige o movimento de agricultura urbana, composto por 26 integrantes que representam 17 instituições científicas e sete ministérios (AQUINO; ASSIS, 2005). Este grupo, composto por pesquisadores e estudiosos, assumiu a responsabilidade de propor estratégias para aplicar os princípios da agroecologia na produção urbana de Cuba. A mídia estatal cubana também foi de suma importância para a disseminação e construção de uma educação social, econômica e ambiental a respeito dos alimentos para toda a população¹⁶ (LOPES; LOPES, 2012).

Figura 2: Documentário aborda a agricultura urbana em Cuba.



Fonte: (MUNDO, 2015).

Ainda segundo Lopes e Lopes (2012), o governo de Cuba estabeleceu o Grupo Nacional de Agricultura Urbana, com o objetivo de “recuperar a capacidade de produção alimentar e alicerçar um padrão agrícola sustentável em Cuba”.

¹⁶ O documentário *The Power of Community - How Cuba Survived Peak Oil* (2006), mostra como foi este processo que fez com que o país se tornasse referência em agricultura urbana no mundo atual.

Em Cuba, o uso intensivo da matéria orgânica é fator determinante para a produção com altos rendimentos na agricultura urbana. Devido à importância dessa atividade, existe um subprograma de matéria orgânica com o objetivo de organizar, fomentar e desenvolver toda essa atividade. Esse subprograma tem trabalhado para a criação de centros específicos, que asseguram o processamento e a distribuição da matéria orgânica em diferentes províncias, municípios e conselhos populares, sendo desenvolvida a minhocultura que é muito difundida no país (AQUINO; ASSIS, 2007, p.146).

Dessa maneira pode-se notar a importância que uso dos resíduos orgânicos urbanos tem no sucesso da agricultura urbana em Cuba, seja do ponto de vista energético, econômico ou ambiental. Segundo Lopes e Lopes (2012), a cidade de Havana aplicou cerca de 70mil toneladas de composto orgânico no ano 2000.

A agricultura ecológica desenvolvida em Cuba, desde a década de 1990 até os dias atuais, tem sido primordial para o combate à fome e para a manutenção da segurança alimentar e nutricional da população local, além de ser uma atividade geradora de ocupação e renda e contribuir para a sustentabilidade do país. E também por absorver drasticamente a produção de resíduos orgânicos foi e continua sendo transformadora da paisagem urbana, “antes repleta de poluição visual trazendo mais conforto visual e térmico com os hortos florestais e sistemas agroflorestais” (LOPES e LOPES, 2012, p. 41).

A agricultura urbana em Cuba tornou-se a principal origem da alimentação da população evidenciando a importância e a abrangência dessas práticas.

Figura 3: Agricultura urbana em Cuba.



Fonte: (HUMBERTO HERRERA CARLES, 2016).

2.5.2 Rosário (Arg.) - impulsionada pela crise

A cidade de Rosário, localizada ao sul da província de Santa Fé, Argentina, na margem oeste do rio Paraná, fica a cerca de 300 km da capital Buenos Aires, se destaca por ser uma das poucas cidades sul-americanas que incluem a agricultura urbana no uso e no planejamento do solo (MIÑARRO, 2013).

Desde a década de 1980, Rosário já registra algumas práticas de agricultura urbana, com sua origem impulsionada pela crise que atingiu o país nessa década. Diante do desemprego e pobreza de alguns setores da população, um grupo de engenheiros agrônomos deu início a algumas iniciativas de hortas urbanas familiares e comunitárias como ação paliativa diante da emergência alimentar instalada. Esse grupo pertencia a ONG CEPAR (Centro de Estudos para a Produção Agroecológica).

Mas foi somente em 2001 que a Secretaria de Promoção Social do Município de Rosário formalizou um convenio com a ONG CEPAR para implementar, em janeiro de 2002, o Programa de Agricultura Urbana da cidade de Rosário, que teve como principal objetivo superar a emergência social do momento, mas também pensando em implementar

a agricultura urbana na cidade como atividade permanente (MIÑARRO, 2013).

Este programa foi resultado do trabalho conjunto de diferentes setores da sociedade: privado, civil e público. De acordo com o *site* do governo da cidade, as práticas de agricultura urbana em Rosário foram reconhecidas pela ONU como uma das 10 cidades que mais respeita as Práticas para Melhorar as Condições de Vida da Sociedade.

Há também um projeto de Agroindústrias Urbanas Sociais que visa à criação, promoção e desenvolvimento de empresas sociais para processar e transformar os alimentos que foram produzidos pela agricultura urbana. Essas empresas são gerenciadas com base agroecológica, sem nenhum tipo de químico. Essa iniciativa possibilita que os pequenos produtores familiares comercializem seus alimentos e também produtos processados e é uma alternativa que contrapõe o modelo econômico atual onde a tendência do mercado é oferecer os produtos processados em grande escala. Criaram-se também os parques horta, espaços públicos multifuncionais, e feiras livres agroecológicas de alimentos oriundos da agricultura urbana¹⁷.

Para estimular a produção urbana, o governo promoveu a isenção de impostos aos proprietários urbanos que cedessem terrenos, quando vazios, para a produção agrícola. Também foi oferecida capacitação para a população, portanto além da produção de alimentos, se incorporou também questões sociais como economia solidária, organização comunitária, construção de redes, entre outros fatores (ROSTICHELLI, 2013).

A prática da agricultura urbana tornou-se política pública e “[...] foi incorporada ao plano urbano da cidade passando a compor o Plano Diretor Municipal (da Secretaria de Planejamento) a partir de 2003 com o projeto de otimização do uso de espaços vazios para AU [agricultura urbana]”, Rostichelli (2013, p.138).

Em 1997 havia 11 hortas comunitárias ocupando uma área total de 52.600 m² onde atuavam 70 famílias. Atualmente, estão instaladas e operando 791 hortas comunitárias em Rosário, possibilitando o autoconsumo de 40.000 pessoas com a ligação direta de mais de 10 mil famílias na produção de alimentos urbanos. Alguns dos benefícios também citados são: o reconhecimento das famílias de baixa renda como atores no processo, promovendo sua inclusão, principalmente as mulheres; valorização da paisagem urbana, do bairro e da condição de vida de seus habitantes; criação de um circuito de economia solidária,

¹⁷ Fonte: (ROSÁRIO, Prefeitura de; 2018).

que inclui 342 grupos produtivos; possibilidade de acesso à posse segura da terra por parte dos pobres urbanos; institucionalização da agricultura urbana como política pública do governo local; e melhora da condição e posição das mulheres – diagnosticou-se que 92% dos agricultores urbanos são mulheres (LATTUCA; MARIANI; TERRILE, 2002).

Assim, percebe-se que a agricultura urbana em Rosário já pode ser considerada de suma importância para a economia local, e para a saúde pública de sua população. A cidade tornou-se, em pouco tempo, referência no que diz respeito a produção de alimentos, o que mostra como essas práticas podem ser benéficas e promotoras de cidadania e inclusão social.

Figura 4: Agricultura urbana em Rosário, Argentina, parque horta.



Fonte: (ROSÁRIO, AGRICULTURA URBANA, 2011).

Figura 5: Agricultura urbana em Rosário, Argentina, mapa das principais iniciativas.



Fonte: (ROSÁRIO, AGRICULTURA URBANA, 2011).

2.5.3 Belo Horizonte e as primeiras políticas públicas brasileiras

A capital mineira tem uma longa trajetória com relação à agricultura urbana. Belo Horizonte foi selecionada pelo IPES (Promoção do Desenvolvimento Sustentável) do Peru e pela Fundação RUAF¹⁸ da

¹⁸ A Fundação RUAF é uma *Rede Internacional de Centro de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar* coordenada no nível Global pela Foundation Urban Agriculture Unit (ETC), sediada na Holanda. Foi criada em 2007 pelos sócios do Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbana. O Centro RUAF foi criado, no ano de 1996, pelo Grupo Internacional de Agricultura Urbana (SGUA), após observar demandas de organizações e

Holanda, no ano de 2005, para ser a primeira cidade brasileira a desenvolver um programa voltado para a institucionalização da agricultura urbana. Porém, a experiência com a agricultura urbana em Belo Horizonte já havia iniciado anteriormente, em 1993, com debates na Secretaria Municipal de Abastecimento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Em 1996, foi implantado o Centro de Vivência Agroecológico (CEVAE), com quatro centros em bairros periféricos (COUTINHO, 2010; LOVO, 2011).

O programa CEVAE foi, inicialmente, de grande importância, passou a ser o marco das ações em agricultura urbana em Belo Horizonte¹⁹.

A intenção era de se criar centros irradiadores para reforçar o auto abastecimento para as famílias de baixa renda, apoiando os programas de Hortas Comunitárias/Escolares e o Pró-Pomar, e de propiciar a implementação, por meio de quatro Centros de Vivência, de experiências piloto demonstrativas da viabilidade da melhoria da qualidade de vida socioambiental de assentamentos urbanos da periferia com a participação popular (LOVO, 2011, p.57, 58).

A proposta da CEVAE então era de elaborar diagnósticos locais e assim propor diretrizes políticas para cada centro, em conjunto com os moradores locais. Por seu pioneirismo e inovação essa iniciativa ganhou diversos prêmios locais e nacionais tornando-se referência nacional em agricultura urbana (LOVO, 2011). Este programa realizou diversas oficinas incluindo temas como educação ambiental, quintais urbanos, educação alimentar, agroecologia, entre muitas outras, com intuito de fortalecer as pessoas e incentivar o auto abastecimento e geração de renda para famílias de baixa renda (COUTINHO, 2010).

governos locais com origem no hemisfério sul, pela formulação de uma “ferramenta estratégica” de transformação social e econômica. É um espaço que facilita a organização de dados sobre agricultura urbana, a fim de promover o intercâmbio de experiências locais e promover pesquisa sobre o tema (COUTINHO, 2010).

¹⁹ O convênio entre a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Abastecimento durou cinco anos. Tinha como ideia principal apoiar as práticas de agricultura urbana e teve como apoio financeiro o Fundo *Local Initiative Facility for Urban Environment* (LIFE), criado pelo PNUD após a ECO 92 (COUTINHO, 2010).

Ao longo da década de 1990, a prática foi ganhando visibilidade local, através da *internet* e da mídia, e assim, foram surgindo, aos poucos, programas de apoio técnico e financeiro pelas agências de desenvolvimento internacional (COUTINHO, 2010).

O Programa CEVAE, embora tenha perdido importância, representou uma novidade ao criar caminhos para a inserção de práticas agrícolas nas políticas ambientais e de abastecimento através de um programa municipal, por ser fruto de parceria entre o poder público e a sociedade civil e pela capacidade de articulação das ações entre secretarias municipais (COUTINHO, 2010, p.64).

Com o fim da parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o CEVAE perdeu força, porém atualmente, vem sendo retomado em decorrência da repercussão do Programa Cidade Cultivando para o Futuro (CCF), iniciado em 2005 em Belo Horizonte. O Programa foi implementado em diversas cidades da América Latina, África, Ásia, Oriente Médio, tinha duração de quatro anos em média e era subsidiado pela Fundação RUA²⁰.

O Programa tinha como objetivos a redução da pobreza urbana, promover a segurança alimentar e nutricional da população, melhorar a qualidade ambiental, empoderar agricultores urbanos e promover a participação popular na governabilidade (COUTINHO e COSTA, 2011). Buscou-se apoiar iniciativas locais de agricultura urbana, capacitar atores locais e facilitar processos que chamaram de “multiautorais” com perspectivas participativas e de gênero.

O Programa CCF ampliou as discussões públicas sobre a viabilidade de inserção de práticas agrícolas em áreas metropolitanas e sobre a importância de sua incorporação nas políticas urbanas e de gestão do território e não somente nas políticas sociais como aquelas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a capital tornou-se um centro de divulgação e

²⁰ Na América Latina as três cidades contempladas para receber o programa foram, além de BH, Villa Maria Del Triunfo, no Peru e Bogotá, na Colômbia (COUTINHO E COSTA, 2011).

multiplicação das experiências de agricultura urbana (COUTINHO e COSTA, 2011, p.89).

No ano de 2006, houve a aprovação da lei²¹ que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, abrindo caminho para institucionalização da agricultura urbana em Belo Horizonte e em Minas Gerais (LOVO, 2011). No ano de 2009, foi definida a inserção da agricultura urbana na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo²² na cidade de Belo Horizonte. Há diversas práticas comunitárias na cidade, com destaque para as hortas urbanas comunitárias como a Horta Comunitária Vila Santana do Cafezal e Horta Comunitária Terra Nossa, criadas em 2005 e 2008, respectivamente. (COUTINHO; COSTA, 2011). No ano de 2010 a agricultura urbana foi inserida no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI/RMBH) (COUTINHO; COSTA, 2011).

O envolvimento da Universidade Federal de Minas Gerais com o tema da agricultura urbana iniciou em 2006, “com Grupo Aroeira-Ambiente, Sociedade e Cultura, um grupo autônomo, formado por estudantes e ex-alunas da Universidade Federal de Minas Gerais, que nasce com apoio de professores vinculados aos cursos de Geografia e de Biologia” (Lovo, 2011, p.67) e constitui um importante marco e parceria para a discussão do tema na cidade. Existem hoje diversos grupos de pesquisa focados no tema como o Grupo AuÊ – Estudos em Agricultura Urbana, criado no início de 2013 e sediado no Instituto de Geociências da UFMG²³. O Programa CCF – Cidades Cultivando o Futuro - teve grande importância no que diz respeito a fomentar o envolvimento de alunos e professores da universidade com a temática da agricultura urbana.

Assim, entre 2007 e 2009, o foco dos trabalhos de agricultura em Belo Horizonte passou pelas atividades da pesquisa nacional e pela implementação do Programa CCF. Em 2008, destacou-se o fechamento do Programa CCF, com a realização do seminário municipal de encerramento do Programa, ocorrido em junho de 2008, denominado Belo Horizonte Cultivando o Futuro (LOVO, 2011, p.70, 71).

²¹ Lei 15973 de 12/01/2006.

²² Lei nº 7.166/1996. Art. 64.

²³ Fonte: <https://aueufmg.wordpress.com/>

A experiência de Belo Horizonte mostra que levar ao debate público práticas populares pode dar visibilidade a temas importantes para serem pautados pelo poder público, fazendo assim com que as práticas sejam regulamentadas e apoiadas.

Figura 6: Horta Urbana Sete Lagoas, área metropolitana de BH.



Fonte: (SUSTENTÁVEIS, 2012).

2.5.4 São Paulo e os hortelões urbanos

Foi na década de 1980 que surgiram os primeiros projetos relacionados à agricultura urbana na cidade de São Paulo, quando foram implantados projetos de hortas em terrenos ociosos. Porém não houve continuidade política desses projetos na época (GIACCHE; PORTO, 2015). Já em 2004 foi implantado o PROAURP²⁴ – Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – de âmbito municipal, que tem como objetivos apoiar a produção agroecológica local (hortas, pomares, criação de pequenos animais, e produção de plantas ornamentais) e a sua comercialização no município de São Paulo (ROSTICHELLI, 2013).

Pode-se destacar o fato de que essa legislação permite a implementação de experiências de agricultura urbana em terrenos privados, oferecendo incentivo fiscal (redução do IPTU) aos

²⁴ Lei 13.727/04 e regulamentado através do Decreto 51.801/10.

proprietários para a prática. De acordo com a legislação alguns dos objetivos do PROAURP é o combate à fome, incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social, redução do custo e facilidade de acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda, entre outros.

Para a implementação do programa foram criadas Casas da Agricultura Ecológicas, no total de três, localizadas uma em cada zona da cidade e servindo como centro de referência técnica para políticas de desenvolvimento sustentável (ROSTICHELLI, 2013).

No ano de 2015 foi sancionada uma lei municipal²⁵ - Gestão Participativa das Praças do Município de São Paulo - que permite a ocupação de locais públicos para a prática da agricultura urbana, como praças e parques tanto para o plantio como também para a comercialização direta dos produtos cultivados nestes locais. A partir disso começam a emergir movimentos ativistas em prol da agricultura urbana local, como os Hortelões Urbanos.

O movimento dos Hortelões Urbanos teve início em 2010, fruto de uma iniciativa coletiva e virtual, que reuniu entusiastas na temática da agricultura urbana, inicialmente com o intuito de discutir sobre o assunto, mas que logo começou a colocar em prática a agricultura urbana nos espaços públicos da cidade (NAGIB, 2016)²⁶.

Hoje, o grupo conta com mais de 25 mil membros de diversos lugares do Brasil nas redes sociais. A primeira ação coletiva colocada em prática foi a implantação da Horta das Corujas, pequena horta (800 m²) localizada no bairro Vila Madalena, que fica dentro de um parque chamado Parque das Corujas. O terreno em aclave e antes de receber a horta era o local menos visado do parque, por se tratar de um terreno seco e sem vida. Após a implantação da horta, o local ganhou canteiros, nascente, composteira e cerca para os cachorros não terem acesso. A horta é aberta a todos, para plantar e colher e recebeu apoio do Cades (Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz) e da subprefeitura do bairro Pinheiros.

1.1²⁵ LEI Nº 16.212, DE 10 DE JUNHO DE 2015.

²⁶ Segundo Nagib (2016, p.203) “hortelão (masculino) ou horteloa (feminino), é um indivíduo que cuida de horta, e cujo plural pode ser ‘hortelões’ ou ‘hortelãos’”.

Figura 7: Horta das Corujas na Vila Madalena. São Paulo.



Fonte: (BLOG HORTA DAS CORUJAS, 2015).

Figura 8: Horta do Ciclista, Avenida Paulista, São Paulo.



Fonte: (SUSTENTARQUI, 2017).

A partir desta iniciativa muitas outras hortas foram surgindo e se espalham pela cidade como a Horta do Ciclista, criada em outubro de

2012, onde se realiza um mutirão todo primeiro domingo do mês (NAGIB, 2016). A Horta do Ciclista (Figura 8) em plena Avenida Paulista é um exemplo de que mesmo nos locais mais urbanizados pode-se resgatar a conexão com a terra.

Na Horta da Saúde os voluntários se reúnem todo segundo domingo do mês. Há também a Horta do Centro Cultural de São Paulo (Figura 9), cultivada no telhado do prédio, onde os Hortelões se reúnem todo último domingo do mês.

Figura 9: Horta do CCSP, São Paulo.



Fonte: (SUSTENTARQUI, 2017).

Figura 10: Horta da FMUSP, São Paulo.



Fonte: (SUSTENTARQUI, 2017).

A Horta da FMUSP (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo) (Figura 10) foi criada em junho de 2013 por causa da semana do meio ambiente, conta com a contribuição de alunos e funcionários e hoje ocupa mais de 500m².

Há também iniciativas como a Horta da Tia Bela no Jardim Imperador (Figura 11), criada embaixo de uma linha de transmissão de energia na zona leste da cidade e apoiada pela ONG Cidades sem Fome, num terreno de concessão da AES Eletropaulo, em 2013.

Figura 11: Horta da Tia Bela, São Paulo.



Fonte: (SUSTENTARQUI, 2017).

As hortas normalmente acontecem em espaços como praças, parques e canteiros de avenidas. Em São Paulo, além do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), que incentiva a criação de hortas comunitárias e hortas caseiras para autoconsumo, uma lei municipal²⁷ trata da gestão participativa de praças públicas por meio de comitês de moradores, em conjunto com as Subprefeituras, e inclui em seu texto as hortas comunitárias.

Outras iniciativas também ocorrem em São Paulo e incentivam a agricultura urbana, como a já citada ONG Cidades sem Fome, cujo objetivo é levar autossuficiência financeira e de gestão para os beneficiários dos projetos. A ONG desenvolve projetos de hortas comunitárias, hortas escolares e estufas agrícolas utilizando espaços, áreas públicas e particulares precárias que não possuem uma destinação específica, para criar oportunidades de trabalho para pessoas em vulnerabilidade social e melhorar a situação alimentar e nutricional de crianças e adultos (NAIGB, 2016).

Pode-se notar que as iniciativas de agricultura urbana no município de São Paulo estão cada vez mais consolidadas e crescendo, num processo de inserção na maior cidade brasileira.

²⁷ Lei Municipal nº 7.166/1996. Art. 64.

2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA URBANA

2.6.1 Políticas Públicas no Brasil

De acordo com Giacchè e Porto (2015) políticas públicas são ações do Estado provenientes de processos de negociação, passando, portanto, por processos de tomadas de decisão, formulações e negociações a respeito de um tema proposto. As autoras ressaltam também a importância de se considerar o papel dos atores não estatais na implantação de políticas públicas e até mesmo das ações públicas não estatais, portanto, a importância da participação popular nas decisões e implantação dessas políticas.

O autor Ladislau Dowbor traz uma reflexão a respeito de como nos condicionamos a pensar e esperar que as iniciativas precisem vir de uma esfera superior como o Estado:

A realidade é que somos condicionados, desde a nossa infância, a acreditar que as formas de organização do nosso cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, o “Estado” [...] O problema central, portanto, é o de recuperação do controle do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação de coisas concretas que levam que a nossa vida seja agradável ou não [...] (DOWBOR, 2008, p. 10-11).

Atualmente, esperar que o Estado tome todas as iniciativas que julgamos necessárias para que ocorram mudanças no âmbito da agricultura urbana, por exemplo, não nos fará avançar muito. As iniciativas populares são uma das mais poderosas ferramentas para que a real vontade da população seja atendida pelo poder público. Entretanto isso, de forma alguma, isenta o Estado de cumprir com seus deveres e obrigações.

Segundo Coutinho (2010), diversas cidades na América Latina receberam programas de agricultura urbana. Há também várias instituições internacionais pesquisando e investigando a respeito do tema. Nota-se o pioneirismo do IDRC²⁸ (International Development

²⁸ O Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC) financia a pesquisa nos países em desenvolvimento para promover o

Research Centre) que, na década de 1990, deu ênfase à segurança alimentar, promoção da nutrição e do tratamento de resíduos sólidos orgânicos. Entre os anos 1984 e 2004, colocou em prática projetos envolvendo agricultura urbana em cerca de 40 países em desenvolvimento.

Ao ser incentivada e implantada em várias cidades do mundo, a agricultura urbana aparece, nas concepções desse Centro, como uma estratégia global para favorecer a segurança alimentar e combater a fome e a pobreza nas cidades dos países do Sul que crescem rapidamente. A relação entre aumento da população urbana e aumento da fome e pobreza deve ser vista com cuidado, dado o caráter limitado da primeira como causa da segunda (COUTINHO, 2010, p.52).

Acredita-se que acompanhar o que já existe a respeito de políticas públicas envolvendo o tema seja de suma importância para melhor compreensão do movimento que representa a agricultura urbana. Mesmo sendo prática muito antiga, a construção social das práticas de agricultura urbana ainda é muito recente no âmbito de políticas públicas. A inserção de políticas públicas ligadas ao tema no Brasil está diretamente relacionada à Segurança Alimentar e Nutricional, que vem à tona com a reativação do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) e a realização das CONSANs (Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional), no ano de 2003, quando o governo teve como prioridade o combate à fome e à pobreza (MATTOS et al. 2015).

Já em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) realizou uma pesquisa nacional sobre agricultura urbana, o que abriu o debate nacional a respeito da criação de uma política nacional para esta prática (MATTOS et al. 2015).

Em 2004, o MDS já havia lançado o Programa Nacional de Agricultura Urbana, mas só em 2007 houve desdobramentos com a implantação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

crescimento, reduzir a pobreza e promover mudanças positivas em grande escala. O IDRC foi estabelecido por um ato do parlamento do Canadá em 1970 com o mandato de iniciar, encorajar, apoiar e conduzir pesquisas sobre os problemas das regiões em desenvolvimento do mundo e os meios para aplicar e adaptar conhecimentos científicos, técnicos e outros, para o avanço econômico e social dessas regiões. Fonte: (IDRC, 2018) tradução nossa.

(CAAUPs). Em 2011, reforçou-se a importância de maior investimento no Programa, porém, infelizmente, em 2012, mudanças no governo fizeram com o MDS tivesse que interromper suas ações no campo da agricultura urbana e o diálogo com a sociedade civil a respeito deste tema (COUTINHO, 2010).

A realização do seminário nacional de agricultura urbana no III ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), com a constituição do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), constatou a necessidade da criação de um movimento para fortalecer e ampliar a escala de atuação da agricultura urbana nacional. Então, o I ENAU (Encontro Nacional de Agricultura Urbana) aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 2015²⁹.

O tema escolhido foi “Agroecologia e Direito a Cidade: Cultivando saúde e comida de verdade” Partiu-se do entendimento, apresentado anteriormente, da agricultura urbana como uma forma de organização popular urbana que colabora na promoção da autonomia da produção agroecológica de alimentos, na construção de novas relações de produção e consumo com base na economia solidária, e em novas formas de utilização dos espaços urbanos que reconectam a natureza nas cidades e mantenham as pessoas em seus territórios. Ao longo dos quatro dias de encontro muitos temas foram debatidos, problemas levantados e conquistas alcançadas. As discussões e os encaminhamentos feitos nesse período deram forma e conteúdo à Carta Política do I ENAU (MATTOS et al. 2015, p.12).

²⁹ O I ENAU foi organizado pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, pela Articulação Nacional de Agroecologia e pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, reunindo mais de 500 participantes, unindo assim a sociedade civil, acadêmica e política na discussão a respeito da agricultura urbana nacional (SANTOS; SILVA, 2018).

Figura 12: Cartaz elaborado no I ENAU. Rio de Janeiro, 2015.



Fonte: (REVISTA JUNTA LOCAL, 2015).

A Carta Política elaborada no encontro, intitulada “Agroecologia e Direito à Cidade: Cultivando Saúde e Comida de Verdade”, elenca diversas propostas e diretrizes acordadas no evento. Desde então estão sendo criadas diversas políticas públicas que ajudam a fortalecer os movimentos em prol da agricultura urbana no Brasil.

Alguns exemplos podem ilustrar como o do Rio de Janeiro/RJ onde há o projeto “Hortas Cariocas” da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; ou em Curitiba/PR onde há o “Programa de Agricultura Urbana” da Secretaria Municipal do Abastecimento e vencedor do prêmio C40 Cities Awards 2016, na categoria Cidades Sustentáveis; e os exemplos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Fundo Socioambiental (FSA) que apoiam projetos na área de gestão de resíduos, incluindo a compostagem (SANTOS; SILVA, 2018, p.7).

Finalmente, no ano de 2018, após muitos encontros e discussões nos âmbitos municipais, estaduais e nacionais, o MDS lançou o

Programa Nacional de Agricultura Urbana e Peri Urbana³⁰ (PNAUP), (ANEXO D) com iniciativas que visam:

- I - Potencializar as ações de segurança alimentar e nutricional;
- II - contribuir para a inclusão social de moradores urbanos, em especial das mulheres;
- III - Promover a utilização de tecnologias agroecológicas;
- IV - Promover a educação ambiental;
- V - Estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos orgânicos;
- VI - Estimular o convívio social e as atividades culturais relacionados com a produção agrícola;
- VII - Assegurar a capacitação técnica e de gestão aos agricultores urbanos;
- VIII - Estimular hábitos saudáveis de alimentação;
- IX - Estimular hábitos sustentáveis; e
- X - Implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa dentre outras instituições e associações.

O PNAUP vem como um importante marco na construção de iniciativas a favor de sensibilizar a população para uma alimentação saudável, aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos e potencializar ações de segurança alimentar e nutricional. Também veio com o intuito de sensibilizar os governos estaduais e municipais para desenvolverem suas próprias políticas de agricultura urbana.

O investimento será de quase R\$ 1,9 milhão, podendo chegar até R\$ 5 milhões ainda este ano [...]. Os recursos poderão ser utilizados a compra de sementes e equipamentos para a construção de hortas comunitárias [...]. O programa potencializa as ações de segurança alimentar e nutricional e incentiva a utilização de tecnologias agroecológicas (MDS, 2018).

³⁰ Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, que institui o programa.

2.6.2 Políticas Públicas em Florianópolis

Anteriormente ao I ENAU, ocorreu em Florianópolis o I EEAU (1º Encontro Estadual de Agricultura Urbana), realizado em setembro de 2015, realizado pela CEPAGRO³¹ e pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, com a eleição de 20 delegados para representar o estado no encontro nacional.

Figura 13: Cartaz do I EEAU. Florianópolis, setembro de 2015.



Fonte: (CEPAGRO, 2015).

Ainda antes de ocorrer o encontro estadual, ocorreu o I Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis, que se deu em agosto de 2015 no Camping do Rio Vermelho e também teve a realização da CEPAGRO e da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

³¹ Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (SC) – foi fundado em 20/04/1990 por pequenos agricultores e técnicos interessados na formação de pequenas redes produtivas locais, como forma de viabilização das propriedades rurais familiares.

Figura 14: Cartaz do IEMAU. Florianópolis, agosto de 2015.



Fonte: (CEPAGRO, 2015).

No ano de 2015, em meio a esses diversos acontecimentos envolvendo agricultura urbana no município de Florianópolis, foi criada a Rede Semear de Agricultura Urbana de Florianópolis, a partir das mobilizações e articulações, realizadas pelos movimentos sociais que emergiram em Florianópolis nos últimos anos, associados ao poder público. A iniciativa partiu da Secretaria Municipal da Saúde que iniciou sua aproximação ao tema da agricultura urbana a partir da

prevenção da dengue, que identificou a necessidade de ocupação de terrenos baldios da prefeitura com hortas urbanas, como forma de prevenir a proliferação do mosquito e promover a saúde por meio do cultivo e utilização das plantas medicinais nas Unidades de Saúde da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Alguns dos objetivos da criação da Rede³² são aproximar instituições públicas e sociedade em prol da agricultura urbana em Florianópolis.

[...] o presente projeto, que se insere na Operação Comer-Bem do Planejamento Estratégico da Diretoria de Vigilância em Saúde de Florianópolis, destina-se ao lançamento de uma rede de fomento à AUP em Florianópolis, para contribuir com a implantação das Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Promoção da Saúde, por meio da aproximação de instituições públicas, privadas e da sociedade civil, que defendam e promovam as práticas de AUP no município (FERREIRA, 2018, p.222, apud REDE SEMEAR, 2015).³³

A Rede Semear Floripa está crescendo rapidamente, agregando cada vez mais interessados e entidades parceiras como CEPAGRO, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), Quintais de Floripa³⁴, Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), Comcap (Companhia de Melhoramentos da Capital), UFSC, SMPMA (Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura), além de agricultores urbanos, produtores, acadêmicos, profissionais da saúde e de outras áreas, muitas pessoas que veem na agricultura urbana uma forma de resgatar saberes e práticas ancestrais, ter maior autonomia, ter mais segurança alimentar e assim contribuir com a sustentabilidade da cidade onde vivem.

³² Criada em 25 de junho de 2015.

³³ REDE SEMEAR. Termo de abertura do projeto de lançamento da Rede Floripa de Agricultura Urbana e Periurbana. Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, 2015. p. 11.

³⁴ Núcleo para a formação de intervenções e projetos relativos à Agricultura Urbana com foco na capacitação comunitária, desenvolvimento de hortas urbanas, fortalecimentos de redes e práticas de permacultura. Fonte: (FLORIPA, Quintais de; 2015).

A Rede busca proporcionar o intercâmbio de saberes e o fortalecimento mútuo das organizações de agricultores e simpatizantes. Se as representações gerais das cidades e, especificamente, das grandes metrópoles tendem a ser direcionadas pelo desenvolvimento econômico e as mazelas do meio urbano, também se torna imperativo a organização para questões acerca da forma com que as cidades fornecem oportunidades sociais e ecologicamente sustentáveis para seus habitantes³⁵.

Então, desde 2015, os encontros municipais de agricultura urbana têm se realizado anualmente. O II Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis aconteceu no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, em junho de 2016 e foi um evento aberto e participativo, criado e realizado em cooperação transdisciplinar, que teve grande participação tanto da comunidade acadêmica³⁶ quanto da comunidade local. Teve como programação diversas oficinas, trocas de mudas e sementes, painéis de discussão e como resultado a elaboração da Carta de Florianópolis (ANEXO A), uma carta de intenções que foi entregue aos candidatos a prefeito e vereadores do município durante o período eleitoral de 2016.

A carta foi produzida coletivamente durante o encontro, a partir de sugestões encaminhadas pelos grupos de trabalho formados na ocasião.

A Carta de Florianópolis construiu a justificativa da necessidade de elaboração de uma política municipal de agricultura urbana para Florianópolis em torno de dois pilares centrais: em primeiro lugar, assenta sua justificativa na emergência de demandas sociais que buscam construir uma relação mais equilibrada com o meio ambiente e de um desejo de tornar os espaços da cidade mais democráticos. Por outro lado, justifica-se o pedido pelo fato de Florianópolis não dispor de uma política de agricultura urbana (até 2016) e tampouco o município ter apresentado, através de ações e leis,

³⁵ Fonte: (CEPAGRO, 2018).

³⁶ As autoras desta pesquisa, representando o LabUrb – Laboratório de Urbanismo da UFSC, participaram da organização do II Encontro (2016), juntamente com outras instituições, coletivos e associações como a CEPAGRO e a Rede Semear.

a intenção de democratizar o acesso aos usos do solo (FERREIRA, 2018, p.223).

De acordo com a Carta de Florianópolis:

O tema da Agricultura Urbana, nos últimos 10 anos, está na pauta de diversas agendas políticas e sociais de Florianópolis. São agendas orientadas por trabalhos desenvolvidos em vários contextos sócios espaciais na região metropolitana, em especial, na Ilha de Santa Catarina. [...] A temática de Agricultura Urbana tem surgido naturalmente como uma demanda das comunidades e poderia oferecer um diferencial para melhoria da qualidade de vida na cidade, contribuindo para a requalificação urbana, o meio ambiente e a saúde. [...]. Embora pujantes, essas funções, em Florianópolis, ainda são desconhecidas e pouco visíveis em sua maioria, principalmente pela ausência de políticas públicas e formas de apoio aos agricultores e agricultoras, como a falta de acesso à terra e aos demais espaços favoráveis à produção agrícola (REDE SEMEAR FLORIPA, 2015).

A carta foi um marco importante e o texto inicial para a elaboração do decreto municipal que originou o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis, aprovado em 2017.

Figura 15: Cartaz do II EMAU. Florianópolis, junho de 2016.




II Encontro Municipal de Agricultura Urbana

Evento Gratuito

SÁBADO 25 DE JUNHO, 2016. FLORIANÓPOLIS/SC

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO UFSC

8:00 ÀS 18:00 HORAS

Inscrições e Programação


 II Encontro Municipal de Agricultura Urbana
www.facebook.com/II Encontro Municipal de Agricultura Urbana

OFICINAS e TROCA de MUDAS e SEMENTES

Traga sua caneca!
Lanche Coletivo e Colaborativo!








Fonte: (CATARINA, Comissão de Produção Orgânica de Santa, 2016).

A partir dos encontros da Rede Semeiar, que acontecem mensalmente em local itinerante, diversos temas são discutidos, desde o mapeamento das hortas na cidade até a redefinição do Plano Diretor Municipal. A (re) discussão do Plano Diretor Municipal de Florianópolis, de 2014³⁷, veio à tona no mesmo momento da elaboração da Carta (2016) fato propício para a tentativa de incluir a agricultura urbana no planejamento urbano, visto que seria uma política pública importante para o bem estar ambiental e social.

Figura 16: Encontro Rede Semeiar de Agricultura de Florianópolis, na Horta Pedagógica e Comunitária da Pacuca, agosto de 2018.



Fonte: (CEPAGRO, 2018).

Dando seguimento aos Encontros Municipais de Agricultura Urbana, em novembro de 2017 foi realizado o III Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis, no recém-inaugurado Jardim Botânico de Florianópolis. Foram realizadas mais de 20 oficinas, rodas de conversa, palestras e cuidados.

³⁷ O Plano Diretor de Florianópolis, aprovado em janeiro de 2014, esteve suspenso do ano de 2015 até 2017, e o Ministério Público Federal exigiu que as audiências públicas fossem refeitas, alegando a falta de participação popular. O IPUF então teve que fazer os ajustes exigidos no texto da lei, e depois de quatro minutas de anteprojetos, a prefeitura de Florianópolis ganhou na justiça o direito de suspender o processo de revisão do Plano Diretor e em abril de 2018 foi aprovado o Projeto de Lei que visa alterações parciais no vigente Plano Diretor de Florianópolis.

Figura 17: Cartaz do III EMAU. Florianópolis, novembro de 2017.



Fonte: (CEPAGRO, 2017).

Assim, além da Carta de Florianópolis, foi elaborado um documento construído coletivamente pela Rede Semear e encaminhado ao Núcleo Gestor do Plano Participativo de Florianópolis³⁸, que na ocasião estava trabalhando com propostas para o novo Plano Diretor de Florianópolis, que visa além da preservação ambiental também a preservação do macrozoneamento rural de Florianópolis, extinto no Plano Diretor de 2014 (ANEXO B)³⁹.

O debate em torno da manutenção de áreas rurais também perpassa por um movimento que busca tornar a cidade espaço múltiplo: espaço de produção de alimentos, de interação entre as pessoas e o meio ambiente, de manutenção de práticas culturais relacionadas com aspectos

³⁸ Órgão colegiado, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza temporária para a discussão do Plano Diretor de Florianópolis.

³⁹Lei nº 482/2014.

históricos de populações que construíram suas relações de pertencimento com a cidade de Florianópolis (FERREIRA, 2018, p.229).

Diante de tantos movimentos em defasa da agricultura urbana no município, em junho de 2017 foi assinado o Decreto que institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis ⁴⁰.

§1º O Programa Municipal de Agricultura Urbana promoverá práticas agroecológicas que envolvam a produção, o agro extrativismo, a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos voltados ao consumo próprio, trocas, doações ou comercialização, aproveitando e reaproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais.

§2º As práticas agroecológicas em meio urbano deverão contemplar a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, de saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, agro ecoturismo, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2017).

O Decreto foi criado a partir do documento coletivo Carta de Florianópolis, construída no II Encontro de Agricultura Urbana.

Em 2018, depois de quase dois anos tramitando na Câmara Municipal, foi aprovada a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, que coloca:

Com o objetivo geral de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de

⁴⁰ Decreto nº 17.688, de 05 de junho de 2017.

origem animal e vegetal (CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS, 2018, p. 1).

Uma pessoa importante para que essas ações fossem possíveis é o vereador Marcos José de Abreu, o Marquito⁴¹, coautor do Projeto e da Política. Em entrevista concedida à autora⁴², explicou como surgiram o Decreto e a PMAPO, além de citar o projeto que propõe o Pagamento por Serviço Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos.

Houve o Encontro Municipal de Agricultura Urbana [de 2015], que elaborou a Carta do encontro, essa carta originou uma minuta de um Projeto de Lei de uma Política de Agricultura Urbana, em 2016 [...] Em 2017, criamos a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica⁴³, aprovada este ano (2018). (ABREU, 2018).

Em paralelo à elaboração da PMAPO o prefeito municipal⁴⁴ assinou o Decreto que institui o Programa de Agricultura Urbana de Florianópolis, em junho 2017.

A Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (ANEXO C), passou pelas tramitações da Câmara Municipal, como audiência pública, alterações, e a lei precisa ser regulamentada.

O Programa (de Agricultura Urbana), pelo Decreto, tem uma coordenação pela

⁴¹ Eleito com 5.448 votos na sua primeira candidatura, Marquito foi o segundo vereador mais votado nas eleições de 2016 em Florianópolis. Engenheiro Agrônomo e mestre em Agrossistemas, também foi presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (CONSEA/SC) e idealizador do projeto de compostagem comunitária de resíduos orgânicos no bairro Monte Cristo, a Revolução dos Baldinhos. Teve como foco na sua campanha em “Ecologia e Justiça Social” (FERREIRA, 2018, p.267).

⁴² Entrevista concedida por Marcos José de Abreu em 17 de agosto de 2018, em seu gabinete na Câmara Municipal de Florianópolis O termo de autorização de reprodução das informações orais e gravação de áudio encontra-se no Anexo E.

⁴³ LEI N. 10392/2018, de 06 de junho de 2018.

⁴⁴ Gean Loureiro (PMDB) foi eleito prefeito de Florianópolis nas eleições de 2016 e assumiu a Prefeitura Municipal de Florianópolis em 2017.

Superintendência de Agricultura, Pesca e Maricultura, Secretaria de Saúde, Floram e Comcap, que é um grupo técnico. E a Política (de Agroecologia e Produção Orgânica), precisa agora criar os seus instrumentos que vão dar suporte a essa política, que no caso seria uma câmara técnica, foi proposto que tivesse uma relação direta com o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional), que agora precisa ser regulamentada (ABREU, 2018).

Com relação à agricultura urbana no município de Florianópolis, o vereador destaca as práticas de agricultura urbana que ocorrem nas periferias, locais que normalmente são menos favorecidos pelos gestores.

O que eu vejo na cidade é uma presença forte da agricultura urbana, das hortas urbanas, dessa concepção de utilizar os espaços públicos e privados para produzir, eu percebo cada vez mais, tem um tecido social que sustenta essas práticas, eu particularmente, pretendo dar mais atenção às periferias, [...], e a gente sente uma ausência do governo municipal trabalhar com as periferias, [...] eu tenho sentido isso.

É preciso criar mecanismos para que o governo Municipal considerar parte do orçamento para financiar essas ações, eu acho que é dando estrutura e tendo uma política bem instituída que se consegue articular esse espaço, dar o suporte necessário, com ferramentas, com formação [de pessoal]. (ABREU, 2018).

Diante disso, podemos notar que Florianópolis está num caminho bastante promissor em relação às práticas de agricultura na cidade, sendo já reconhecida nacionalmente⁴⁵, tanto pelas hortas urbanas como por outras iniciativas de cunho agroecológico como a Revolução dos Baldinhos⁴⁶ e a promoção de Hortas Medicinais nos Centros de Saúde

⁴⁵ Fonte: PORTAL DE EDUCACAO AMBIENTAL, 2018.

⁴⁶ A Revolução dos Baldinhos é uma prática de gestão comunitária de resíduos orgânicos sincronizada à prática de Agricultura Urbana. Idealizada e implementada com a participação do Cepagro na comunidade Chico Mendes (Bairro Monte Cristo, Florianópolis), a Revolução vem ganhando cada vez mais autonomia. Fonte: (CEPAGRO, 2015).

da capital, mas ainda há muito que se fazer para que a consolidação dessas práticas e para que se obtenha um apoio efetivo do poder público.

Há ainda outro projeto hoje tramitando na Câmara Municipal de Florianópolis, que se intitula Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU), e que prevê a remuneração às iniciativas que desviam materiais do aterro sanitário.

Quando se faz compostagem há vários serviços ambientais que não são remunerados, como diminuição na emissão de gases de efeito estufa, diminuição de tráfico rodoviário, diminuição da poluição do ar, promoção da biodiversidade ou da matéria orgânica do solo, então são serviços ambientais que não tem como mensurar, mas a gente tem uma proposta de equivalência para o aterro, de R\$150,00 a tonelada, utilizada no município (ABREU, 2018).

Esse projeto vem ao encontro das hortas urbanas, principalmente por poder vir a ser uma possível receita, uma fonte de renda para custear os materiais, ferramentas e gastos diversos que as hortas inevitavelmente possuem.

Nesse contexto do âmbito legislativo, houve também as (re) discussões do Plano Diretor Municipal, e em abril de 2018 foi encaminhado à Câmara dos Vereadores, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, um Projeto de Lei⁴⁷ que visa alterações parciais no Plano Diretor aprovado em 2014.

A rediscussão incluiu novas oficinas temáticas, audiências públicas e seminários de planejamento urbano no ano de 2018. A última oficina temática sobre agricultura urbana tinha data prevista para setembro de 2018. Até a finalização desta pesquisa (novembro/2018) ainda não se sabia o resultado desses novos encontros e discussões.

O IV EMAU de Florianópolis de 2018 já está sendo programado e organizado pela CEPAGRO, Rede Semear e outras entidades parceiras e deve acontecer nos dias 23 e 24 de novembro de 2018 no Jardim Botânico de Florianópolis, tendo como tema o Direito a Cidade.

⁴⁷ Projeto de Lei Complementar nº1715/2018.

Figura 18: Cartaz do IV Encontro Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis, 2018.



Fonte: CEPAGRO, 2018.

A Rede Semear de Agricultura Urbana está atuando nesses debates e veio ao encontro a diversos movimentos de entidades e da sociedade civil, que visam garantir uma cidade plural, com diversidade, garantindo aos seus habitantes o convívio com o meio ambiente de forma mais harmoniosa. Esses movimentos são importantes para além dos muros da cidade, reivindicam o direito à cidade, aos espaços na cidade (FERREIRA, 2018). A Rede então encontrou terreno fértil para crescer em Florianópolis, cidade que recebe, cada vez mais, pessoas de todas as partes do Brasil, em busca de maior qualidade de vida e contato com a natureza.

Com todas essas políticas públicas envolvendo agricultura urbana já existentes, podemos notar o crescimento e aprimoramento das práticas e que há incentivo para que aconteça produção de alimentos dentro das cidades que tem essas políticas. Ter políticas públicas que apoiem e

incentivem a agricultura nas cidades pode vir a ser um passo importante para a ocupação mais democrática dos espaços públicos, para a construção de práticas que possibilitem uma relação mais harmoniosa do ser humano com a natureza, fomentando a economia solidária e as práticas sociais, além da questão de melhorar a saúde da população em geral, através do aumento da segurança alimentar e nutricional e da promoção da produção agroecológica, respeitando os ciclos naturais, a terra, nossa saúde e a saúde do planeta.

Todas essas iniciativas dos movimentos sociais, que tem crescido em Florianópolis, estão promovendo a ocupação democrática do solo da cidade pela prática da agricultura urbana. Apesar de este movimento ainda ser praticamente invisível para uma grande parcela da população, ele tem ganhado força e tem ascendido na direção de uma sociedade mais justa, diversificada e voltada para as pessoas e sua relação com o ambiente (FERREIRA, 2018).

2.7 SÍNTESE DOS APRENDIZADOS TEÓRICOS

A partir dos temas e autores estudados na abordagem teórica da pesquisa, percebe-se que a questão da relação entre natureza e cidade (SPIRN, 1995; HOUGH, 1995; HENRIQUE, 2009) pode tornar-se mais complexa se levarmos em consideração a negligência cada vez maior em relação ao meio natural e a priorização do mercado e das questões econômicas que se sobrepõem à conservação dos recursos naturais. O ser humano, ao longo da história, foi degradando e afastando-se da natureza e, atualmente, todos pagam o preço desse descaso e distanciamento. Felizmente, nos dias de hoje, muitas pessoas estão se conscientizando que a distância entre cidade e natureza não existe de fato, tudo faz parte de um grande todo e que devemos buscar fortemente essa reconexão. A natureza pertence à cidade assim como a cidade pertence à natureza.

A agricultura urbana vem como uma prática que pode auxiliar no processo de reintegração da natureza nos centros urbanos, trazendo algo essencial como a produção de alimentos, para perto dos consumidores, em um tempo em que a maioria das pessoas realmente não tem ideia da origem dos seus meios de subsistência.

A questão da economia solidária vem ao encontro do tema, pois resgata a noção de cooperativismo e união das pessoas em prol de maior justiça social e que somente iniciativas que envolvem as comunidades e grupos de pessoas com um interesse em comum podem realizar

(SINGER,2002), por isso a sua associação com as hortas urbanas torna-se bastante pertinente.

Segurança alimentar e nutricional é um tema que se torna cada vez mais importante e necessário, principalmente no Brasil, que atualmente é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (LOPES; ALBUQUERQUE, 2018), o que acarreta uma série de questões de saúde pública, aumentando a incidência de diversos tipos de câncer e contaminando grande parte do solo tanto urbano quanto rural. Por isso a discussão a respeito da agroecologia torna-se essencial, pois é possível produzir alimentos sem a necessidade de venenos e respeitando o solo, de forma sustentável e ecológica (COUTINHO, 2010). Além disso a agroecologia também é um movimento social e político que se coloca a favor de cultivar alimentos ao mesmo tempo em que a natureza e as pessoas estão em sintonia (AQUINO E ASSIS,2007).

Os estudos de caso pesquisados foram experiências de como a agricultura urbana pode modificar a localidade onde se insere, e principalmente como as hortas urbanas podem contribuir para a resiliência das cidades em crise (à exemplo de Havana em Cuba e Rosário na Argentina), empoderando seus praticantes e sendo meio de subsistência e resistência às crises.

E por fim, analisar algumas das políticas públicas relacionadas à agricultura urbana no Brasil, e mais especificamente em Florianópolis, demonstra que apesar da falta de reconhecimento e incentivo, a prática da agricultura urbana vem crescendo e ganhando espaço progressivamente em nosso país nos últimos anos, do ponto de vista da legislação. Em Florianópolis, mais especificamente, nos últimos três anos, foram aprovados um decreto e uma lei que poderão dar mais visibilidade e legitimidade às práticas de agricultura urbana na cidade.

3. ESTUDO DE CASO: HORTA PEDAGÓGICA E COMUNITÁRIA DO PACUCA

Foi utilizada a metodologia da pesquisa-ação para analisar a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca. Assim, optou-se por apresentar os resultados mesclando as informações que foram sendo recolhidas às falas e entrevistas feitas com os voluntários da horta e desse modo, contemplando as categorias de análise e o roteiro de coleta de dados para que fossem obtidas mais informações a respeito do local estudado.

3.1 FLORIANÓPOLIS – ATIVIDADE AGRÍCOLA

O que se encontra no início? O jardim ou o jardineiro? É o jardineiro. Havendo um jardineiro, mais cedo ou mais tarde um jardim aparecerá. Mas havendo um jardim sem jardineiro, mais cedo ou mais tarde ele desaparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro. O que faz um povo são os pensamentos daqueles que o compõem (ALVES, 1999).

O município florianopolitano está localizado no litoral de Santa Catarina e divide-se na parte insular e continental totalizando uma área de 433 km², nos quais estão distribuídos 492.977 habitantes, população estimada, conforme censo IBGE, 2018. É a capital do estado de Santa Catarina e cidade-pólo do aglomerado urbano formado pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José (REIS, 2012).

Figura 19: Vista aérea da Ilha de Santa Catarina, com destaque para a Planície do Campeche, onde está situado o local do estudo de caso.



Fonte: SUPCLUB, 2011, com destaques feitos pela autora.

De acordo com Alves e Correa (2009), o processo histórico da ocupação da cidade ocorreu em três partes. A primeira ocorreu no século XVIII com a chegada dos açorianos que colonizaram e ocuparam a parte onde hoje fica localizado o centro da cidade. De acordo com Campos (1991), entre 1748 a 1756 chegaram cerca de 6000 pessoas ao litoral de Santa Catarina. Desde a colonização açoriana, desenvolveu-se tanto na ilha quanto no continente próximo, uma economia que se baseava em uma estrutura agrária de pequeno porte e no trabalho familiar.

A base produtiva desta economia era representada pela agricultura, destacando-se o cultivo da mandioca, bem como diversas outras culturas: cana-de-açúcar, café, algodão, milho, feijão, arroz. A essas culturas se somaram atividades manufatureiras executadas na propriedade: engenhos de farinha, de açúcar, alambiques, curtumes, produção de tecidos em teares próprios, móveis, utensílios caseiros, ferramentas, cerâmicas, bem como a pesca artesanal (REIS, 2012, p. 67).

A segunda parte foi caracterizada pelo processo migratório rural-urbano com seu auge na década de 1960, quando muitas pessoas deixaram o campo e vieram tentar a vida na cidade. Depois de um período de colonização, no qual a agricultura, a pesca e a maricultura eram as principais atividades econômicas e de subsistência dos moradores da cidade, essas práticas aos poucos foram sendo substituídas, principalmente pelos serviços e turismo, e assim, foram se perdendo, diante das novas necessidades de moradia, serviços, turismo, e outras atividades urbanas que foram tomando o espaço que antigamente era de cultivo na Ilha de Santa Catarina (FERREIRA, 2018).

E finalmente, o terceiro momento ocorre desde a década de 1990, onde se iniciou um aumento expressivo de migrantes para a cidade, advindos de diversas partes do Brasil, além das inúmeras pessoas que chegam na temporada de verão atraídas pelo turismo e lazer que a cidade oferece.

Por se tratar, em sua maior parte, de uma ilha, a cidade de Florianópolis encontra uma barreira física para expansão de suas fronteiras, o que demanda um planejamento territorial atento para não comprometer sua exuberante natureza e áreas de preservação ambiental.

A agricultura, de alguma forma, nunca deixou de ser praticada em Florianópolis, porém, esta deixou de ser uma atividade de subsistência e passou à atividade secundária. O turismo e os serviços, principalmente, tomaram o posto como as principais atividades econômicas da cidade atualmente.

Nos últimos anos, a cidade de Florianópolis atraiu milhares de novos moradores, migrantes de diversas regiões do Brasil e do mundo. Muitos desses migrantes vêm do êxodo rural como em várias outras regiões. O município passou, e ainda passa, por um significativo aumento populacional que faz com que muitas renovações urbanas ocorram e que outras muitas modificações tenham que ser planejadas (REIS, 2012).

O Plano Diretor de 2014 do município de Florianópolis determinou que toda a área do município passasse a pertencer à área urbana, excluindo o macrozoneamento rural que ainda constava no Plano Diretor anterior, de 1997, reservando somente as áreas de preservação ambiental (APP). Este fato gerou e ainda gera grande polêmica, principalmente no que diz respeito aos impostos cobrados em relação à terra e na forma com que isso influencia na prática da agricultura na cidade.

3.2 BAIRRO CAMPECHE

Em uma área correspondente a 35,32 km² do município de Florianópolis localiza-se o Distrito do Campeche, que abrange as localidades Morro das Pedras, Praia do Campeche, Campeche e Rio Tavares. Segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010), o distrito possui pouco mais de 22.000 residentes, distribuídos entre todas as localidades abrangentes. Desde a década de 1970 aos anos 2000, a população do Campeche aumentou consideravelmente (Figura 20). O Distrito é, atualmente, o segundo mais populoso da cidade com estimativas de crescimento populacional de residentes até 2030 de aproximadamente 60.000 habitantes que somados à população turística na temporada de verão atingem mais de 80.000 habitantes (SANTOS; SILVA, 2018).

Figura 20: Tabela de crescimento da população da cidade de Florianópolis e do bairro Campeche. (1960-2000).

Local/ Ano	1960	1970	1980	1991	2000
Florianópolis	98.520	143.414	196.055	254.941	341.781
Campeche	*	2.301	4.022	7.514	18.570

Fonte: (CONCEIÇÃO, 2013; IBGE, 2018).

O Campeche é um dos bairros mais planos da ilha, com o solo resultante do processo de sedimentação, portanto, com alto teor de areia e conseqüentemente pobre em nutrientes e quimicamente ácido, fazendo com que tenha algumas restrições em relação à agricultura. Apesar disso, a origem da ocupação da localidade tinha como principais atividades de subsistência a agricultura e a pesca. Foi só a partir do final da década de 60, quando o transporte público chegou ao bairro, que este quadro começou a se modificar e os moradores começaram a buscar emprego e outras ocupações no centro da cidade (CÉ, 2016).

A partir da década de 1970, com a construção da via expressa no aterro da baía sul, o acesso ao bairro foi facilitado, sua população começou a crescer e assim os planejadores começaram a dar maior atenção ao local. Entre as décadas de 1970 e 1980 foram pavimentadas a rodovia SC 405 e a principal avenida do bairro, a Avenida Pequeno Príncipe, e assim, aos poucos, foram sendo instaladas as demais infraestruturas (CÉ, 2016).

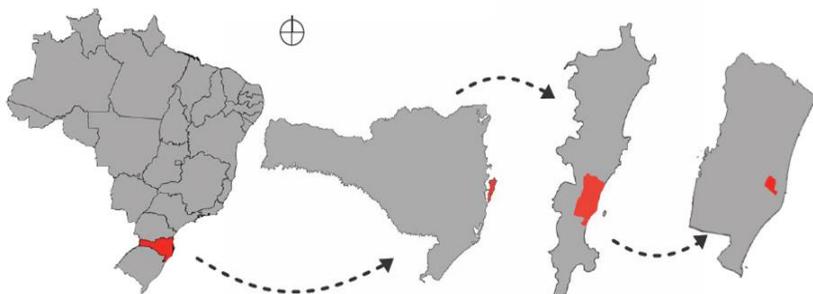
O distrito, dividido em cinco bairros: Campeche Sul, Campeche Norte, Campeche Leste, Rio Tavares e Morro das Pedras, desenvolveu-

se com um processo de urbanização dispersa e por isso conta com uma limitada oferta de infraestrutura urbana em diversos pontos, como saneamento básico e pavimentação adequada. Nesta localidade a atividade econômica predominante é turística, porém se intensificou a ocupação residencial nas últimas décadas (SANTOS; SILVA, 2018).

A planície do Campeche, por sua proximidade ao centro de Florianópolis, apresenta características de cidade permanente, concentrando grande número de residências. Com sua espetacular praia, apresenta também ocupação balneária em adiantado estado de desenvolvimento. [...] A extensão da área ocupada e a velocidade do processo impressionam tanto quanto a ausência do poder público no sentido de efetivamente disciplinar a ocupação estratégica da área (REIS, 2012, p. 155).

Em 1992, o IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - propôs um plano de urbanização audacioso e grandioso para o bairro. A população então se uniu para impedir que o plano fosse colocado em prática. As associações do bairro (AMOCAM – Associação de Moradores do Campeche e ASC – Associação de Surf do Campeche) são conhecidas por suas mobilizações a favor da preservação do bairro e da natureza que nele predomina (CÉ, 2016).

Figura 21: Localização nacional e estadual e do local de estudo.



Fonte: (CÉ, 2016).

Apesar da resistência dos moradores, a o crescimento urbano chegou rapidamente ao bairro, principalmente nas últimas décadas (início dos anos 2000), modificando, cada vez mais, a paisagem, o modo

de vida da comunidade local e também o ambiente, que se torna cada vez mais vulnerável à ação do ser humano.

Figura 22: Vista geral da planície do Campeche, com a Av. Pequeno Príncipe no centro e o campo de aviação à direita.



Fonte: (CÉ, 2016, com modificações da autora).

3.3 O CAMPO DE AVIAÇÃO E O PACUCA

Na década de 1920 a empresa aérea Air France adquiriu o terreno do Campo de Aviação localizado no Campeche, onde hoje se localiza o Parque Cultural do Campeche (Pacuca) e a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca. O local serviu de campo de pouso principalmente para os aviões do correio aéreo da Societé Latecoère⁴⁸, que vinham de Toulouse (França) para o Rio de Janeiro e Buenos Aires, e mais tarde para Santiago do Chile, pois naquela época, os aviões ainda não possuíam autonomia para realizar voos tão longos. Nessa época, a localidade do Campeche possuía pouquíssimos moradores e a implantação do campo de

⁴⁸ O Groupe Latécoère é uma empresa de aeronaves com sede em Toulouse, na França. Fundada por Pierre-Georges Latécoère em 1917, a empresa era conhecida no passado particularmente por seus hidroaviões (AERO, 2018).

poiso fez com que a comunidade se envolvesse nas atividades e incentivou a ocupação nas proximidades do local⁴⁹.

Com a 2ª Guerra Mundial a empresa teve que interromper o serviço postal. Em 1944, a área, já desapropriada, passou a ser domínio da União e após isso ficou sob domínio da Aeronáutica, sendo utilizado até 1955 pela empresa aérea Panair do Brasil. Em 1955, com a construção do Aeroporto Hercílio Luz, o campo de aviação foi desativado (CÉ, 2016).

O encerramento das atividades fez com que a população se apropriasse do espaço, a começar pelas pistas de pouso e decolagem, que se tornaram avenidas e ruas do bairro. A Avenida Pequeno Príncipe, hoje principal avenida do bairro, era uma das seis pistas. Também o Morro do Lampião foi um local de grande importância na época, pois era onde os moradores locais subiam com lampiões para sinalizar e auxiliar os aviadores que chegavam ou partiam (CÉ, 2016).

Desde a sua desativação a comunidade local travou uma luta para que o local fosse tombado e assim que todos pudessem se beneficiar da área, além de preservar sua história. Em 1987 foi feito um abaixo assinado reivindicando o tombamento da área. O Ministério da Aeronáutica então propôs um “contrato de cessão de uso gratuito”. Já em 1999 o terreno foi desmembrado em quatro registros distintos (CÉ, 2016).

O terreno, que tem aproximadamente 352mil m² em sua totalidade, tem valor histórico inestimável para a comunidade local. O Plano Diretor de 1997 previa para o campo de aviação uso residencial e institucional e ainda uma pista de rolamento que passaria sobre a área, negando totalmente a singularidade e história local. Assim, mais uma vez, a comunidade, juntamente com as associações do bairro, se uniu para impedir que o plano fosse aprovado (CÉ, 2016).

Em 2002, o IPUF reconheceu o valor histórico da área apesar de ainda não ser tombada. No ano de 2014 a prefeitura aprovou um Decreto⁵⁰ que instituiu o tombamento de menos da metade da área do campo de aviação.

Após uma ação do Ministério Público Federal, a prefeitura tombou por meio do decreto nº 13.707, como patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural o conjunto que fica na Avenida Pequeno

⁴⁹ Contam os moradores mais antigos que o piloto Saint Exupéry, que era também escritor (autor da obra mundialmente conhecida intitulada “O Pequeno Príncipe”), manteve relações afetuosas com os moradores locais (CÉ, 2016).

^{1.2}⁵⁰ Decreto nº 13.707, de 17 de novembro de 2014.

Príncipe. A área está sob administração da Base Aérea de Florianópolis desde 1948 e parte do terreno foi cedido à prefeitura. Na prática, dos 352 mil m², apenas 129 mil m² foram tombados (ALVES, 2014).

O Decreto prevê a preservação e valorização das antigas pistas de pouso do local, admite equipamentos de uso público de lazer, cultura e infraestrutura e ainda autorizou a construção do Posto de Saúde Municipal do Campeche dentro da área. Além disso, delegou a gestão do Parque à FLORAM – Fundação Municipal do Meio Ambiente.

A figura a seguir mostra a divisão da área do campo de avião entre o que hoje é área da União e onde é área da Aeronáutica, e onde foi construída a edificação do posto de saúde municipal. A Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca localiza-se exatamente atrás do terreno onde está implantado o posto de saúde.

Figura 23: Divisão das áreas no Campo de Aviação do Campeche.

Campo de aviação



Fonte: (GOMES, 2014).

Atualmente, a comunidade continua na luta para que a área, que ainda está sob a administração da Base Aérea, seja cedida à prefeitura e então de fato sejam feitas as obras para o Parque Cultural do Antigo Campo de Aviação do Campeche. O projeto, baseado em diagnóstico elaborado pela comunidade, data de 2007 e prevê equipamentos culturais, infanto-juvenis, equipamentos institucionais, entre outros. Em reportagem que data de junho de 2018, o IPUF informou que:

A área é federal, comandada pela Base Aérea, e ainda não foi cedida para a prefeitura. Portanto, a responsabilidade sobre o que ocorre no local é da Aeronáutica. ‘O tombamento não altera o título de propriedade de um terreno. Nada pode ser feito enquanto a Base Aérea for a proprietária e não tomar uma decisão sobre qual destino pretende dar àquela área’ (LUZ, 2018).

Apesar disso, a comunidade não desiste e continua ocupando o local, tendo a horta papel importantíssimo nessa ocupação, e também utilizando o espaço para práticas esportivas como rúgbi e futebol, eventos comunitários e reuniões. Recentemente, em junho deste ano (2018) ocorreram intervenções no local.

No mês de junho, a Base Aérea abriu duas crateras no terreno, uma delas profunda, destruindo o campo de futebol utilizado pela comunidade. A justificativa para a abertura das valas foi a preservação do patrimônio público, mas, os órgãos ambientais, do Patrimônio Público e Prefeitura não foram avisados (DUCAMPECHE, 2018).

Segundo o jornal local DuCampeche (2018), a intenção das intervenções seria a construção de uma cerca com o intuito de “acabar com os problemas de violência e consumo de drogas” no local. A Prefeitura Municipal conseguiu embargar a obra através de uma liminar, mas depois de uma reunião com a Base Aérea, retirou o embargo diante da defesa desta, que prometeu limpar o terreno e fechar somente o acesso a veículos, permitindo que as pessoas continuem tendo acesso ao local.

Após este episódio, a comunidade se reuniu no local, e num ato simbólico, realizou um abraço à área, juntamente com um evento comunitário.

Figura 24: Abraço simbólico realizado no Pacuca. Agosto de 2018.



Fonte: (DUCAMPECHE, 2018).

Figura 25: Chamada para evento no Pacuca. 30/06/2018.



Fonte: (CAMPECHE, Parque Cultural do; 2018).

Figura 26: Chamada do evento ocorrido no dia 11/08/2018 no Pacuca.



Fonte: (DUCAMPECHE, 2018).

3.4 RETOMADA DA AGRICULTURA URBANA EM FLORIANÓPOLIS

A semente da Agricultura Urbana em Florianópolis foi lançada, mas o chão era árido, e não foi fácil a semente brotar. Os grupos começaram a se conhecer mais, a partilhar seus saberes e experiências... A semente esperava bons tempos. A Agricultura Urbana começa a entrar de vez na discussão política em 2015. Muitas oficinas, cursos, encontros, mutirões. A Rede Semear Floripa se fortalece e vive um momento fecundo. A semente a brotou e começa a romper o concreto da cidade. Vieram as ocupações e a luta pela moradia se encontra com a luta pelo cultivo e cuidado da terra. Produzir alimentos na cidade é um ato de resistência, de re-existência. Comissão de mulheres, de plantas medicinais, de comercialização, de sementes, de permacultura... muitas vozes, muitas lutas, as mesmas esperanças. Serão anos de caminhada, arando o concreto, semeando teimosamente a vida. Viva a Agricultura Urbana, viva o povo que luta, viva a terra que ama, viva esse mundo novo, essa Terra Sem Males. “Aqueles que semeiam com lágrimas,

com cantos de alegria colheirão” nas terras do Bem Viver (ALMADA, 2014).

Em 2009, de acordo com Alves e Correa (2009), Florianópolis contava com 11 grupos trabalhando com agricultura urbana e assessorados pelo CEPAGRO, fundada em 1990 por pequenos produtores e técnicos da UFSC, com o intuito de promover ações em benefício da agricultura de grupo e familiar. Estes grupos atuam em diferentes bairros da cidade levando informação e prática para a comunidade local. Atualmente, esses grupos que trabalham com agricultura urbana na cidade já se multiplicaram e atuam diretamente, auxiliando no desenvolvimento de novos locais de prática e saberes. Quintais de Floripa, Coletivo Pátios Amigos, Revolução dos Baldinhos, Camping do Rio Vermelho, CEPAGRO são alguns coletivos que atuam ativamente na cidade, promovendo ações sociais e transformadoras da paisagem e da sociedade.

Em Florianópolis a agricultura urbana apresenta-se de inúmeras formas desde hortas comunitárias, hortas particulares, até hortas em escolas, centros de saúde, pátios de compostagem, jardins urbanos, entre outras inúmeras tipologias.

As hortas urbanas comunitárias do bairro Campeche, em Florianópolis surgiram por iniciativa coletiva, através de grupos de moradores do bairro com interesses comuns que compartilharam nas redes sociais a vontade e necessidade da criação de espaços públicos de cultivo, onde a vizinhança pudesse compartilhar e plantar alimentos e compartilhar conhecimentos. A partir disso, iniciou-se um movimento de ocupação de terrenos ociosos para cultivo de plantas alimentícias, medicinais, aromáticas, compostagem, minhocário, sementeiras e mudas. Inicialmente, houve um “projeto piloto” em um terreno particular cedido por seu proprietário intitulado “Quinta do Campeche”. Após a experiência inicial, foram surgindo oportunidades de ocupar outros espaços, públicos e privados.

Figura 27: Reunião do coletivo na Quinta do Campeche.



Fonte: (FLORIPA, Quintais de. 2015).

Figura 28: Quinta do Campeche.



Fonte: (FLORIPA, Quintais de. 2015).

Desse movimento iniciado em maio de 2015, surgiu o movimento coletivo intitulado “Quintais de Floripa”, com implantação de diversas hortas urbanas em Florianópolis, entre elas quatro hortas urbanas comunitárias somente no bairro do Campeche. São elas: a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, localizada no Parque Cultural do Campeche, a Horta das Garças, localizada em terreno privado cedido à comunidade, a Horta da AMOJAC (Associação dos Moradores do Jardim Castanheiras), localizada em terreno da associação e a Horta da Fazenda Rio Tavares, localizada no Posto de Saúde local.

Em seu *website*, criado em 2015 para divulgação e conhecimento o coletivo Quintais de Floripa coloca como seus principais objetivos:

Integração e fortalecimento de ações focadas na agricultura urbana, agroecologia e permacultura;
Desenvolvimento de hortas urbanas e conversão de terrenos improdutivo;
Geração de sementes e mudas para a comunidade;
Capacitação comunitária e desenvolvimento de projetos para a geração de renda e alimentos junto a comunidades carentes;
Projetos junto a entidades com foco na reciclagem orgânica e produção de alimentos;
Fortalecimento da Rede de Agricultura Urbana Municipal;

Figura 29: Logo do Coletivo Quintais de Floripa.



Fonte: (FLORIPA, Quintais de. 2015).

3.5 HORTA PEDAGÓGICA E COMUNITÁRIA DO PACUCA

(A). Como surgiu e o processo de concepção e materialização da horta do Pacuca.

A Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca – Parque Cultural do Campeche - surgiu da parceria entre os Quintais de Floripa e outras várias entidades locais, entre elas a AMOCAM, Destino Certo, Intendência do Campeche, Conselho de Saúde do Pacuca e COMCAP, buscando aproveitar um espaço amplo ocioso e que acumulava lixo no coração do bairro Campeche. É uma horta orgânica comunitária, aberta a todos que queiram participar, e que promove a agroecologia, a permacultura, o aprendizado, a saúde, a integração, a comunidade, a conscientização, o lazer, a abundância e a responsabilidade (FLORIPA, Quintais. 2015).

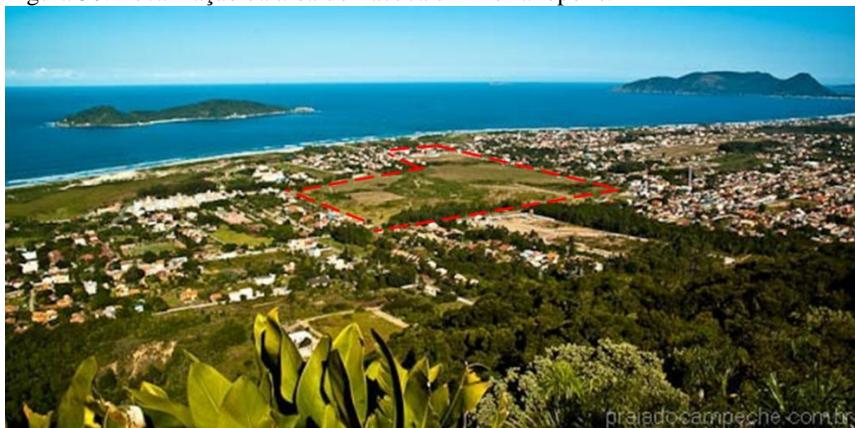
Como já foi colocado, a horta se localiza no terreno do antigo campo de aviação, área que foi tombada como Patrimônio Histórico e Cultural e ocupa atualmente aproximadamente 4 mil m², podendo chegar a 8mil m² contando o espaço dos canteiros, roça e compostagem.

A área está classificada no Plano Diretor vigente (2014), como Área Comunitária Institucional (ACI), porém já há algum tempo vem sendo requisitada pela comunidade e movimentos sociais para se tornar uma Área Verde de Lazer (AVL). A Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, dentre as hortas comunitárias da cidade de Florianópolis, foi a que teve maior crescimento e a que tem tido maior visibilidade desde o seu início em 2015, tendo sido tema de vários estudos e reportagem de diversos veículos da mídia local e nacional (FERREIRA, 2018).

[...] dentro desse contexto do parque [Parque Cultural do Campeche] a horta caía como uma luva para ocupar, ter a relação com o espaço do parque, e para iniciar essa ocupação de forma pacífica, inteligente, ordeira, produtiva e ambiental. (ENTREVISTADO 1⁵¹, 2018).

⁵¹ Informação verbal de participante da horta concedida em entrevista à autora, em 30 de junho de 2018.

Figura 30: Localização da área do Pacuca em Florianópolis.



Fonte: (LAMPPIÃO, 2014). Marcação nossa.

Figura 31: Localização da área onde encontra-se a Horta Comunitária da Pacuca no bairro Campeche e as principais conexões do entorno.



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2018). Modificações da autora.

O Parque Cultural do Campeche é um espaço de memória coletiva para o bairro e para a cidade de Florianópolis e a horta foi o primeiro equipamento implantado neste espaço comunitário desde a divisão da posse da área entre a Base Aérea e a Prefeitura. Portanto, essa ocupação pioneira da horta pode ser interpretada como uma reivindicação à cidade dentro dos seus processos urbanos, e também uma tentativa de “frear a especulação imobiliária” da área, fato que permanece crescendo atualmente.

O Pacuca, não tem como falar dele sem estar relacionado ao parque [Parque Cultural do Campeche]. [...] nós temos uma luta de 35, quase 40 anos, por uma área que foi o primeiro aeroporto de Santa Catarina, na década de 20 e 30,[...] e na década de 30 os franceses voltaram pra França né, pra 2º Guerra Mundial, em 1948, Getúlio [Vargas], comprou a área daí até 1956 ficou quase 10 anos sem funcionar, mas o aeroporto ficou funcionando até 1956, [...] era tudo gramado, a nossa Pequeno Príncipe [Avenida] era a pista, não existia a Avenida Pequeno Príncipe né, a nossa rua principal do Campeche era a Rua Auroreal, a rua de trás, o campo de aviação era tudo pasto, não existia árvore. [...] e tem dois elementos que estão tombados como Patrimônio Histórico – o Campo de Aviação e o Morro do Lampião [...] (ENTREVISTADO 1, 2018).

Percebe-se aqui a relação que a comunidade tem com o espaço do parque e como a horta tem o potencial de trazer o sentimento de pertencimento a esse local (Figura 31).

O início da horta se relaciona com várias questões, mas duas delas, sem dúvida, foram as que mais pesaram: a busca por um local para realizar compostagem no bairro e a ocupação da área do campo de aviação com o intuito de fomentar a criação do parque, e consequentemente gerar o sentimento de pertencimento oriundo dessa ocupação, por se tratar de um local tão relacionado à história do bairro.

Nesses anos todos, a comunidade do Campeche sempre usou essa área como área de lazer e agropecuária. Essa relação da comunidade do Campeche com o campo de aviação se dá

[principalmente] pela carência de áreas de lazer [...] (ENTREVISTADO 1, 2018).

De fato, além da praia, quase não há áreas de lazer no bairro, o que faz com que a população reivindique essa área tão extensa e subutilizada do campo de aviação.

Figura 32: Implantação e acesso à Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2018). Modificações da autora.

(B). Caracterização física e histórica do local e porque a implantação neste local.

A horta está localizada no quadrante oeste da área do Pacuca, e seu acesso é realizado pela Rua da Capela, ao lado do novo Centro de Saúde do Campeche, finalizado recentemente (2017). A área da horta fica exatamente atrás da área do centro de saúde (9), local onde fica um pouco “escondida”, pois quem passa na rua não consegue ver nada do que se passa lá dentro. (Figura 33).

Figura 33: Vista do acesso principal da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.



Fonte: (GOOGLE STREE VIEW, 2018).

Logo na entrada antes de chegar ao portão que limita o espaço dos canteiros, há uma área onde ficam as bombonas onde a comunidade pode depositar seus resíduos orgânicos para a compostagem (1). (Figura 34).

Figura 34: Bombonas onde a comunidade deixa seus resíduos orgânicos para compostagem comunitária, na entrada da Horta do Pacuca.



Fonte: (ILHA, 2017).

Logo atrás ficam localizadas as leiras de compostagem (2) e um espaço vazio que é utilizado como estacionamento (3). (Figura 35).

Figura 35: Vista das leiras de compostagem e parte do estacionamento da horta.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Passando o portão da horta, há, no lado esquerdo de quem entra, alguns canteiros elevados com diversas hortaliças, legumes e verduras plantadas (4). Logo atrás foi destinada uma área para fazer roça de alguns alimentos (5). (Figura 36).

Figura 36: Plantio de aipim, milho, abóbora e feijão na horta do Pacuca.



Fonte: (PACUCA, 2018).

No lado direito de quem entra ficam os canteiros elevados em forma de avião juntamente com os canteiros de chás, morangos e espiral de ervas (6).

Figura 37: Vista a partir do portão para dentro da horta.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Mais à frente fica o local coberto (8) que foi construído com a finalidade de abrigar ferramentas e reunir os voluntários e a comunidade para reuniões, cursos e palestras.

Figura 38: Local de reuniões e onde ficam as ferramentas de manejo da horta.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Na esquina da Rua da Capela com a Avenida Pequeno Príncipe fica localizada a pracinha onde acontece a feira de distribuição dos alimentos da horta (10). (Figura 39).

Figura 39: Pracinha onde ocorre a feira de excedentes da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.



Fonte: (GOOGLE STREE VIEW, 2018).

Antes da implantação, a área ocupada atualmente pela horta estava abandonada e era utilizada como depósito de lixo a céu aberto. Pode-se ver (Figuras 40 e 41) como o local encontrava-se subutilizado e abandonado. No início de 2015 foi realizado um mutirão de limpeza em parceria com a Comcap em que foram retirados muitos quilos de lixo, não só do local da horta como de todo o espaço correspondente ao Pacuca. Após esse mutirão, ainda foram realizados muitos outros, pois a população voltou a depositar lixo rapidamente no local.

Figura 40: Local onde foi implantada Horta do Pacuca costumava ser depósito de lixo a céu aberto (2015).



Fonte: (FERREIRA, 2018)

Figura 41: Entulho e lixo acumulado na área do Pacuca, no bairro Campeche. (2015).



Fonte: (CAMPECHE, 2015).

Como a demanda inicial era um local para fazer a compostagem do bairro, primeiramente, foram criadas leiras de compostagem, no local onde hoje ficam alguns canteiros da horta. E assim foi nascendo a horta comunitária.

[...] então a gente fez a horta, hoje ela é considerada a maior horta pública comunitária do Brasil, ela tem 3 anos e foi fundada em 5 de maio de 2015 e se fez a horta como um elemento do parque, e agora a gente quer fazer um engenho de

farinha, quer produzir nossa própria mandioca (ENTREVISTADO 2⁵², 2018).

Figura 42: Início da ocupação da horta do Pacuca, antes da sua inauguração, com posto de saúde ao fundo e leira e bombonas de compostagem em primeiro plano.



Fonte: (FLORIPA, Quintais de. 2014).

A empresa Destino Certo, que recolhe resíduos orgânicos de estabelecimentos comerciais e também da comunidade para compostagem, foi parceira na criação da horta, e ficou responsável pela compostagem até o final do ano de 2016. Após isso, a compostagem da horta passou a ser exclusivamente do Pacuca e comunitária. Posteriormente à implantação da horta, a compostagem foi realocada para outro espaço, deixando maior espaço livre para implantar canteiros.

⁵² Informação verbal de participante da horta concedida em entrevista à autora, em 17 de agosto de 2018.

De acordo com o Jornal do Campeche em reportagem que data de 2016 o volume de resíduos orgânicos da cidade “representam quase 50% do volume total de lixo descartado diariamente na capital. Isso significa uma despesa anual para o município de cerca de R\$ 15 milhões, que poderiam ser aplicados na infraestrutura urbana, saúde e educação, entre outros”. Ainda segunda a Comcap, “as hortas funcionam como uma espécie de vitrine para conscientizar a população sobre a importância da separação e reciclagem do lixo” (CAMPECHE, 2016).

Afirma o assessor técnico da Comcap que “a Comcap deixa de levar ao aterro sanitário em Biguaçu cerca de 10 toneladas ao mês, graças à ação de compostagem realizada no Pacuca” (Jornal da Ilha, 2016).

Dessa forma a compostagem realizada na horta presta um serviço ambiental relevante para o meio ambiente. E para a cidade, esse serviço poderá ser calculado e pago em breve, de acordo como projeto que está tramitando na Câmara Municipal, que propõe remunerar os locais que evitam o transporte de resíduos orgânicos para o aterro sanitário de Biguaçu.

Atualmente, a compostagem na horta do Pacuca atende aproximadamente 250 famílias, que vão periodicamente deixar seus resíduos orgânicos nas bombonas que ficam na entrada da horta.

A gente faz a compostagem uma vez por semana, são 2 toneladas quase 3 mais ou menos, a gente tem um sistema termofílico, sistema UFSC de compostagem, melhor sistema do mundo de compostagem. E a gente produz esse adubo [...] A horta não existe sem compostagem. Na questão da compostagem também, a horta está servindo pra replantar o campo do parque, pra tirar os pinus e replantar mata nativa, principalmente frutífera [...] A gente produz (aproximadamente) 80 toneladas de adubo por ano aqui, e nisso tu bota ai mais 7x essa quantidade que seria água, a cada 10kilos de orgânicos 7kilos são água (chorume ou fertilizante natural) e 3kilos é adubo, e esse adubo que a gente produz aqui, é pra reflorestar a área do parque, pra plantar mudas, então tu vai ver várias árvores plantada ai, principalmente frutífera, manga, ingá, caju, mamão, bananeira, abacate, maracujá [...] Então nós produzimos nosso adubo, e o nosso adubo tem a prioridade de manter a horta, de doar de preferência para as instituições, na forma

educativa, principalmente os colégios, e dar pra um ou outro morador [...] (ENTREVISTADO 3⁵³, 2018).

Figura 43: Manejo da leira de compostagem na Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.



Fonte: (PACUCA, 2018).

Pode-se notar então que a quantidade de resíduos desviados do aterro sanitário é bastante significativa, e que com a lei de pagamento por serviços ambientais urbanos em vigor, a horta poderia passar a ter um rendimento mensal fixo para cobrir algumas das despesas.

No local, onde inicialmente foram implantadas as primeiras leiras de compostagem, hoje em dia encontra-se um grande canteiro em forma de avião.

Quando surgiu a ideia de fazer a horta, já de início foram pensados e feitos os canteiros na forma de avião [...] (ENTREVISTADO 1).

⁵³ Informação verbal de participante da horta concedida em entrevista à autora, em 17 de julho de 2018.

O sistema de plantio adotado são canteiros elevados, tanto pela questão do solo do local não ser o mais apropriado para plantar, pelo fato de ser muito arenoso e alagável, além de facilitar o trabalho das pessoas que plantam, regam ou podam as plantas, sem a necessidade de abaixar e levantar, e acaba servindo também para evitar que bichos tenham acesso às plantações.

O sistema de canteiros é um sistema alemão - Hugelkultur⁵⁴ com 60 cm de altura, os canteiros são alto do chão, pro cachorro não urinar, apesar de ser proibido animal na horta né, mesmo assim, então ele fica alto e também facilita o nosso trabalho (ENTREVISTADO 2, 2018).

Através dessa técnica adotada também se buscou dar uma finalidade aos restos de podas de árvores e outras plantas, que muitas vezes são descartados na área do parque e próximo à horta, além das podas da própria horta. A estrutura é composta de uma camada de galhos maiores embaixo e matéria orgânica por cima, além do composto orgânico, onde ocorre a plantação. Essa combinação permite que a decomposição aconteça aos poucos dentro do canteiro, deixando o solo mais fértil, mais vivo e mais úmido, auxiliando no desenvolvimento da plantação.

Utiliza-se madeira de caixaria de restos de obra e construções, para sustentar os canteiros nas laterais. Esse material é conseguido de doações, o que reduz os custos significativamente, apesar da madeira com o tempo apodrecer e ter que ser substituída (evita-se a madeira tratada devido aos produtos químicos utilizados).

A gente quer [...] e também fazer os canteiros de tijolo que nós mesmos fabricaremos o tijolo de barro para ser mais ecológico e durável, porque a madeira de caixaria apodrece muito rápido e tem que trocar de 2 em 2 anos. (ENTREVISTADO 3, 2018).

⁵⁴ Hugelkultur é uma técnica Alemã desenvolvida por séculos, a palavra em Alemão significa “Cultura de Colina”. A ideia é fazer um tipo de canteiro alto, onde o centro é recheado de matéria orgânica e madeira para que haja uma retenção de água e proliferação de vida e assim uma adubação no solo a longo prazo. (PENNA, 2016).

Figura 44: Imagem ilustrando a técnica Hugelkultur utilizada nos canteiros elevados da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.



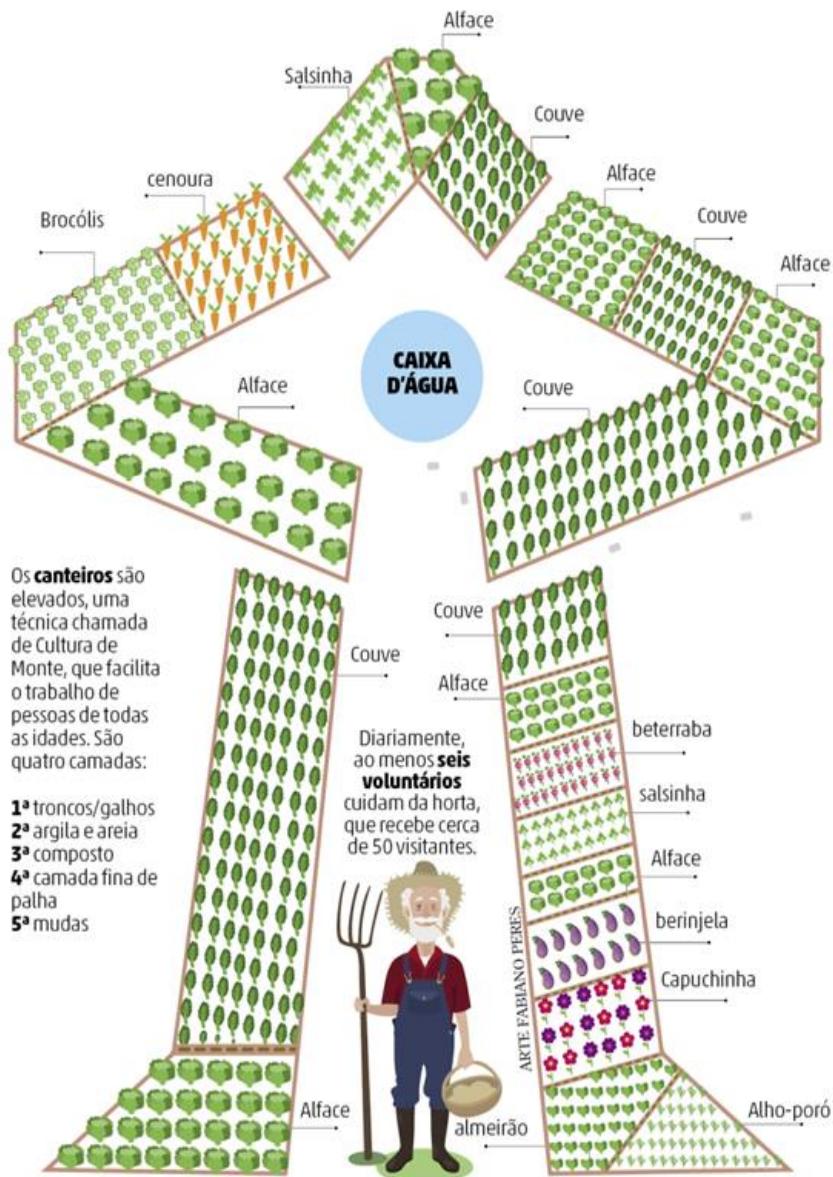
Fonte: (PENNA, 2016).

Figura 45: Início da construção do maior canteiro da horta em formato de avião.



Fonte: (FLORIPA, Quintais de. 2016).

Figura 46: Desenho do projeto piloto dos canteiros elevados em forma de avião na horta.



Fonte: (WOLFF, 2016).

Alguns itens de plantas, hortaliças e legumes ilustram o desenho, mas hoje em dia a plantação é feita em sistema de consórcio, ou seja, várias espécies e tipos diferentes são plantadas próximas umas das outras, o que faz que fiquem mais produtivas, pois “um ajuda o outro” com nutrientes necessários.

Figura 47: Voluntários iniciando os primeiros canteiros elevados da horta. Março 2016.



Fonte: (FLORIPA, Quintais de. 2016).

Figura 48: Vista geral do canteiro em forma de avião já pronto (2016).



Fonte: (WOLFF, 2016).

Entre os alimentos mais plantados nos canteiros estão beterraba, cenoura, alho poró, cebola, alface, rúcula, repolho, couve, berinjela, rabanete, nabo, além de muitos temperos e ervas aromáticas, que tem a função de espantar pragas e eventuais bichos que queiram atacar a plantação, por causa do seu cheiro forte. Há também árvores de mamão nos canteiros.

Figura 49: Canteiro com mudas recém-plantadas em consórcio em 2016.



Fonte: (PACUCA, 2016).

Figura 50: Canteiro produzindo. Alface, mamão, manjeriçã, couve. Setembro de 2018.



Fonte: (PACUCA, 2018).

Após a implantação do primeiro canteiro elevado (em forma de avião), aos poucos foram sendo feitos outros elementos na horta. O espiral de ervas foi um deles, onde as pessoas podem colher plantas medicinais, chás e ervas para compostos para saúde.

[...] tem no Pacuca, a área de ervas medicinais, então tu tens a questão da saúde mesmo, não só saúde através de alimentos, mas saúde através de remédios, de ervas (ENTREVISTADO 1, 2018).

Figura 51: Espiral de Ervas da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca.



Fonte: (WOLFF, 2016).

Assim, as pessoas têm oportunidade de resgatar saberes a respeito de uma ou outra enfermidade, evitando tomar remédios desnecessários utilizando algum chá ou composto de ervas. Outro elemento construído foi o canteiro em formato de rosa dos ventos, onde a prioridade foi colocar plantas que dão flores para alegrar e enfeitar o local.

Figura 52: Canteiro em forma de Rosa dos ventos na horta do Pacuca.



Fonte: (CEPAGRO, 2017).

Canteiros de morango e de chás também foram criados (Figuras 51, 52 e 53). Após essa primeira etapa de construção do canteiro em formato de avião e os pequenos canteiros e espiral de ervas, começou-se a ocupar as outras partes do terreno, com mais canteiros elevados, paralelos entre si, e também se reservou um local para plantação de mandioca e milho crioulo, além de treliças para o cultivo de tomates. Árvores frutíferas vão sendo plantadas ao redor do local continuamente.

Figura 53: Pequenos canteiros de chás e ervas e de morango foram feitos diretamente no chão.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Entre os anos de 2015 e 2016, a horta foi se desenvolvendo e crescendo rapidamente. Em 2016 os voluntários construíram um local coberto para guardar ferramentas e para o encontro das pessoas. Também foi feita uma ponteira, espécie de poço que puxa água do lençol freático, para que haja abastecimento de água, pois antes era preciso levar água em galões para regar as plantas e limpar ferramentas.

(C). Eventos, cursos, mutirões, palestras e visitas guiadas

O local para reuniões dos voluntários serve também para oficinas e palestras que acontecem regularmente na horta. Esses eventos são organizados pelos próprios voluntários e divulgados, principalmente pela internet e rede sociais, com o intuito de chamar mais pessoas para a horta. Nos anos de 2016 e 2017 foram realizadas diversas oficinas.

Figura 54: Local coberto da horta, onde são realizadas reuniões dos voluntários, oficinas, palestras e onde são guardadas ferramentas, entre outros.



Fonte: (Arquivo pessoal, 2018).

Figura 55: Cartaz da oficina de PANC's realizada em 02/02//2017 na horta.



Oficina de introdução às
PANC
 (Plantas Alimentícias Não Convencionais)

02/12
sábado
15h

Identificação, Receitas e Valores Nutricionais
 com Ramona Muhlbach e David Soares

Local: Horta Comunitária do Pacuca
 (R. da Capela atrás do "Posto de Saúde"
 do Campeche)

*15 vagas
 Inscrições por email até 01/12: hortadopacuca@gmail.com

Valor: 1kg de alimento não perecível que será doado aos índios
 guaranis do Morro dos Cavalos

Fonte: (PACUCA, 2017).

Figura 56: Cartaz da Oficina de Sais Aromatizados realizada na horta em 01/07/2017.



Oficina: Sais Aromatizados
 Equilibrando a alimentação

01/07 - sábado
 Horário: 10h
 Com David Soares
 Local: Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca

Fonte: (PACUCA, 2017).

Figura 57: Cartaz da oficina de Plantas Medicinais realizada dia 20/052017 na horta.

OFICINAS SABER NA PRÁTICA
Plantas Medicinais
 COM ALÉSIO DOS PASSOS SANTOS

ONDE
 Horta Comunitária PACUCA
 Rua da Capela 1195 - Campeche

QUANDO
 20 de maio 2017
 (Sábado) 9h - 11h

INSCRIÇÕES GRATUITAS, VAGAS LIMITADAS!
sabernapratica.cepagro@gmail.com

REALIZAÇÃO

ACIF
 Associação Comercial e Industrial de Florianópolis

CEPAGRO
 Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

Fonte: (PACUCA, 2017).

Por meio desses eventos a comunidade além de entrar em contato com a horta, tem a oportunidade de reconhecer o local do campo de aviação como uma área pública e parque cultural. Além disso, as oficinas trazem conhecimento específico e favorável para ampliação e manutenção da horta.

(D). Organização financeira – investimentos e apoios

Na questão financeira são os próprios voluntários que investem na horta. A horta já recebeu auxílio pontual de pequenos empresários e da Comcap, principalmente na forma de ferramentas e utensílios, porém não há recursos fixos e constantes.

A horta tem uma despesa né, que não é pequena né, tem energia elétrica (+ ou - 70 reais por mês), tem locomoção para levar os produtos nas áreas

carentes, pra comprar mudas, bombonas pra compostagem, muita coisa, fumo pra defensivo natural, sombrite para cobrir a plantação no verão (1000 reais pra toda a horta), ferramentas (carrinho de mão, peneira, enxadas...). Os voluntários que pagam um ou outro voluntário que dá um capital... Mas tudo isso é um capital precisa de dinheiro, precisa de ajuda. Até já tivemos ajuda de alguns empresários, mas muito pouco [...]. Nós não temos recurso nenhum [...]. Então os próprios voluntários colocam recursos aqui, quem opta por isso [...] aqui não tinha energia, não tinha água, então hoje nós temos uma ponteira (de água), nós temos energia né, foi colocado um poste trifásico que custou 1700 reais [...] (ENTREVISTADO 1, 2018).

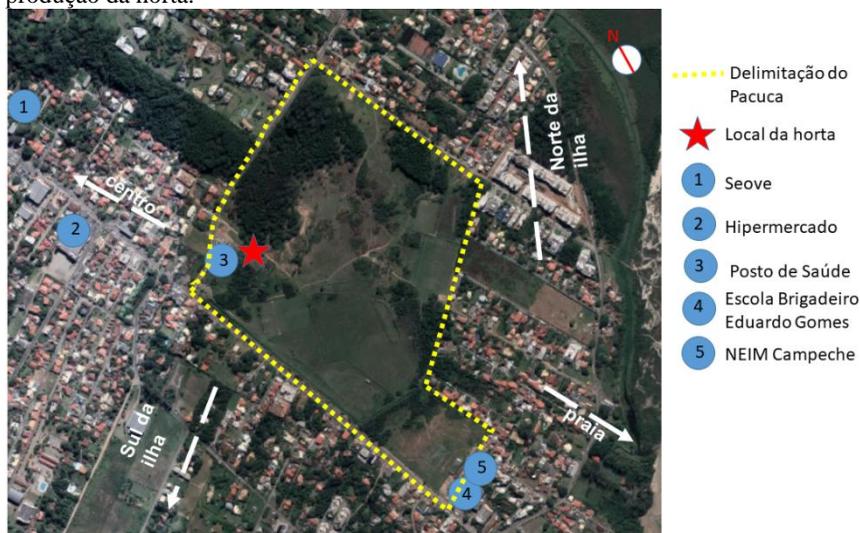
A intenção dos voluntários é que futuramente a horta seja autossuficiente, há projetos em andamento para firmar parcerias com alguns setores da UFSC na busca de patrocínio para implantar algumas das soluções propostas.

Nós temos a intenção de ser autossustentáveis. Queremos colocar dois containers e encima dos containers, em parceria com a Universidade Federal, vamos colocar placas solares, vamos fazer o biodigestor para produzir nossa energia, vamos tirar energia do nosso adubo, vamos reaproveitar a água do telhado do posto de saúde, vamos produzir energia, e vamos devolver energia pro posto de saúde, vai ser o primeiro posto de saúde a ter energia própria, produzida por nós, ou seja, um parque autossustentável. (ENTREVISTADO 2, 2018).

Com relação à produção, a intenção nunca foi a de comercializar, mesmo que a renda servisse para ajudar a manter a horta. Os alimentos colhidos são distribuídos entre os voluntários e, prioritariamente, doados para escolas, instituições e comunidades carentes. A Seove (*Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna*), associação que abriga idosos, localizada no Campeche próximo à horta, recebe produtos toda a semana. Comunidades como o Morro do Quilombo, no centro da capital, Costeira do Pirajubaé e Areias do Campeche são alguns locais

em que os voluntários vão pessoalmente distribuir a produção. Algumas escolas também recebem produtos eventualmente, como a NEIM Campeche (Núcleo de Educação Infantil Municipal do Campeche).

Figura 58: Localização de alguns de referência e pontos de distribuição da produção da horta.



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2018). Modificações da autora.

Mesmo assim, a produção ainda tem excedente e desde o início de 2017 é realizada periodicamente uma feirinha colaborativa. Uma barraca é montada na pracinha do campo de aviação e ali são distribuídas alfaces, rúculas, repolhos, beterrabas, entre outras hortaliças da horta. Os voluntários pedem uma contribuição voluntária da população para cobrir os gastos envolvidos (deslocamento, barraca, entre outros) e com o recurso que sobra fazem pequenos investimentos na horta, como compra de novas ferramentas, mudas ou pagamento da conta de luz.

(E). Percepção dos atores envolvidos, atuação nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do local.

A questão da integração foi bastante destacada pelas pessoas que foram ouvidas, além da questão do compartilhamento dos alimentos com a comunidade e principalmente com pessoas de áreas carentes.

A nossa finalidade principal é usar a horta como área de integração, de relação, levar alimento orgânico para as pessoas carentes, que nem sequer comem verduras né, agora tão comendo até orgânicos, expandir também a educação orgânica pras famílias e pras pessoas, a gente quer, na verdade, expandir essa ideia de ocupar as áreas públicas com essa ferramenta e ao mesmo tempo nós estamos solidificando a presença da comunidade no campo de aviação e dentro do parque e mostrando que nós sem recurso, com pouco recurso mesmo, se consegue fazer isso né. E o mais triste é o distanciamento do poder público né, alias a prefeitura e a Comcap usam isso aqui muito como um modelo né, mas não contribuem muito [...] (ENTREVISTADO 3, 2018).

Nota-se aqui a questão de trazer consciência ambiental e alimentar para as pessoas, através do consumo dos alimentos orgânicos, por exemplo, tanto as que têm contato direto com a horta quanto as que só recebem os alimentos cultivados ali.

Figura 59: Voluntários da horta levando os alimentos para distribuição. Maio de 2018.



Fonte: (PACUCA, 2018).

Figura 60: Cartaz de divulgação da feira da horta do Pacuca. Agosto de 2018.



Fonte: (PACUCA, 2018).

Figura 61: Feira gratuita da horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca. Maio de 2018.



Fonte: (PACUCA, 2018).

Para que a horta esteja sempre produzindo, há uma sementeira e berçário para algumas mudas que são, periodicamente, compradas ou doadas por voluntários.

Tudo aqui é orgânico, nada é híbrido, onde a gente pega semente sempre pesquisa a procedência, visita, e procura saber se é orgânico, tudo aqui é tratado de forma orgânica, fumo, cinza, sistema de ervas com cheiro forte para espantar os bichos, defensivo natural... Tomilho, manjerição, hortelã. Nossa perda é muito pouca... Usa o sistema do ovo pra espantar bicho também né [...] Aqui a gente tenta divulgar a importância da produção orgânica [...] (ENTREVISTADO 1, 2018).

Figura 62: Sementeira e berçário de mudas da horta.



Fonte: (Arquivo pessoal, 2018).

[...] nossas prioridades são trabalhar com orgânicos, buscar sempre orgânicos, o milho com o índio, a rama com o quilombola, ou seja, pra pegar tudo orgânico na sua essência, e junto disso, nós temos sementeiras, fizemos de sementes orgânicas e fizemos mudas, mas a horta é muito grande pra suporta isso, então buscamos algumas mudas na serra, nas áreas de colonos que trabalham com orgânicos puros que nós conhecemos [...] Como a horta é muito grande é comum nós plantarmos aqui na horta do Pacuca,

13, 14 mil mudas, então isso não tem berçário de muda que suporte isso, até porque é um trabalho muito árduo, muita coisa, e a gente tem carência de recurso, principalmente recursos humanos (ENTREVISTADO 3, 2018).

(F). Agentes envolvidos e que atuam na materialização e manutenção da horta.

A questão dos recursos humanos ou voluntários é um tema que gera bastante polêmica e discussões. Muitas pessoas ficam um tempo, como voluntários, vão uma ou duas vezes e não voltam mais, enfim, não há um comprometimento de grande parte das pessoas. São alguns poucos, porém atuantes voluntários, que fazem que a horta e todas as suas atividades adjacentes deem resultado e continuem crescendo.

E aí o voluntário, ele é volátil né como é voluntário, ele vem 10, 15 dias a pessoa, depois some depois volta de novo, então de voluntário no Pacuca tem uns 30, desses 30 tem 20 mais assíduos, desses vários com idas e vindas, alguns moram fora, vários mudam de cidade, de país, e todo mundo tem a sua vida, principalmente porque a maioria é jovem né então precisa estudar, precisa trabalhar [...] então nós temos aquele grupo de estudantes e de aposentados, que podem se doar mais, tem mais tempo. Então tem 30, cai pra 20 e 10 são pegador, que 5 são os guerreiro né, que fazem a horta acontecer [...] Lógico que ninguém cobra ninguém, até pra não criar nenhum problema de relação [...] (ENTREVISTADO 2, 2018).

Nota-se que para o tamanho da horta a quantidade de voluntários ativos é pouca se levarmos em conta as demandas de trabalho de uma horta desse porte.

Alguns voluntários são a favor de que só quem trabalhe de fato na horta possa colher seus frutos. Porém, a maioria optou por sempre que alguém passar pela horta e quiser, pode levar alimentos para casa. Por ser uma área pública, a maioria das pessoas acha justo que qualquer pessoa possa usufruir dos alimentos e ervas ali plantados.

Por esse e por outros motivos, como colheitas inadequadas que estragaram canteiros, foi decidido em consenso elaborar algumas orientações para as pessoas que frequentam a horta, além de definir um horário de funcionamento com a colocação de um portão de acesso à horta.

Casos de pessoas irem colher de madrugada para não serem vistos e supermercados que colheram um canteiro inteiro de algum vegetal também foram alguns dos motivos que acarretaram na decisão da colocação do portão de entrada e da definição de um horário de funcionamento e visitação para a horta. A cópia da chave do portão da horta fica com os voluntários mais assíduos e estes se comunicam com os demais para combinar os horários de trabalho.

[...] dentro dessa evolução a gente vê que 90% da sociedade é 10, mas 10% fazem um estrago. O que é esses 10%? É um supermercado que vem aqui e rouba um canteiro todo de beterraba, ai então nós optamos pelo portão né... Mas a nossa cerca é velha, qualquer um que quiser pular a cerca, pula e rouba entende, mas a gente fez de forma simbólica, então não teve muitos vandalismos, mas teve, mas nós não desistimos porque deu certo... [...] antes nós tínhamos 3 ou 4 bambus que levantava e entrava na horta qualquer um né, daí nós tínhamos um problema, por exemplo, não só da má intenção, do cara mal educado leva toda uma plantação, por não entender o que é uma horta comunitária, mas, por exemplo, um repolho, a pessoa não sabia diferenciar um repolho de uma couve, ai tirava as folhas do repolho e o repolho não fechava... Ai arrancava uma cebolinha, uma salsinha com raiz e tudo, quando na verdade podia passar a faca e levar só as folhas... Ou arrancava 10 beterrabas ou cenouras pequenas ao invés de levar uma que já tivesse crescido... Então tudo isso ai foi angustiando as pessoas e ai a gente optou por ter um portão e fazer as feiras gratuitas, sempre gratuitas (ENTREVISTADO 3, 2018).
Então a questão das regras deu certo, a gente continua distribuindo para as pessoas que vem aqui, qualquer pessoa que venha aqui buscar a gente distribui [...] (ENTREVISTADO 1, 2018).

Além das pessoas que vão conhecer e trabalhar como voluntários, a horta também recebe e guia a visitação de instituições de ensino e outras entidades. Já passaram pela horta diversas escolas e universidades de Florianópolis e também nacionais e internacionais.

[...] tem visitação também. Nossa horta é pedagógica e comunitária, então nós recebemos muitas escolas, que usam o espaço para fazer piquenique, pegam as frutas da própria horta, fazem lanche comunitário, vêm entidades, é comum a gente receber muitos estudantes de todas as idades, desde os pequenininhos até universitários, gente de intercâmbio, estrangeiros de todas as partes do mundo também... (ENTREVISTADO 1, 2018).

Figura 63: Placa localizada na entrada da horta com orientações e horário de funcionamento.



Fonte: (Arquivo pessoal, 2018).

Figura 64: Placas colocadas nos canteiros para que as pessoas não colham antes da hora.



Fonte: (Arquivo pessoal, 2018).

Figura 65: Visitação de escola infantil na horta. Outubro de 2018.



Fonte: (PACUCA, 2018).

Figura 66: Visitação de escola infantil na horta. Outubro de 2018.



Fonte: (RIOZINHO.COM, 2018).

A horta do Pacuca é um projeto em desenvolvimento, em evolução, fundamental no que diz respeito à relação das pessoas com o espaço e umas com as outras, principalmente no que diz respeito às trocas e interações que ocorrem diariamente.

Horta comunitária não é um espaço sem regras, como todo espaço, precisa de regras [...] Nós somos um projeto em evolução, da relação do espaço com as pessoas, ou das pessoas com o espaço... Então a gente começou a perceber que o espaço daqui do Pacuca, da horta, se tornou um espaço fundamental na relação de pessoas, então aqui a gente encontra noruegueses falando com nativos, suíço, sueco, baiano falando com Catarina, com carioca, gente que estava morando a uma semana no Campeche encontrando com nativo, e assim por diante [...] então a gente tá aprendendo, que a gente nunca para de aprender e evoluir no projeto [...] (ENTREVISTADO 2, 2018).

Os voluntários destacam que apesar de muito recompensador e prazeroso, o trabalho na horta não é fácil e exige bastante dedicação e empenho. Segundo eles, atualmente, ocorre uma “romantização” das hortas urbanas comunitárias, que faz com que muitas pessoas vejam

somente o lado bom do projeto. Com relação isso, um voluntário destaca que:

Claro que também é maravilhoso esse contato com a terra, mas tem que regar a horta quase todo dia dependendo do período, plantar muda, podar muda, tem que haver comprometimento [...] (ENTREVISTADO 3, 2018).

A partir desta breve descrição desde o surgimento, passando pelo seu funcionamento e manutenção, pode-se notar que a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca pode ser considerada um símbolo de reconfiguração do espaço urbano da comunidade do Campeche. Um local que representa uma demanda da comunidade local, mas também da cidade de Florianópolis, em que o crescimento urbano ganha cada vez mais espaço.

A questão da ocupação do Parque Cultural do Campeche é, de acordo com quase todos os voluntários ouvidos nesta pesquisa, uma das principais causas do sucesso e crescimento da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca. Através da horta a comunidade pôde se aproximar cada vez mais do parque, adentra-lo literalmente, sentindo-se realmente pertencente a esse local que tem valor inestimável para esta comunidade. Além disso, os voluntários destacam que a interação social, o contato com a natureza, a questão da saúde, educação ambiental e muitas outras questões levam a horta a ser este elemento importante para a comunidade local assim como para toda a cidade.

A horta, na questão do plano diretor, é uma ferramenta [...] fundamental para ocupação de áreas, porque a horta te traz a vida verde, traz o alimento orgânico [...], ela é fundamental principalmente pra ocupar as áreas públicas que estão a mercê de depósito de lixo, de usurpação por parte de indivíduos da política, como ocorre em Florianópolis, várias áreas da prefeitura foram roubadas, foram usurpadas através de burocracias no poder público [...] (ENTREVISTADO 1, 2018).

Com a presença da horta, hoje em dia, esta área do parque pode ser considerada um local seguro, onde, segundo voluntários, “pessoas vão até a noite sozinhas deixar seus resíduos orgânicos nas bombonas

localizadas na entrada da horta”, sem receio nenhum com relação à segurança.

(G). Principais relações sociais estabelecidas (público, espaço, social).

Figura 67: Entorno imediato da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca e suas relações.



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2018). Modificações da autora.

A horta está implantada em um local de fácil acesso e bem centralizado em relação ao bairro. Porém ela encontra-se dentro do parque e não há muita sinalização, somente uma placa indicando a entrada. Apesar da maioria das pessoas da comunidade saberem bem onde a horta se encontra, de fato, para uma pessoa que não é do bairro não é tão fácil se localizar para encontrá-la.

Figura 68: Placa localizada próxima ao acesso principal da horta do Pacuca.



Fonte: (PACUCA, 2018).

Todas as pessoas consultadas para essa pesquisa destacaram de alguma forma, a importância da horta para a vida comunitária e consequentemente para a reintegração da natureza dentro da cidade.

Eu acho fundamental na vida da área pública né, essa ferramenta a horta. Tu dá muita opção né, tu dá opção de ocupação, dá opção de uma coisa verde para o ambiente né, e ainda, frutífera, ou seja, alimentícia, melhor dizendo, e de forma saudável, e ainda com isso, tu permites esse espaço, tu proporcionas atividades de educação ambiental, de alimento, de espaçamento de plantar, de tempo que tu leva pra plantar, como deves plantar, tudo isso tu aprendes (ENTREVISTADO 4⁵⁵, 2018).

Foi bastante colocado também a questão do descaso do poder público com a área do parque. A falta de investimentos é notável e isso preocupa a comunidade com relação à continuação da ocupação da área do parque e da incerteza do início das obras para que de fato o Parque Cultural do Campeche possa se tornar realidade para a comunidade.

⁵⁵Informação verbal de participante da horta concedida em entrevista à autora, em 30 de agosto de 2018.

Fazer o parque esbarra sempre na questão do capital. Dentro desse universo, a maior racionalidade que a gente tem é de saber que o poder público não tem dinheiro para fazer o parque, que é muito complicado para fazer o parque. A horta então é um elemento do Pacuca, algo dentro do parque ocupando a área de forma inteligente, garantindo a participação do povo aqui dentro, para não tomar outro rumo né [...] então através disso a gente vai amadurecendo e vai construindo junto o parque nosso, porque custa bastante dinheiro, porque se esperar por eles [...] o poder público não vai vir... (ENTREVISTADO 4, 2018).

Apesar disso, as pessoas acreditam na horta e no poder que ela tem tanto de ocupação do espaço como para chamar atenção para a questão da construção do parque. A horta com certeza trouxe muita visibilidade para a área, para o bairro e para a cidade desde que foi criada e continua se expandindo.

São três anos e meio de experiência e evolução [...] no início a gente perguntava para as pessoas e ninguém sabia da horta, hoje em dia o bairro todo conhece né, até internacional, a gente tem até preocupação de não divulgar demais, porque a gente tem vida também ne... (Risos) (ENTREVISTADO 4, 2018).

A expansão da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca foi rápida e isso se deve principalmente ao trabalho assíduo dos voluntários, que realmente fazem da horta uma extensão de suas próprias vidas. O compartilhar das ideias, a construção coletiva do local e a iniciativa dos voluntários são certamente alguns pontos importantíssimos para o sucesso do empreendimento.

O objetivo é compartilhar essas experiências, fazer esse intercâmbio mesmo né. A gente é bem utópico, quando a gente começou a pensar lá em 2015 nessa possibilidade de ter uma horta comunitária ou hortas comunitárias, a gente não imaginava que ia ser nessa proporção, e ter toda

essa coisa comunitária, essa relação, todos esses vínculos que são estabelecidos, é obvio que todos os projetos têm conflitos, tem visões diferentes, mas o principal é que o objetivo geral é comum e as pessoas nessa relação vão se construindo também. (ENTREVISTADO 3, 2018).

Assim, pode-se notar que a Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca faz com que as pessoas da comunidade possam exercer seu papel como cidadãos, e mais do que isso, possam tomar consciência do que é ser cidadão e de como podem exercer sua cidadania em seu bairro, na sua cidade e em seu país. A horta é um espaço político, onde a comunidade se reúne para reivindicar seus direitos, direito à cidade, direito à alimentação saudável e de qualidade, direito ao acesso às áreas públicas de lazer.

[...] hoje pode ser uma união pra construir um canteiro, mas depois pode ser uma união pra ir lá numa sessão e exigir algum bem que é pra todo mundo também, então acho que essa participação coletiva, as hortas elas são um espaço muito propício, porque a planta se você não regar, não cuidar ela vai morrer, não basta plantar, e isso a gente aprende aqui e vai fortalecendo (ENTREVISTADO 1, 2018).

A questão da criação de vínculos, tanto comunitários, quanto com a natureza e também com as áreas públicas do bairro foi algo que pode ser notado com frequência. Após essa breve mostra do mundo da horta, a pesquisa foi complementada com um discurso do sujeito coletivo que representa a própria horta e foi construído a partir de um questionário respondido por voluntários da horta, no início da investigação para esta pesquisa.

3.6 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

A metodologia utilizada para a análise dos questionários distribuídos aos voluntários permitiu valorizar todas as respostas, desde as mais citadas e repetidas até as que foram citadas somente uma única vez, mas não menos importantes. O Discurso do Sujeito Coletivo permite ter uma ideia geral do que pensa um coletivo, sem deixar nenhuma opinião de lado e valorizando as opiniões mais recorrentes. Nos Discursos do Sujeito Coletivo as primeiras três ou quatro respostas

do texto são sempre as mais recorrentes, ou seja, que foram citadas diversas vezes pelos entrevistados. À medida que o discurso avança vai se colocando as respostas menos recorrentes, ou até mesmo que somente uma pessoa citou, porém, não desprezando essa resposta, que faz parte do coletivo e é importante que seja valorizada. Acredita-se que este modelo de análise é uma maneira bastante democrática de valorização de opiniões, e muito válida quando implantada, principalmente, em questões comunitárias, em que nenhuma opinião deveria ser perdida ou desprezada.

Desse modo, apresenta-se a seguir a fala dos participantes da horta Pacuca expressa por meio dos questionários da pesquisa.

“Acredito que a interação e integração social são os principais benefícios das hortas urbanas do Campeche, pois elas são um espaço para plantarmos e que podemos compartilhar em comunhão os alimentos e conhecimentos, proporcionando mais qualidade de vida para todos os envolvidos. As hortas me trazem conexão com a natureza e um olhar voltado para mim mesmo. Despertam a consciência coletiva. São um incentivo à produção local e familiar, sendo um espaço de união entre as famílias. O fortalecimento dos laços também é um fato que as hortas urbanas resgatam. Acredito que as hortas podem empoderar a comunidade fazendo-a refletir mais a respeito do destino de seus resíduos, fazendo com que nos sintamos responsáveis por isso. Acredito que sejam uma terapia ocupacional, e uma experiência muito válida por estar divulgando os princípios da Permacultura e ocupando os espaços públicos. No meu ver, é uma prática necessária para a sustentabilidade e o incentivo à alimentação saudável.

Porém as dificuldades são muitas, mas acredito que principalmente a falta de mão-de-obra para a manutenção dos espaços, que resulta da falta de mobilização e também da escassa divulgação que acontece. Acho que faltam também espaços físicos disponíveis para as hortas. Acredito que falta incentivo do governo e por isso os participantes acabam desistindo, além de não terem tempo disponível suficiente para dedicar às hortas. A falta de conhecimento técnico também dificulta um pouco o andamento das hortas, mas principalmente a falta de comprometimento dos envolvidos para seguir com a iniciativa firme.

Acredito que o perfil de grande parte dos participantes dos mutirões são famílias de classe de média renda, escolarizadas, de todas as idades, mas a grande maioria tem em comum o perfil de pessoa já consciente da sustentabilidade. Acredito que falta a participação de

jovens e adolescentes, a média de participantes encontra-se entre 20 a 50 anos, bastantes mulheres com filhos participam.

Em geral, acredito que as hortas urbanas são uma ótima iniciativa, pois proporcionam qualidade de vida, alimentação saudável, empoderam a comunidade, promovem o conceito de autossuficiência e combatem a pobreza. Acredito ser uma alternativa para a continuidade da existência de cidades. Promove conexão, cuidado, integração, revolução real, pessoal e social, cooperação, coletividade e a tomada de consciência. Entretanto elas necessitam de incentivo para se manter. Acho que falta um caráter mais produtivo para maior incentivo e adesão das pessoas. ”

A realização desta pesquisa com o coletivo que participa das hortas urbanas do Campeche permitiu extrair diferentes percepções dos voluntários a respeito dos benefícios, dificuldades, perfil dos frequentadores e opinião geral a respeito de tais espaços. Em geral, todos concordam que as hortas possuem diversos benefícios e também diversas dificuldades sendo enfrentadas. Entre os benefícios um dos mais citados foi a integração – com a natureza, com outras pessoas e consigo mesmo, evidenciando que as hortas urbanas vão muito além da produção de alimentos, recreação e sustentabilidade. A principal dificuldade certamente é a falta de mão-de-obra, já que há poucas pessoas realmente comprometidas seriamente com as hortas, fazendo com que o processo não consiga manter-se sempre contínuo. A falta de incentivos e a falta de divulgação da proposta também são fatores que necessitam ser observados e trabalhados para que haja maior adesão da comunidade às hortas.

O perfil dos usuários é bastante diverso, porém falta um pouco a participação de jovens e adolescentes (dos 14 aos 20 anos). Em geral, a comunidade acredita muito na iniciativa e no projeto como ferramenta para incentivar a alimentação saudável, a sustentabilidade e a qualidade de vida, ressaltando que é necessário mais incentivo da parte comunitária que já participa e principalmente da parte institucional, que o poder público possa apoiar para que assim se obtenham recursos para que se possa manter a iniciativa e para que continue transformando o bairro e toda a comunidade ao seu redor. A inclusão da agricultura urbana no Plano Diretor Municipal e a implantação das políticas públicas são apoios determinantes para a ampliação e consolidação das iniciativas comunitárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como as hortas urbanas podem transformar o local onde se inserem, tanto modificando a dinâmica social de um bairro, da vida das pessoas que participam direta ou indiretamente do movimento e como contribuem para a integração da natureza na cidade, articulando suas dinâmicas ambientais, sociais e econômicas.

Por meio do estudo de caso realizado na Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, no Campeche, em Florianópolis, foi possível compreender como uma horta comunitária se consolidou e cresceu rapidamente, resignificando e ocupando um espaço público importante historicamente para o bairro e para a comunidade local.

Tendo em vista a dimensão da horta estudada, não se pode generalizar seus impactos para toda uma cidade, mas certamente foi possível observar os efeitos para o local onde está inserida, e refletir sobre o papel transformador da agricultura urbana. Podemos destacar algumas dinâmicas que a horta tem transformado no bairro Campeche.

Muitas pessoas chegam até a horta por causa da compostagem, pois já têm consciência da importância de desviar os resíduos orgânicos do aterro sanitário e procuram um local onde ocorra a prática da compostagem. Assim, a comunidade se envolve e participa cada vez mais no processo, com o intuito de fechar o ciclo dos resíduos orgânicos, além de encontrar na horta um local onde podem utilizar o composto para cultivar novos alimentos.

A horta estimula o convívio social no espaço público onde está inserida e promove a cooperação e interação sociais tanto de moradores locais quanto de visitantes.

A horta inspira projetos ativistas na cidade, no país e no mundo, além de ser um laboratório para a elaboração de possíveis políticas públicas que incentivam e trazem a natureza para o âmbito da cidade.

Ela também promove o cultivo dos alimentos frescos e sem veneno, estimulando o consumo e a produção dos alimentos orgânicos e a disseminação da informação sobre a importância deste tema nos dias atuais.

A horta tem uma produção excedente que abastece diversas instituições e famílias do bairro e também de outros bairros, impactando na economia local, pois escolas, abrigos de idosos e famílias carentes tem acesso a alimentos de qualidade gratuitamente.

A distribuição gratuita de alimentos também ocorre para a comunidade local em forma de “feirinha” colaborativa, que além de

divulgar a iniciativa e chamar novos voluntários, dá oportunidade à comunidade de consumir alimentos orgânicos, saudáveis e produzidos localmente, o que reduz significativamente seu impacto ambiental, reduzindo transporte de alimentos e o uso de pesticidas.

Por meio da participação nas atividades da horta, as pessoas experimentam novas interações sociais, conhecendo novos moradores e também fortalecendo laços sociais já existentes.

As visitas de escolas e grupos de crianças à horta mostram para as crianças a importância da alimentação saudável, de cuidar da terra e das pessoas.

A horta promove a reconexão da natureza com o espaço urbano, fazendo com que as pessoas tenham contato direto com a terra, prática que é cada vez mais rara nos grandes centros urbanos, além de propiciar aprendizado sobre os ciclos naturais, sobre a importância de respeitar o tempo da natureza.

Observou-se que as hortas urbanas podem alterar a maneira como vivenciamos a cidade: não apenas como um local para morar, estudar, trabalhar e consumir, mas um lugar de diversidade, coexistência, trocas, cuidado coletivo, cooperação e resistência. Verifica-se a construção de uma qualidade social e afetiva nesses locais geridos coletivamente e autoconstruídos.

A participação dos voluntários é uma questão relevante, pois quase não há apoio institucional ou financeiro, sendo que os próprios voluntários investem na horta dedicando seu tempo para trabalhar e também colocando recursos próprios para arcar com as despesas da horta.

Avalia-se que a metodologia da pesquisa-ação foi uma escolha pertinente, pois permitiu que a autora, mesmo em posição de voluntária, pudesse se colocar também na posição de pesquisadora e assim auxiliar no desenvolvimento da horta, por meio do estudo realizado. O discurso do sujeito coletivo trouxe voz ao coletivo de participantes da horta, o que contribui para combinar, coletivamente, pensamento e ação em relação à horta comunitária analisada. Considera-se que a pesquisa de campo foi uma parte importante da pesquisa, com entrevistas, participação em eventos, reuniões, e a participação no dia a dia da horta, vivências que trouxeram contribuição inestimável para a reflexão sobre o tema, corroborando com a ideia de que o contato com as pessoas é realmente muito enriquecedor e traz um grande aprendizado.

Para além de provedora de alimentos saudáveis e frescos, a horta constitui-se num locus do fazer político no qual as populações, sobretudo as desassistidas, vão lentamente transformando-se de um

mero número nas estatísticas, para cidadãos dotados de direitos e deveres (FREDDI, 2015, p.10).

A horta, desta maneira, pode ser considerada um local político onde, além da integração da natureza na cidade, propicia a consciência cidadã daqueles que se envolvem com suas práticas. Atualmente, onde os interesses privados se sobrepõem aos interesses coletivos, isso se torna fundamental.

A atual crise da sociedade capitalista, voltada para os mercados e para a dinâmica do lucro e do consumo, tem deixado brechas que propiciam o surgimento de ações que buscam alternativas ao *modus operandi* vigente. Ocupar a cidade a partir do estabelecimento de hortas comunitárias é apenas uma das muitas portas possíveis de acesso à cidade a partir da agricultura urbana (FERREIRA, 2018, p.276).

A agricultura urbana, da forma como se apresenta atualmente, pode ser considerada uma alternativa ao *modus operandi* vigente, pois resgata, junto com a prática do cultivo dos alimentos e ervas, a prática da cidadania, práticas de ações em prol do bem comum e da comunidade onde está inserida, levando seus praticantes a refletirem a respeito dos seus direitos na cidade, na comunidade, aos direitos ambientais e de saúde que a população deveria ter acesso, além de fomentar as práticas agroecológicas, a economia solidária, a cooperação e a integração comunitária.

Dessa forma, percebe-se que A Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca contribui para incentivar a relação entre natureza e cidade de forma prática, além de propiciar um exemplo para as pessoas e o poder público a respeito da importância desses espaços na cidade e, assim, modificar a dinâmica social do bairro Campeche, contribuindo econômica, social e ambientalmente por meio das diversas práticas observadas durante a pesquisa.

Espera-se, enfim, que com esta pesquisa contribua para a ampliar a discussão a respeito da relação da natureza com o espaço urbano, estimulando reflexões críticas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcos José de. **Agricultura urbana: diagnóstico e educação ambiental na comunidade da Praia das Areias do Campeche – Florianópolis (SC)**. 2006. 1 v. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ABREU, Marcos José de. Entrevista concedida à pesquisadora, em 17 de agosto de 2018.

AERO, Latecoere. **Latecoere. Aero**. 2018. Disponível em: <<https://www.latecoere.aero/>>. Acesso em: 26 out. 2018.

ALMADA, Emmanuel. **AMAU: DE VIDAS, SEMENTES E RESISTÊNCIAS**. 2014. Disponível em: <amau.org.br/amau-2/amau-de-vidas-sementes-e-resistencias/>. Acesso em: 5 jun. 2016.

ALVES, Felipe. **Parque Cultural do Antigo Campo de Aviação do Campeche não tem previsão de sair do papel**: Local foi tombado como patrimônio histórico no mês passado, mas depende da criação e execução de projetos para ser utilizado para uso público. 2014. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/campo-de-aviacao-do-campeche-e-patrimonio-historico-da-cidade-mas-sofre-com-descaso> Acesso em 18 de novembro de 2018.

ALVES, Morgana Celina; CORRÊA, Walquiria Kruguer. **Prática da Agricultura em Espaços Urbanos: A Ação do CEPAGRO em Comunidades Periféricas de Florianópolis-SC**. In: V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA. AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 5., 2009, Florianópolis.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Loyola, 1999.

AQUINO, Adriana Maria de. **Agricultura Urbana em Cuba: análise de alguns aspectos técnicos**. Documentos 160, Seropédica – RJ, 2002. Embrapa.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (Ed.). **Agroecologia Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517 p.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e Periurbanas com base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 1, p.137-150, jan. 2007.

AUÊ! Grupo (Org.). Estudos em Agricultura Urbana. 2013. Disponível em: <<https://aueufmg.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BALDISSERA, Adelina. **PESQUISA-AÇÃO: UMA METODOLOGIA DO “CONHECER” E DO “AGIR” COLETIVO**. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 2, n. 7, p.5-25, ago. 2001.

BARBOSA, Adauto Gomes; COSTA, Ademir Araújo da. **O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade**. **Sociedade & Natureza**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.477-488, dez. 2012. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1982-45132012000300008>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000300008&lang=pt%20Acesso%20em%2013/09/2016>. Acesso em: 13 set. 2016.

BARRETTO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural**. In: O MUNICÍPIO E O SOLO RURAL, 8., 2003, São Paulo. **Anais do Seminário**. São Paulo: Instituto Pólis, 22003. p. 1 - 64. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/837/837.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.12-20, jan. 2003. Semestral. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2003.v12n1/12-20/pt>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BORDIN, Reginaldo Aliçandro. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO NO MEXICO ANTIGO. **Cesumar**: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Maringá, v. 9, n. 2, p.60-89, jun. 2004. Semestral. Disponível em:

<<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/241/935>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CAMARA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS (Município). Lei nº 10392, de 06 de junho de 2018. **Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis (PMAPO)**. Florianópolis, SC, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1040/10392/lei-ordinaria-n-103>>. Acesso em: 29 set. 2018.

CAMPECHE, Jornal do (Ed.). CAMPECHE abriga horta comunitária modelo no município. **Jornal do Campeche: e sul da ilha**. Florianópolis, p. 0-0. 15 out. 2016. Disponível em: <<http://www.jornaldocampeche.com.br/2016/10/campeche-abriga-horta-comunitaria-modelo-na-capital/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

CAMPECHE, Jornal do (Ed.). SOLUÇÃO para descarte irregular de lixo no local divide opiniões. **Jornal do Campeche**. Florianópolis, p. 0-0. 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.jornaldocampeche.com.br/2015/08/solucao-para-descarte-irregular-de-lixo-no-local-divide-opinioes/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

CAMPECHE, Parque Cultural do. **Abraço Pacuca**. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CAMPECHE.PACUCA>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: da UFSC, 1991. 168 p.

CATARINA, Comissão de Produção Orgânica de Santa. **II Encontro Municipal de Agricultura Urbana em Florianópolis**. 2016. Disponível em: <<https://cporgsc.wordpress.com/2016/06/21/ii-encontro-municipal-de-agricultura-urbana-em-florianopoli/>>. Acesso em: 1 out. 2018.

CÉ, Ângela Aparecida. **PACUCA**: Uma nova proposta de parque cultural para o Campeche. 2016. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de

Arquitetura e Urbanismo, CTC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CEPAGRO. **Cartilha de Agricultura urbana**. Florianópolis, 2008.

CEPAGRO. **I Encontro Estadual De Agricultura Urbana Acontece Em 26 E 27/09 Em Florianópolis**. 2015. Disponível em: <<https://subversivos.libertar.org/i-encontro-estadual-de-agricultura-urbana-acontece-em-26-e-2709-em->>. Acesso em: 06 out. 2018.

CEPAGRO. **REDE SEMEAR FORTALECE ARTICULAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA EM FLORIANÓPOLIS**. 2018. Disponível em: <<https://cepagroagroecologia.wordpress.com/tag/rede-semeiar/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CONCEIÇÃO, Mayon Luiz. **O desenvolvimento urbano do bairro do Campeche: Um olhar sobre a mudança repentina dos padrões de ocupação do solo**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História. Florianópolis, 2013. 91p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121747/O%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20DO%20BAIRRO%20DO%20CAMPECHE%20A4.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15/02/2019.

CONSEA. **Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar**. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 28 set. 2018.

CORUJAS, Blog Horta das (Comp.). **Horta das Corujas**. 2015. Disponível em: <<https://hortadascorujas.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 out. 2018.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana: Práticas Populares e sua Inserção em Políticas Públicas**. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-87YHD5>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p.81-97, maio 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/articloe/view/550>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

DOWBOR, Landislau. **O QUE É O PODER LOCAL**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008. 285 p. Coleção Primeiros Passos.

DUCAMPECHE. **Entenda o que está acontecendo com o PACUCA**: Entenda as últimas intervenções no PACUCA, espaço de lazer da comunidade. 2018. Redação DuCampeche. Disponível em: <<https://ducampeche.com.br/materia/entenda-o-que-esta-acontecendo-com-o-pacuca>>. Acesso em: 7 out. 2018.

FERNANDES, Fernando; SILVA, Sandra Márcia Cesário Pereira da. **Manual Prático para a compostagem de biossólidos**. PROSAB – Programa de Pesquisa em Saneamento Básico. Universidade Estadual de Londrina. 1996.

FERREIRA, Giovana Callado. **O RURAL E O URBANO**: ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis. 2018. 514 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FLORESTA, Morada da. (Org.). O Sistema Termofílico para quem tem pouco espaço. Disponível em: <https://moradadafloresta.eco.br/compostagem/compostagem-termofilica-em-cilindros/> Acesso em: 01 mar. 2019.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura de (Org.). **Proposta de Revisão em discussão**: PLC 1715/2018. 2018. Disponível em: <<http://planodiretorflorianopolis.webflow.io/proposta-de-revisao-plc>>. Acesso em: 1 out. 2018.

FLORIPA, Quintais de (Org.). **Quintais de Floripa**. 2015. Elaborado por voluntários. Disponível em: <<https://quintaisdefloripa.wordpress.com>>. Acesso em: 24 out. 2018.

FINLEY, Ron. **Um jardineiro guerrilheiro no centro-sul de Los Angeles**. Realização de Ron Finley. Los Angeles: Ted Talks, 2013. Son., color. Legendado. Informação Verbal. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/ron_finley_a_guerilla_gardener_in_south_central_la?language=pt-br>. Acesso em: 14 out. 2018.

FREDDI, Susi Mara. **A AGRICULTURA URBANA E O “BEM VIVER” NOS ESPAÇOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS HORTAS COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agrossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://150.162.242.35/bitstream/handle/123456789/135125/334501.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 out. 2018.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de PENA, Paulo Gilvane Lopes. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição da Puccamp**, Campinas, v. 20, n. 1, p.69-81, jan. 2007. Bimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v20n1/a08v20n1.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Catálogos. Buenos Aires, 5ª Edição, dezembro de 2001.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lya. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA**: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p.45-60, nov. 2015. Bimestral.

GOMES, Emanuelle (Ed.). **Posto de saúde em área de relevância histórica abre discussão na Ilha de SC**: Avaliador da Unesco teme que obra possa ameaçar tombamento do campo de aviação no Campeche como Patrimônio da Humanidade. **Nd. Online**. Florianópolis, p. 0-1. 15 abr. 2014. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/04/posto-de-saude-em-area-de-relevancia-historica-abre-discussao-na-ilha-de-sc-4475112.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GONÇALVES, Sérgio; ENGELMANN, Sandra Andreia. A AGROECOLOGIA E A REESTRUTURAÇÃO DO

DESENVOLVIMENTO RURAL. **Campo-território**: revista de geografia agrária, [s.l.], v. 4, n. 8, p.29-51, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11947/6978>>. Acesso em: 01 out. 2018.

GOOGLE MAPS (F). **Ilha de Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 02 set. 2018.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador - Ba: Edufba, 2009. 186 p.

HOUGH, Michael. **Naturaleza y Ciudad**: Planificación Urbana y Procesos Ecológicos. Barcelona: Gg, 1995. 315 p. Versão castellana de Susana Rodríguez Alemparte.

HUMBERTO HERRERA CARLES. **Agricultura urbana intenta satisfacer también demandas del turismo**. 2016. Disponível em: <<https://cubayeconomia.blogspot.com/2016/02/agricultura-urbana-intenta-satisfacer.html>>. Acesso em: 01 out. 2018.

IBGE. **Panorama IBGE**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>>. Acesso em: 15 out. 2018.

IDRC (Ed.). Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento. 2018. Disponível em: <<https://www.idrc.ca/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

ILHA, Portal da (Org.). Horta Comunitária do Campeche promove oficina para ensinar como funciona a compostagem: A compostagem é o processo de degradação da matéria orgânica, que propicia inúmeros benefícios. **Portal da Ilha**. Florianópolis. 06 maio 2017. Disponível em: <<https://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=40773>>. Acesso em: 10 out. 2018.

KABILIO, Mario Leone. **Planejamento Ambiental Urbano no Distrito do Campeche, Florianópolis, SC**. 2016. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Ciências Humanas e da Educação (faed), Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (ppgplan), Udesc, Florianópolis, 2016.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p.733-743, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Julia/Downloads/29498-Article%20Text-34289-1-10-20120704.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LAMPEÃO, Preservação do. Afrânio vereador PSOL. Florianópolis. 8 mai 2014. Disponível em: <http://afranio.org.br/2014/05/preservacao-do-morro-lampiao/>. Acesso em 15 fev. 2019.

LATTUCA, Antônio; MARIANI, Silvana; TERRILE, Raúl. Agricultura Urbana Orgânica na Argentina: Uma estratégia pelo desenvolvimento local dos setores urbanos de baixa renda. **Ruaf - Revista de Agricultura Urbana**, Holanda, v. 6, n. 1, p.0-0, mar. 2002. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU06/AU6estrategia.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LEFEVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 1991. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Discurso do Sujeito Coletivo. Uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2000.

LEFEVRE F.; LEFEVRE, AMC. **O Discurso do Sujeito Coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Desdobramentos. Caxias do Sul: Educs 2003.

LEFEVRE F.; LEFEVRE, AMC. **Depoimentos e Discursos. Uma nova proposta de análise em pesquisa social**. Brasília. Liberlivro, 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. Tradução de Sandra Venezuela; Revisão técnica de Paulo Freire Vieira.

LOPES, Paulo Rogério; LOPES, Keila Cássia Santos Araújo. Agricultura urbana ecológica: a experiência de Cuba. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.39-41, set. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/10/artigo-7.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p.518-534, abr. 2018. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n117/0103-1104-sdeb-42-117-0518.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

LOVO, Ivana Cristina. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. 318 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95958/298459.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LUZ, Andrea da. Moradores do Campeche reclamam de obras no antigo Campo de Aviação. **Nd. Online**. Florianópolis, 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/moradores-do-campeche-reclamam-de-obras-no-antigo-campo-de-aviacao>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MACHADO, Márcia. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda; estudo de caso para o distrito de Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis-SC-Brasil**. 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção/UFSC. Florianópolis.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. Agricultura Urbana. 48ed. Planaltina, Distrito Federal: Embrapa, 2, 25 p. Documentos. 2002.

MARTINEZ, A. A. **Minhocultura**. 2006. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/artigos/2006_2/minhocultura/index.htm>. Acesso em: 11/3/2019.

MATTOS, Claudemar et al. PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Advir**: Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p.7-17, dez. 2015.

Semestral. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2016/08/ADVIR34.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Dinâmica imobiliária e a formação de um “obscuro objeto de desejo”: localização residencial e representação simbólica. In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Belo Horizonte. **GT 2 - A Metrôpole e a Questão Social**. Belo Horizonte: Edufmg, 2013. p. 1 - 23.

MIÑARRO, Marta Sánchez. Agroecología urbana en la ciudad de Rosario (Argentina). **Papeles: De Relaciones Ecosociales y Cambio Global**, Madrid, v. 124, p.135-146, nov. 2013. Trimestral. Disponível em: <http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/revista_papeles/124/Agroecologia_urbana_en_la_ciudad_de_Rosario_M_Sanchez.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Congresso. Senado. Constituição (2018). Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. 29. ed. Brasília, DF, 9 fev. 2018. Seção 1, p. 64-64. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/02/2018&jornal=515&pagina=64>>. Acesso em: 29 set. 2018.

MOUGEOT, Luc J.a. **Agricultura Urbana - conceito e definição**. 2000. Revista de Agricultura Urbana. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

MUNDO, Jardim do (Org.). **O PODER DA COMUNIDADE (DOCUMENTÁRIO)**. 2015. Disponível em: <<https://www.jardimdomundo.com/o-poder-da-comunidade-documentario/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura Urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. 434 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NEPERMA (Org.). **Permacultura**. 2014. Texto: Leticia dos Santos e Marcelo Venturi Revisão: Arthur Nanni. Disponível em: <<http://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>>. Acesso em: 5 out. 2018.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais** – Rio de Janeiro: BNDES, 2006. 316 p. Disponível em: <<http://blog.soplantar.com.br/glossario-da-agricultura-urbana/>> Acesso em: 15/02/2019.

PACUCA, Horta Pedagógica e Comunitária do (Org.). **Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca**. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/hortadopacuca/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

PENNA, Pedro Savério. **Hugelkultur – Técnica de Permacultura: Mas afinal o que é Hugelkultur? Como fazer um Hugelkultur**. 2016. Disponível em: <<http://quintalflorestal.com.br/hugelkultur-tecnica-de-permacultura/>>. Acesso em: 26 out. 2018.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.241-250, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1807-55092012000200007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092012000200007>. Acesso em: 27 set. 2018.

PERUCHI, Charlene. AGRICULTURA BIODINÂMICA – A FORMA HOLÍSTICA DE PLANTAR. **Revista da Educação Ambiental em Ação**, Novo Hamburgo/rs, v. 59, n. 1, p.0-1, mar. 2017. Trimestral. Disponível em: <<http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2617>>. Acesso em: 21 out. 2018.

PINTO, Rute Sofia Borlido Fiuza Fernandes. **Hortas urbanas: espaços para o desenvolvimento sustentável em Braga**. 2007. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Braga, 2007.

PORTAL de Educação Ambiental, SC/. **Florianópolis é sinônimo de Agroecologia urbana e revolução ambiental.** 2018. Disponível em: <<http://educacaoambiental.sds.sc.gov.br/index.php/noticias/532-florianopolis-e-sinonimo-de-agroecolog>>. Acesso em: 06 out. 2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (Município). Constituição (2004). Lei nº 13727, de 12 de janeiro de 2004. **Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - Proaurp.** São Paulo, SP, 12 jan. 2004.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (Município). Constituição (2015). Lei Ordinária nº 16212, de 10 de junho de 2015. **Gestão Participativa das Praças do Município de São Paulo.** São Paulo, SP, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2015/1621/16212/lei-ordinaria-n-16212-2015-dispoe-sobre-a-gestao-participativa-das-pracas-do-municipio-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 05 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (Município). Constituição (2017). Decreto nº 178688, de 05 de junho de 2017. **Programa Municipal de Agricultura Urbana.** Florianópolis, SC, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/sc/f/florianopolis/decreto/2017/1769/17688/decreto-n-17688-2017-dis>>. Acesso em: 29 set. 2018.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e manejo do solo. **Revista Agriculturas:** Experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p.7-10, set. 2008. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n3.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

REDE SEMEAR FLORIPA (Santa Catarina). Participantes do II Encontro Municipal de Agricultura Urbana (Org.). **Carta de Florianópolis:** Compromisso com a Agricultura Urbana. Florianópolis, 2015. 3 p. Disponível em: <<http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Carta-Semear-Florianopolis.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina:** Permanências e Transformações. Florianópolis: da Ufsc, 2012. 284 p.

REVISTA JUNTA LOCAL (Rio de Janeiro/ Rj). Liana Rangel (Ed.). **I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)**. 2015.

Disponível em: <<https://revista.juntalocal.com/i-encontro-nacional-de-agricultura-urbana-enua/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

RIOZINHO.COM (Ed.). **Toda semente é bem-vinda na horta orgânica comunitária do Pacuca, no Campeche**: Uma iniciativa do bairro que está mostrando que a união entre a comunidade, conselho comunitário e poder público de forma voluntária pode dar certo. 2016. Disponível em: < <http://riozinho.com/noticia/toda-semente-e-bem-vinda-na-horta-organica-comunitaria-do-pacuca-no-campeche/> >. Acesso em: 10 out. 2018.

ROSÁRIO, Agricultura Urbana (Org.). **Agricultura Urbana Rosário**. 2011. Disponível em: <<http://www.agriurbanarosario.com.ar/fotos.php>>. Acesso em: 02 out. 2018.

ROSÁRIO, Prefeitura de. **Agricultura Urbana: Programa de Agricultura Urbana**. 2018. Disponível em: <<https://www.rosario.gob.ar/web/ciudad/economia-social/agricultura-urbana>>. Acesso em: 2 out. 2018.

ROSTICHELLI, Michele. **Entre a Terra e o Asfalto**: A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana. 2013. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Usp, São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Paula Carolina Favaretto; SILVA, Clécio Azevedo da. **HORTAS URBANAS NO DISTRITO DO CAMPECHE E O BANCO DE TEMPO DE FLORIANÓPOLIS- SC/BRASIL**. In: XV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 15., 2018, Barcelona. **Artigo**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2018. p. 0 - 16. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/SantosSilva.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2018.

SHUMACHER, E.f. **O negócio é ser pequeno (small is beautiful): Um Estudo de Economia que leva em conta as pessoas.** 4. ed. São Paulo: Zahar Editores, 1973. Tradução de Octávio Alves Velho.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SKYSCRAPERPAGE (Santa Catarina). **Santa Catarina, Brasil.** 2004. Disponível em: <Skyscraperpage>. Acesso em: 01 out. 2018.

SOPLANTAR (Adm.). Glossário da agricultura urbana. Nov. 2018. Disponível em:<<http://blog.soplantar.com.br/glossario-da-agricultura-urbana/>> Acesso em: 01 mar. 2019.

SPIRN, Anne Whistin. **O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. 301 p. Tradução de Paulo Renato Mesueta Pellegrino.

SUPCLUB. **Volta a Ilha de Santa Catarina Eco SUP unirá Meio Ambiente e Stand Up Paddle.** 2011. Disponível em: <<http://www.waves.com.br/arquivo/volta-a-ilha-de-santa-catarina-eco-sup-unira-meio-ambiente-e-stand-up-paddle/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

SUSTENTARQUI, Redação (Ed.). **10 Hortas urbanas que fazem parte da cidade de São Paulo.** 2017. Disponível em: <<https://sustentarqui.com.br/10-hortas-urbanas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

SUSTENTÁVEIS, Orgânicos e (Comp.). **Hortas Urbanas de Sete Lagoas (MG).** 2012. Disponível em: <<http://organicos-e-sustentaveis.blogspot.com/2012/08/hortas-urbanas-de-sete-lagoas-mg.html>>. Acesso em: 29 out. 2018.

THE Power of Community: How Cuba Survived Peak Oil. Direção de Faith Morgan. United States, 2006. (53 min.), som, cor. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gb9JM8LRrQ4>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 1985. 108 p.

VALDIONES, Ana Paula Gouveia. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Município de São Paulo. 2013. 164f. Tese (doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Mudança Social e Participação Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-04112013-162810/en.php>. Acesso em 21 de set. 2017.

VIGITEL, Brasil 2014: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Ministério da Saúde 2014. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2014.pdf. Acesso em: 29 set. 2018.

VINHOLI, Ana Carolina. **Agricultura urbana: um estudo de caso em Itajaí/SC**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Cepagro/agricultura-urbana-au-um-estudo-de-caso-em-itaja-sc>. Acesso em: 01 out. 2018.

WELLS, Tina. **Curiosidades – Allotments – hortas comunitárias em Londres**. 2016. Disponível em: <https://londrespravoce.com/2016/06/15/allotments-hortas-comunitarias-em-londres/>. Acesso em: 01 out. 2018.

WOLFF, Gabriela. **Tendência no mundo todo, hortas comunitárias estimulam cooperação entre vizinhos em Florianópolis:** Iniciativas promovem aprendizado, integração, amizade e saúde. **Hora de Santa Catarina**. Florianópolis, p. 0-0. 01 set. 2016. Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/09/tendencia-no-mundo-todo-hortas-comunitarias-estimulam-cooperacao-entre-vizinhos-em-florianopolis-7358998.html>. Acesso em: 24 out. 2018.

APÊNDICE

Questionário distribuído aos voluntários da Horta Pedagógica e Comunitária do Pacuca, e suas respostas categorizadas a partir das expressões chave contidas nas respostas, selecionando a ideia central e assim sendo classificadas de acordo com a categoria.

Questão 1: Em sua opinião, quais os principais benefícios das Hortas Urbanas Comunitárias do bairro Campeche?

Nº	Expressões-Chave	Ideia Central	Categoria
1.	Socialização entre os moradores; qualidade de vida; consumo de alimentos orgânicos; amor e dedicação.	Qualidade de vida, interação social. Alimentação Saudável.	A
2.	Espaço para plantar em comunhão; união das famílias; consciência coletiva; qualidade de vida, comunidade.	Compartilhar, comunhão, união, consciência, qualidade de vida, interação.	A
3.	Alimentação Saudável; encontros; conhecimento alimentos, plantas, natureza e olhar para si mesmo.	Integração, Alimentação Saudável, Conexão, natureza e olhar para si mesmo.	B
4.	Alimentos de qualidade (orgânicos); Despertar da consciência; nutrição; incentivo à produção local e familiar.	Alimentação Saudável, Consciência, Nutrição, incentivo à Produção local e familiar.	C
5.	Relações comunitárias; autonomia do bairro; alimentos saudáveis; fortalece laços humanos com a natureza.	Integração, relações, autonomia, Alimentação Saudável, fortalecimento dos laços.	D
6.	Fortalecimento da comunidade; orgânicos, baixo custo; trabalho em equipe; conexão com a natureza; criação de redes; fortalecimento de hortas	Fortalecimento da comunidade, Alimentação Saudável, conexão com a natureza, trocas e diversificação,	E

	privadas; diversificação alimentar; trocas de mudas, aproveitamento de espaços públicos; comunidade toma responsabilidades que geralmente exige ou delega ao Estado.	Aproveitamento dos espaços públicos, comunidade responsável – empoderamento.	
7.	Produção hortifrútiis; recreação; integração entre os moradores.	Alimentação Saudável, integração comunitária.	A
8.	Integrativo, mente sã, corpo são.	Integração, mente e corpo saudáveis.	A
9.	Integração comunitária; resiliência alimentar	Integração comunitária, Alimentação Saudável.	A
10.	Integração; fortalecimento da comunidade; ação colaborativa; troca de experiências e ideias; Conscientização do destino dos resíduos; produção orgânica; distribuição de mudas; terapia ocupacional; divulgação da permacultura; ocupação de espaços públicos.	Integração, Fortalecimento comunidade, cooperação, trocas, consciência, destino dos resíduos, Alimentação Saudável, mudas, terapia ocupacional, Permacultura, Ocupação de Espaços públicos.	E

Questão 2: Na sua opinião, quais as principais dificuldades das Hortas Urbanas Comunitárias do bairro Campeche?

Nº	Expressões-Chave	Ideia Central	Categoria
1.	Mobilização, voluntários suficientes para demanda necessária.	Mobilização, mão de obra, demanda.	A
2.	Espaço para as hortas; falta de divulgação e motivação para conhecer e colaborar.	Espaço físico, Falta de Divulgação, Motivação.	B
3.	Adesão da comunidade; falta de comunicação, divulgação (muitos nem	Mão de obra, Falta de divulgação.	A

	sabem que existe!).		
4.	Falta de incentivo (governo), divulgação, motivação e voluntários.	Falta de Incentivo governo, falta de Divulgação, mão de obra.	C
5.	Falta de tempo para participar por conta da vida atual; pouca adesão.	Tempo livre para participar, mão de obra.	D
6.	Falta de tempo e compromisso; Rotação permanente das pessoas participantes; Pouco conhecimento da terra.	Tempo livre para participar, comprometimento das pessoas, pouco conhecimento técnico.	E
7.	Não participa diretamente, não sabe.	—	—
8.	Falta de publicidade, organização, falta do hábito de disponibilidade para horta.	Falta de Divulgação, tempo livre para participar – questão de hábito.	D
9.	Apoio do município e mais integração e falta de conhecimento das verdadeiras demandas e necessidades de cada região para implantação das hortas.	Incentivo (apoio), conhecimentos e demandas de cada região.	C
10.	Despertar a consciência da necessidade do trabalho voluntário na horta, disponibilidade de tempo e conhecimento; muitas desculpas e motivos para não participar.	Mão de obra escassa, Tempo livre para participar, muitas desculpas.	D

Questão 3: Em sua opinião, qual o perfil dos principais participantes/frequentedores das Hortas Urbanas Comunitárias do bairro Campeche (idade, gênero, condição social, frequência de participação)?

Nº	Expressões-Chave	Ideia Central	Categoria
1.	Famílias de classe média conscientes dos benefícios; homens, mulheres e crianças.	Classe média, famílias.	A
2.	Todas as idades; pessoas já ligadas ao movimento, que acreditam em orgânicos e sustentabilidade; bichos-grilos; alternativos, e uns perdidos também.	Todas as idades – perfil sustentável.	B
3.	Diversos, pessoas preocupadas com a sustentabilidade do planeta e acham que este formato de vida não serve mais.	Todas as idades – perfil sustentável.	B
4.	Todos os gêneros e classes; pessoas envolvidas com o interesse comum do alimento.	Todas as idades – perfil sustentável.	B
5.	Diversos, homens e mulheres de diversas profissões; jovens e adultos a mais tempo; falta a participação de crianças e adolescentes.	Todas as idades – perfil sustentável. Falta a participação de crianças e adolescentes.	C
6.	20 a 40 anos, dos dois gêneros; classe média, pessoas que estão na faculdade ou tem estudo universitário.	20 a 40 anos, classe média, estudo avançado.	D
7.	Hortelões, idade variada; geralmente que já tem maior contato com a natureza. Não participo ativamente então não sei dizer ao certo.	Todas as idades – perfil sustentável.	B
8.	De 30 a 50 anos, maioria mulher com curso superior, classe média, frequência eventual.	30 a 50 anos, mulheres com curso superior, classe média.	E
9.	Muito jovens entre 18 e 25	Todas as idades –	

	anos preocupados com alimentação; de 35 a 45 anos que têm repensado os processos atuais que vivemos.	perfil sustentável.	B
10.	Mulheres de várias faixas etárias que vão com seus filhos; casais jovens e outros mais velhos; Poucos membros assíduos, classe social “a cara do bairro”, muitos com formação acadêmica e profissional.	Mulheres de todas as idades com filhos, casais jovens, perfil sustentável, formação acadêmica e profissional.	F

Questão 4: Dê a sua opinião, em geral, sobre as Hortas Urbanas.

Nº	Expressões-Chave	Ideia Central	Categoria
1.	Viabilizam a busca de qualidade de vida da população urbana.	Qualidade de Vida	A
2.	Iniciativa muito boa para o bairro, famílias e comunidade, precisa de forte incentivo para se manter e se firmar na sociedade.	Boa iniciativa, necessita de incentivo para se manter.	B
3.	Acho incrível essas iniciativas; super fã e apoiadora da causa.	Iniciativa Incrível, apoiadora.	C
4.	São fonte importante de alimento; merece incentivo; devem ser da comunidade local para que todos possam praticar de forma organizada; se todos tiverem acesso a alimentos de qualidade mudaremos nossa questão social frente à saúde.	Alimentação Saudável, necessita de incentivo para se manter.	B
5.	Maravilhosas, uma gota de esperança num país de degradação socioambiental. São um caminho para sustentabilidade.	Maravilhosas, Esperança, caminho para a Sustentabilidade.	D

6.	Gosto muito da ideia e dos benefícios para a comunidade.	Boa ideia, benefícios para comunidade.	D
7.	Movimento de empoderamento, boa forma de combater a pobreza, autossuficiência, falta ter caráter mais produtivo, só recreativo não vai trazer um movimento popular maior.	Empoderamento, autossuficiência, combate à pobreza, falta um caráter mais produtivo para maior incentivo e adesão.	E
8.	Neste estágio 0,1. Muito falta para crescer, peculiar, se mantém pela movimentação dos Quintais de Floripa.	Ainda tem muito a crescer.	F
9.	Uma das únicas saídas que temos hoje para que as cidades continuem existindo. Quebrar a logística mercantil, conexão com o espírito, cuidado da terra com carinho, integração comunitária. Apenas um estopim para revoluções reais, tanto a nível pessoal quanto social.	Alternativa para a continuidade da existência das cidades. Conexão, cuidado, integração, revolução real, pessoal e social.	G
10.	É uma proposta de atitude mais saudável para as pessoas e sustentável para a natureza, produção de alimentos orgânicos, trabalho coletivo e voluntário. Integração da comunidade e transformação da consciência de todos.	Vida Saudável e sustentável, Alimentação Saudável, cooperação, coletividade, integração, consciência.	H

ANEXOS

ANEXO A - CARTA DO II ENCONTRO MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA - 2016

Carta do II Encontro Municipal de Agricultura Urbana 25 de junho de 2016 – Florianópolis, Santa Catarina – Brasil.

“O tema da Agricultura Urbana, nos últimos 10 anos, está na pauta de diversas agendas políticas e sociais de Florianópolis. São agendas orientadas por trabalhos desenvolvidos em vários contextos sócio espaciais na região metropolitana, em especial, na Ilha de Santa Catarina, tais como: produtores locais, não formalizados no âmbito de um mercado hegemônico de comercialização e distribuição de alimentos; grupos comunitários e associações de moradores, que buscam espaços e terrenos que poderiam ser destinados à agricultura; instituições públicas, a exemplo de escolas, secretarias municipais, centros de saúde e universidades (hortas escolares, programas de acesso aos fitoterápicos, pesquisas, assessorias técnicas, dentre outras); conselhos participativos, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis, denominado COMSEA, instituído em 2013; e frentes de debates e discussões empreendidas pela comunidade em distintos espaços.

A temática de Agricultura Urbana tem surgido naturalmente como uma demanda das comunidades e poderia oferecer um diferencial para melhoria da qualidade de vida na cidade, contribuindo para a requalificação urbana, o meio ambiente e a saúde. Essas comunidades são compostas por um conjunto de atores, que manifestam e representam experiências onde a agricultura urbana, adquire diversas funcionalidades: servir para auto abastecimento, venda direta para a vizinhança, terapia ocupacional, desempenhar atos de convívio comunitário, embelezamento, reciclagem, terapêutica, manutenção das raízes rurais, ressignificação de culturas agroalimentares, garantia do direito à alimentação adequada, discutir o direito à cidade, refletir sobre a função social da propriedade, modelo de ocupação do território, geração de trabalho e renda, dentre outras.

Embora pujantes, essas funções, em Florianópolis, ainda são desconhecidas e pouco visíveis em sua maioria, principalmente pela ausência de políticas públicas e formas de apoio aos agricultores e

agricultoras, como a falta de acesso à terra e aos demais espaços favoráveis à produção agrícola.

No intuito de reforçar estas ações em Florianópolis e alinhando-se à Carta Política produzida no I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado em outubro de 2015 na Cidade do Rio de Janeiro, buscaremos:

Reconhecimento das práticas de agricultura, e temas correlatos, nos contextos territoriais de Florianópolis;

Manutenção do conceito de área rural no Plano Diretor Participativo de Florianópolis;

Integração da Agricultura Urbana no Plano Diretor Participativo de Florianópolis;

Implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Saneamento;

Destinação de áreas públicas e incentivo as áreas privadas para a produção de alimentos em Florianópolis, por meio de práticas de agricultura orientadas pelos princípios da agroecologia;

Simplificar a burocracia e as exigências para o uso de terrenos públicos pela

Agricultura Urbana;

Promoção de incentivo fiscal e jurídico à utilização de terrenos urbanos públicos, privados e baldios para a agricultura, à exemplo da implantação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Verde, utilização de cobertura vegetal em edifícios "telhado verde", reciclagem dos resíduos sólidos domésticos, agricultura urbana, captação de energia solar, aproveitamento da água da chuva e reaproveitamento das águas servidas, entre outras práticas sustentáveis;

Estabelecimento de incentivos fiscais especiais para os produtores de Agricultura Urbana em escalas acima de 1 ha. de modo a não penalizar com o custo alto dos impostos urbanos, equiparando-se, por exemplo, ao imposto rural;

Valorização do território de Florianópolis, primando-se pelo bem comum e sustentabilidade ambiental;

Reconhecimento social, cultural, político, jurídico e econômico dos grupos que executam serviços de gestão comunitária de resíduos orgânicos, a exemplo da Revolução dos Baldinhos;

Implementar formas de remunerar, por serviços ambientais, os grupos que executem serviços de gestão comunitária de resíduos orgânicos;

Incentivo e apoio às hortas de caráter associativa, coletivas, cooperativadas, comunitárias e domiciliares;

Desenvolver no município uma política de crédito e seguro agrícola prioritariamente aos agricultores e agricultoras de baixa renda;

Implantação e manutenção de hortas nas instituições públicas das áreas da saúde, da educação, da assistência social, do meio ambiente e da agricultura;

Garantir a continuidade do Programa Educando com Hortas Escolares e Gastronomia, nas escolas públicas municipais de Florianópolis, com o envolvimento dos alunos, pais e servidores da educação e da saúde, tendo o apoio necessário dos demais órgãos da Prefeitura responsáveis pela sua implantação. Onde houver área física adequada implantar sistema para compostagem de resíduos orgânicos, fortalecendo assim uma consciência de educação ambiental nas futuras gerações e na comunidade em geral;

Garantir a continuidade, nos serviços municipais de saúde das Práticas Integrativas e Complementares incentivando a utilização de plantas medicinais nos tratamentos de doenças;

Valorização e promoção de práticas de educação alimentar nas escolas, públicas e privadas, dentre outras instituições, orientadas pelos princípios agroecológicos e pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

Apoio à formação e manutenção de núcleos e grupos de estudo nos diversos domínios da agricultura de base agroecológica;

Promoção dos espaços de encontro e intercâmbio de conhecimento e técnicas, entre os produtores locais e os grupos comunitários;

Oferta de assistência técnica agroecológica e multidisciplinar com fornecimento de insumos (água, composto, energia elétrica, terra, sementes e mudas) e equipamentos (enxadas, carrinho de mão, composteiras), necessários à produção de alimentos como considerando a diversidade de agricultores e agricultoras urbanas e as escalas de produção;

Fomento e facilitação do acesso às sementes crioulas para agricultores urbanos;

Fomento à logística de distribuição e comercialização de produtos agrícolas agroecológicos, principalmente por meio de incentivos a feiras urbanas;

Aproximar a economia solidária e outros meios públicos ou privados que garantam o preço justo ao consumidor e remuneração digna ao pequeno agricultor;

Estabelecer instrumentos jurídicos para incluir os agricultores e agricultoras urbanas nas compras institucionais em Florianópolis, tais como: alimentação em escolas, nas creches e nos serviços de saúde;

Criação de pontos de cultura alimentar considerando as produções caracterizadas como patrimônio agroalimentar de Florianópolis, ao exemplo dos Engenhos de Farinha, pesca da Tainha, dentre outras;

Incentivar a troca de produção agrícola entre produtores, especialmente produtores domiciliares;

Fomento aos circuitos curtos de produção, comercialização de produtos oriundos da Agricultura Urbana;

Criar Selo/Certificado para produtos agroecológicos de Florianópolis;

Promoção continuada de campanhas de sensibilização em prol de uma Florianópolis livre de agrotóxicos e transgênicos, com o fortalecimento do princípio da precaução;

Garantir manancial hídrico adequado para produção agrícola urbana;

Envolvimento da Vigilância em Saúde na revisão do regramento com a finalidade na promoção da Agricultura Urbana;

Garantir um espaço dentro da Câmara Inter setorial de Segurança Alimentar e Nutricional – (CAISAN) do COMSEA de Florianópolis para a construção da Política Municipal de Agricultura Urbana;

Implementação do Conselho das Cidades (em consonância com o Estatuto das Cidades);

Estruturação da Secretaria Municipal de Pesca, Maricultura e Agricultura para o fortalecimento da agricultura urbana e implantar os Serviços de Inspeção Municipal (SIM) totalmente público, com foco no apoio ao pequeno produtor;

A implantação das atividades, quando pertinentes, do Plano de Ação Florianópolis Sustentável, que propõe ações de sustentabilidade com caráter inovador e transversal; e.

Criação de uma plataforma eletrônica para mapeamento da Agricultura Urbana para compartilhamento de informações.”.

ANEXO B – PROGRAMA MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA

DECRETO Nº 17688/2017, de 05 de junho de 2017.
(DOEM Edição nº 1957 de 05/06/2017)

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AGRICULTURA URBANA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IV do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal, **Considerando** o art. 196 da Constituição Federal de 1988, que versa sobre a saúde ser direito de todos e dever do Estado; **Considerando** a Lei Federal n 10.257, de 2001, Estatuto da Cidade, que preconiza a função social da cidade e da propriedade, bem como a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência; **Considerando** a Lei Federal n. 12. 305, de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e descreve ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável; **Considerando** o Decreto n. 7.272, de 2010 que regulamenta a Lei n. 11.346, de 2006, que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN; **Considerando** o Decreto n. 7.794, de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica com o compromisso de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população; **Considerando** a Política Nacional de Promoção da Saúde instituída pela Portaria n. 2.446, de 2014, que orienta ações relativas à alimentação adequada e saudável, visando à promoção da saúde e à segurança alimentar e nutricional; **Considerando** a Lei Complementar n. 239, de 2006 que institui o Código de Vigilância em Saúde, dispõe sobre normas

relativas à saúde o município de Florianópolis, que compete ao Poder Executivo Municipal zelar pela salubridade pública, adotando medidas preventivas no combate a agentes patogênicos, gerindo o uso e ocupação de bens públicos de sua propriedade; Considerando a Lei Complementar n. 482, de 2014, que institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis e dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão do território municipal de forma a proporcionar qualidade de vida para o conjunto da população; **Considerando** o Plano de Ação Florianópolis Sustentável, que propõe ações incidentes em domínios especializados da questão da sustentabilidade com caráter inovador, transversal e participativo em todos os aspectos da gestão municipal; **Considerando** o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico que busca consolidar os instrumentos de planejamento e gestão com vistas a universalizar o atendimento dos serviços de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos, visando à garantia da qualidade e suficiência dos mesmos e proporcionando melhores condições de vida à população; **Considerando** a pauta do Plano Municipal de Coleta Seletiva de Florianópolis em resposta às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos e cumprimento da meta de reduzir o envio de resíduos recicláveis para os aterros sanitários, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Florianópolis o Programa Municipal de Agricultura Urbana.

§1º O Programa Municipal de Agricultura Urbana promoverá práticas agroecológicas que envolvam a produção, o agro extrativismo, a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos voltados ao consumo próprio, trocas, doações ou comercialização, aproveitando e reaproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais.

§2º As práticas agroecológicas em meio urbano deverão contemplar a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, de saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, agro ecoturismo, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade.

Art. 2º Serão destinadas áreas públicas municipais, mediante critério do Poder Executivo, consideradas apropriadas para a implantação do Programa Municipal de Agricultura Urbana, observando a legislação vigente.

Art. 3º O Programa de Agricultura Urbana do Município de Florianópolis priorizará:

I - Acesso da população a alimentos saudáveis e de baixo custo oriundos da agricultura urbana de base agroecológica;

II - Incentivo ao cultivo de hortas urbanas em espaços públicos, comunitários ou residenciais como quintais, terraços, tetos, sacadas, escolas, creches, centros de saúde, centros de assistência social, entre outros;

III - apoio à comercialização de produtos orgânicos derivados da agricultura urbana de base agroecológica em diversos pontos da cidade, priorizando a venda direta do produtor de acordo com a legislação vigente;

IV - Incentivo a agricultura familiar e associativismo comunitário;

V - Desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas e terapêuticas para a população geral, priorizando a participação de estudantes, idosos, mulheres, pessoas abrigadas, pessoas em liberdade assistida, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, associações comunitárias, famílias em vulnerabilidade social e famílias com filhos pequenos;

VI - Manutenção de terrenos limpos, livres de agentes patogênicos ou vetores de doenças;

VII - arborização das áreas urbanas com espécies da flora nativa e frutíferas observadas as orientações e procedimentos técnicos dos órgãos competentes para a implantação e manutenção da arborização no ambiente, natural e construído;

VIII - desenvolvimento de tecnologias sociais de base agroecológica promovendo a Agricultura Urbana.

Art. 4º. O Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis deverá contemplar os seguintes processos referentes à prática agroecológica:

I - Gestão dos resíduos orgânicos por meio de compostagem e vermicompostagem;

II - Produção agroecológico de viveiros de mudas e sementes;

III - Aumento da biodiversidade;

IV - Todas as formas de certificação de produção orgânica;

V - Uso sustentável dos recursos naturais como o aproveitamento de água da chuva, produção de energia solar, utilização de materiais reciclados na construção das hortas, entre outros;

VI - A utilização, nas áreas cultivadas e no entorno, apenas de produtos permitidos para a agricultura orgânica, conforme regulamentação vigente.

~~Art. 5º Designa a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), a Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP) e a Secretaria Municipal de Saúde, para exercerem gestão compartilhada do Programa Municipal de Agricultura Urbana com apoio de um colegiado composto por representantes dos órgãos da administração direta e indireta integrantes do Programa com a competência de instituir sua regulamentação e funcionamento.~~

Art. 5º Designa a Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), a Superintendência da Pesca, Maricultura e Agricultura, a Autarquia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) e a Secretaria Municipal de Saúde, para exercerem gestão compartilhada do Programa Municipal de Agricultura Urbana, com competência de regulamentar e acompanhar o desenvolvimento das ações, mediante apoio de um colegiado composto por representantes dos órgãos da administração direta e indireta integrantes do Programa. (Redação dada pelo Decreto nº 18680/2018 – DOEM Edição nº 2207 de 12/06/2018)

Parágrafo único. Os órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Florianópolis, gestores do Programa Municipal de Agricultura Urbana e integrantes do Colegiado, deverão nomear, via portaria, seus respectivos representantes, devendo ser um titular e um suplente de cada órgão. (Redação dada pelo Decreto nº 18680/2018 – DOEM Edição nº 2207 de 12/06/2018)

Art. 6º O Programa Municipal de Agricultura Urbana, envolverá os seguintes órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Florianópolis: Secretaria Municipal Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Superintendência da Pesca, Maricultura e Agricultura, Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), Secretaria Municipal de Infraestrutura, Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e

Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal do Continente e Assuntos Metropolitanos, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Superintendência dos Serviços Públicos, Superintendência de Projetos Especiais, Superintendência de Relações Comunitárias, Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGEOF e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF.

Parágrafo único. O desenvolvimento do Programa Municipal de Agricultura Urbana será acompanhado pelas instâncias de controle social dos órgãos da administração municipal direta e indireta envolvidos com o Programa.

Art. 7º Poderá ser firmado termo de parceria ou de cooperação técnica para fins de implementação do Programa Municipal de Agricultura Urbana:

I - Com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública;

II - Com a União, Estados, Municípios, cooperativas de trabalho, assim como com entidades nacionais e estrangeiras.

§1º As entidades privadas referidas neste artigo deverão comprovar experiência em projetos de políticas públicas desenvolvidos nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como conhecimentos técnico-científicos em processos de capacitação em ações de interesse do Programa.

§2º Os convênios poderão ser firmados com fins de apoio em infraestrutura, ações de assistência técnica, educação permanente, organização de processos de trabalho, produção e fornecimento de sementes, mudas e insumos.

§3º As responsabilidades pela implementação e manutenção das atividades, guarda e conservação do imóvel público destinado às práticas agrícolas urbanas, custos operacionais e comerciais, deverão estar definidas nos termos de convênios firmados.

Art. 8º Os recursos materiais e financeiros necessários para a execução do Programa Municipal de Agricultura Urbana correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos da administração municipal direta e indireta envolvidos com o Programa, suplementadas se necessário por doações, desde que devidamente autorizadas conforme legislação vigente.

Art. 9º A avaliação e monitoramento do Programa Municipal de Agricultura Urbana serão realizados pelo órgão gestor do mesmo e colegiado e pressupõem a identificação, seleção, cálculo

e análise de indicadores que demonstrem seus efeitos nas questões ambientais, nutricionais, sociais e econômicas.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, aos 05 de junho de 2017.

Gean Marques Loureiro
Prefeito Municipal

Filipe Mello
Secretário Municipal da Casa Civil

OBS.: O texto original da Lei está em preto. A consolidação/compilação está em negrito e tem caráter meramente informativo, não substituindo as publicações dos Diários Oficiais.

ANEXO C - POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE FLORIANÓPOLIS (PMAPO)

LEI N. 10392/2018, de 06 de junho de 2018.

Procedência: Vereador Marcos José de Abreu (Marquito)

Natureza: Projeto de Lei n. 17002/2017

DOEM: Edição nº 2205 de 08/06/2018

Fonte: CMF/Gerência de Documentação e Reprografia

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE FLORIANÓPOLIS (PMAPO)

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições que lhe confere o §7º do art. 58 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, promulga a seguinte Lei:

Capítulo I

Disposições preliminares

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com o objetivo geral de integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos ambientais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, de origem animal e vegetal, conforme Decreto n. 7.794, de 2012.

Parágrafo único. As práticas agroecológicas deverão contemplar a melhoria das condições alimentares e de saúde, de lazer, de saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental formal e não formal, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, agro ecoturismo, melhoria urbanística da

cidade e sustentabilidade, conservação de recursos hídricos e nascentes, respeitados os ciclos de renovação do meio ambiente.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio da PMAPO, promoverá práticas agroecológicas de produção, agroextrativismo, coleta, transformação, comercialização e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos voltados ao consumo próprio, troca, doação ou comercialização, aproveitando-se e reaproveitando-se de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos locais, de acordo com legislação vigente no que diz respeito ao meio ambiente, coleta de resíduos sólidos, orgânicos e recicláveis e os planos diretores locais.

Capítulo II

Das Definições

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Agroecologia: o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais;

II - Agricultor familiar: aquele definido nos termos do art. 3º da Lei Federal n. 11.326, de 2006;

III - agricultura urbana e periurbana: é toda a produção, o agroextrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas, pesca pecuários voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, aproveitando-se e reaproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais, praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos e não urbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades, devendo-se pautar pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero por meio do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a sustentabilidade das cidades;

IV - Povos e comunidades tradicionais: aqueles definidos nos termos do inciso I do art. 3º do Decreto Federal n. 6.040, de 2007;

V - Produção orgânica: aquela oriunda de sistema orgânico de produção definido nos termos do art. 1º da Lei Federal n. 10.831, de 2003;

VI - Sociobiodiversidade: é a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais e o uso e o manejo dos bens naturais vinculados ao conhecimento e à cultura dos agricultores, englobando produtos, saberes, hábitos e tradições de um determinado lugar ou território;

VII - desenvolvimento sustentável: modelo com múltiplas dimensões, voltadas ao fomento de capacidades e satisfação das necessidades humanas, pautado nos critérios de justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica, pressupondo-se a solidariedade com as gerações presentes e futuras e o planejamento e gestão local participativa, integrados aos diferentes níveis de gestão com o objetivo de tornar-se processo de expansão, universalização e apropriação efetiva dos direitos humanos fundamentais, visando harmonizar objetivos sociais e éticos com as restrições ecológicas e produtivas de cada região e com o uso e conservação da sociobiodiversidade e dos demais recursos ambientais;

VIII - transição agroecológica: processo gradual de mudança de prática e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos ambientais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei Federal n. 10.831, de 2003, e sua regulamentação;

IX - Agroextrativismo: combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento, e orientação para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais; e

X - Recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar

territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Capítulo III

Da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica

Art. 4º São diretrizes da PMAPO:

I - Incentivar o cultivo de hortas urbanas e não urbanas em espaços públicos, comunitárias e residenciais, a agricultura familiar e o associativismo comunitário;

II - Apoiar a comercialização de produtos derivados da agricultura de base agroecológica em diversos pontos do município, priorizando a venda direta do produtor de acordo com a legislação vigente;

III - promover o desenvolvimento de atividades pedagógicas, lúdicas e terapêuticas para a população geral;

IV - Incentivar o desenvolvimento de tecnologias sociais de base agroecológica;

V - Promover o direito humano à alimentação adequada e saudável de baixo custo, o acesso, à soberania e segurança alimentar e nutricional;

VI - Estimular a conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos modificados, respeitados os ciclos de renovação do meio ambiente, por meio de incentivo aos agricultores e extrativistas que realizem gestão e conservação dos bens naturais e desenvolvam e implementem sistemas de produção baseados em recursos ambientais renováveis, métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam o emprego de poluentes e a dependência de insumos externos;

VII - promover sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura, agroecologia, agroextrativismo, pesca artesanal e maricultura e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei Federal n. 11.326, de 2006;

VIII - valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade e estimular as experiências locais de uso e conservação de recursos genéticos vegetais e animais,

especialmente aqueles que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

IX - Estimular e ampliar a participação da juventude na produção orgânica e de base agroecológica;

X - Contribuir para a redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres;

XI - incentivar a pecuária de baixo impacto; e

XII - estimular e valorizar o protagonismo nos processos de construção e socialização de conhecimento e na gestão, na organização social e nas atividades produtivas da agroecologia, da produção orgânica e da transição agroecológica.

Art. 5º São objetivos específicos da PMAPO:

I - Ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais;

II - Criar e efetivar instrumentos regulatórios, fiscais, creditícios, de incentivo e de pagamento por serviços ambientais para proteção e valorização das práticas tradicionais de uso e conservação da agrobiodiversidade, solo e água, e manejo de resíduos a expansão da produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica;

III - Fomentar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia, produção orgânica e transição agroecológica;

IV - Fomentar a implantação de programa municipal de Assistência Técnica e Extensão Urbano/Rural (ATEUR), estatais e não estatais, com base na agroecologia;

V - Estimular a criação de sistema de informações sobre a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica;

VI - assegurar ao produtor(a) agroecológico os incentivos fiscais previstos na Lei Complementar n. 432, de 2012;

VII - incentivar as compras governamentais de gêneros alimentícios agroecológicos e orgânicos;

VIII - fomentar implantação de um programa municipal de produção e uso de plantas medicinais e fitoterápicos no âmbito dos serviços de saúde;

IX - Estimular a articulação entre os atores dos diferentes espaços de unidades de conservação e parques naturais para produção de base agroecológica;

X - Estimular o uso dos espaços públicos e privados em desuso adotando práticas agroecológicas, contribuindo para a organização e limpeza de espaços urbanos, prevenindo a proliferação de agentes patogênicos ou vetores de doenças; e

XI - destinação de áreas verdes condominiais para desenvolvimento de atividades agroecológicas, sem que haja perda da essência primordial das referidas áreas.

Art. 6º São instrumentos da PMAPO, entre outros:

I - Câmara Técnica Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, a ser criada por lei específica, podendo ser executada pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutrição Saudável de Florianópolis (CAISAN);

II - Conferência Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica;

III - o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMPO);

IV - Sistema Municipal de Informação, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO);

V - Feiras agroecológicas;

VI - Empórios e lojas de produtos agroecológicos e orgânicos; VII - medidas fiscais e tributárias; e

VIII - fomentar práticas ecológicas associadas nos espaços de agricultura ecológica.

Art. 7º O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMPO) conterà, no mínimo, os seguintes elementos referentes à política instituída por esta Lei:

I - Diagnóstico;

II - Estratégias e objetivos;

III - Programas, projetos e ações;

IV - Indicadores, metas e prazos; e

V - Monitoramento e avaliação.

Parágrafo único. A construção do PLAMPO deverá ser integrada, participativa e se utilizando dos instrumentos elencados no artigo anterior.

Art. 8º O Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMPO), no âmbito do Plano Plurianual de Ação (PPA):

I - Identificará estratégias, ações e metas a serem implementadas segundo cronograma definido;

II - Indicará as fontes orçamentárias e os recursos administrativos a serem alocados para a concretização dos objetivos desta Lei; e

III - criará condições efetivas de infraestrutura e recursos humanos que permitam a implantação e monitoramento das políticas definidas nesta Lei.

Capítulo IV Das Disposições Finais

Art. 9º A execução desta política deverá estar vinculada a um órgão do Poder Executivo, cujas competências contemplem a coordenação política, institucional e administrativa, com capacidade de integração das ações do Governo e dos órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta.

Art. 10. Esta política deverá ser executada de forma intersetorial, tanto na escala governamental quanto da participação da sociedade civil.

§1º A articulação entre os órgãos da administração direta e indireta do executivo municipal será organizada pelo Poder Executivo, vinculando todos os gestores com atividades afins, sendo compulsória a observância das premissas elencadas nesta PMAPO.

§2º O Poder Executivo municipal, o CONSEAS, a CAISAN ficarão responsáveis pela construção do PLAMPO, programas, ações e subações.

Art. 11. Poderão ser firmados convênios e acordos de cooperação técnica para fins de implementação desta Política:

I - Com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública; e

II - Com a União, estados, municípios, entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas de trabalho, com entidades nacionais e internacionais.

§1º As entidades privadas referidas neste artigo deverão comprovar experiência em projetos de políticas públicas desenvolvidos nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como conhecimentos técnico-científicos em processos de capacitação em ações de interesse desta Política.

§2º Os convênios poderão ser firmados com fins de apoio em infraestrutura, ações de assistência técnica, educação permanente, organização de processos de trabalho, produção e fornecimento de sementes, mudas e insumos.

§3º A PMAPO será implementada pelo município em regime de cooperação com outros municípios, união, estado e organizações da sociedade civil nacionais ou internacionais.

§4º As relações contratuais decorrentes das ações e programas da PMAPO deverão seguir a preferência estabelecida no Decreto Federal n. 8.538, de 2015.

Art. 12. Serão destinadas áreas públicas municipais para implantação de instrumentos desta Política, mediante critério do Poder Executivo e articulado com o estado e a União o uso de áreas públicas de sua propriedade, desde que consideradas apropriadas para a atividade da PMAPO, observando a legislação vigente.

Art. 13. O acompanhamento e a participação social da PMAPO dar-se-á por meio dos instrumentos listados no art. 6º desta Lei, além do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis (COMSEAS) conforme dispuser o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PLAMPO) e o regulamento do CONSEAS.

Art. 14. No que for omissa esta Lei, será considerado como subsídio o Decreto Federal n. 7.794, de 2012.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Florianópolis, em 6 de junho de 2018.

Vereador Guilherme Pereira de Paulo
Presidente

ANEXO D - PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

PORTARIA Nº 467, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Art. 2º O Plano é constituído por um conjunto de iniciativas que visam:

I - potencializar as ações de segurança alimentar e nutricional;

II - contribuir para a inclusão social de moradores urbanos, em especial das mulheres;

III - promover a utilização de tecnologias agroecológicas;

IV - promover a educação ambiental;

V - estimular o reaproveitamento e reciclagem de resíduos orgânicos;

VI - estimular o convívio social e as atividades culturais relacionados com a produção agrícola;

VII - assegurar a capacitação técnica e de gestão aos agricultores urbanos;

VIII - estimular hábitos saudáveis de alimentação;

IX - estimular hábitos sustentáveis; e

X - implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa dentre outras instituições e associações.

Art. 3º São metas iniciais do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana:

I - formalizar parcerias na perspectiva de promover a agricultura urbana, na forma de produção agrícola sustentável, comunitária e/ou doméstica, por meio da introdução de tecnologias de produção sustentáveis como catalizador da segurança alimentar, geração de renda e inclusão social;

II - fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para a gestão e o aperfeiçoamento das ações de agricultura urbana e periurbana;

III - promover a conscientização de possíveis financiadores para a agricultura urbana e periurbana; e

IV - sensibilizar as esferas estaduais e municipais para desenvolver políticas regionais e municipais de agricultura urbana e periurbana, principalmente nas escolas e associações comunitárias.

Art. 4º Para a execução do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, poderão ser firmados contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive consórcios públicos, e com entidades privadas, na forma da legislação pertinente.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Parágrafo único. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana poderá ser custeado por outras fontes de recursos destinadas por Estados, Distrito Federal e Municípios e por instituições privadas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ORAL E GRAVAÇÃO DE ÁUDIO

1 – Pelo presente instrumento, o autorizador abaixo qualificado e assinado, autoriza a **Júlia Teixeira Lahm Damato**, pessoa física residente na Servidão Sotero José de Farias, 350, Rio Tavares, Florianópolis –SC, CEP 88048-417, inscrito com CPF sob o número 01457542005, em caráter total, definitivo, irrevogável e irretirável, a utilizar as informações orais e/ou gravação de áudio captada em entrevista realizada na Câmara Municipal no dia 17 de agosto de 2018, no período da manhã, doravante denominada **pesquisadora**.

2 – Reconhece expressamente o autorizador que a **pesquisadora** poderá, a seu exclusivo critério, utilizar as informações orais e a gravação de áudio captada e ora autorizada, livremente, reproduzi-las, adaptá-las para fins de produção de obras individuais.

3 – O presente instrumento é firmado em caráter definitivo, universal, gratuito, irrevogável e irretirável obrigando-se as partes por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título, ficando eleito o foro da Comarca de **Taiá** para dirimir quaisquer dúvidas deste Termo.

Nome completo do autorizador: MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA

Identidade ou CPF: 02414944909

Telefone: 48 999266922

Local, data e ano: Flórida, 22 de outubro, 2018

Assinatura do autorizador: Marcos Jr. de O.

ANEXO F – GLOSSÁRIO AGRICULTURA URBANA

Agricultura natural: Surgiu no Japão, em 1935, com Mokiti Okada. Seu objetivo é manter os sistemas de produção iguais aos encontrados na natureza (ORMOND,2006).

Agricultura orgânica: Surgiu na Grã-Bretanha, com Albert Howard, nos anos 1930 e 1940. Parte do pressuposto que a fertilidade do solo é função direta da matéria orgânica nele contida. A ação de microrganismos presentes nos compostos biodegradáveis, existentes ou colocados no solo possibilitam o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados (ORMOND,2006).

Agricultura periurbana: Prática agrícola realizada em áreas do entorno de núcleos urbanos, geralmente com o plantio de pequenas hortas ou pomares e criação de pequenos animais tanto para consumo como para comercialização nos núcleos urbanos (ORMOND,2006).

Bombonas de resíduos orgânicos: Onde são acondicionados os resíduos orgânicos até que se acumulem para que a compostagem seja feita.

Compostagem: A compostagem pode ser definida como uma biooxidação aeróbia exotérmica de um substrato orgânico heterogêneo, no estado sólido, caracterizado pela produção de CO₂, água, liberação de substâncias minerais e formação de matéria orgânica estável. Na prática, isto significa que a partir de resíduos orgânicos com características desagradáveis (odor, aspecto, contaminação por microrganismos patogênicos...), o processo transforma estes resíduos em composto, que é um insumo agrícola, de odor agradável, fácil de manipular e livre de microrganismos patogênicos. Os componentes orgânicos biodegradáveis passam por etapas sucessivas de transformação sob a ação de diversos grupos de microrganismos, resultando num processo bioquímico altamente complexo (FERNANDES; SILVA, 1996). Atividade surgida na China há mais de 4000 anos, consiste na fermentação de uma mistura de restos orgânicos vegetais e animais e minerais, com finalidade de se obter um produto homogêneo, rico em húmos e microrganismos que quando incorporada ao solo melhora sua estrutura e fertilização (ORMOND,2006).

Composto: Em atividades agrícolas são substâncias fertilizantes, formadas pela mistura, fermentada ou não, de minerais e matéria orgânica; é uma das formas mais comuns de reciclagem de resíduos (ORMOND,2006).

Horticultura: Agricultura que se dedica ao cultivo de hortaliças, legumes, temperos e condimentos. Divide-se nos ramos da olericultura (hortaliças folhosas e legumes), floricultura (flores), fruticultura (frutas), silvicultura (árvores florestais) e paisagismo (plantas ornamentais) (ORMOND,2006).

Húmus: É a matéria orgânica depositada no solo resultante da decomposição de animais e plantas mortas e de seus subprodutos produzidas por minhocas. De fácil decomposição liberando os nutrientes para o solo e para as plantas de forma rápida. (ORMOND,2006).

Leiras de compostagem: (Também conhecido como Sistema Windrow) é a produção de composto ao empilhar matéria orgânica ou restos biodegradáveis, como esterco e restos culturais, em pilhas alongadas conhecidas como leiras. Na produção de composto em grande escala, este método é considerado uma das opções mais eficientes. Geralmente, as leiras são revolvidas/reviradas para manter as características físicas e químicas ótimas, como porosidade, teor de oxigênio, teor de umidade, distribuição de calor, etc. A aeração é feita pela difusão e convecção do ar na massa do composto. No momento em que é feito o revolvimento, o composto entra em contato com a atmosfera rica em O₂, o que permite suprir momentaneamente as necessidades de aeração do processo biológico (FERNANDES; SILVA, 1996).

Manejo: Procedimento que visa à intervenção em um ecossistema ou em uma população (ORMOND,2006).

Manejo ecológico: Manejo que assegura a conservação da diversidade biológica e o menor grau possível de alteração no ecossistema que sofreu ou sofrerá a intervenção (ORMOND,2006).

Maricultura: É o cultivo de organismos marinhos em seus habitats naturais, geralmente com objetivos comerciais, a grande maioria das operações envolvendo maricultura é focada para a criação de espécies marinhas visando o consumo humano, como camarões, ostras e mariscos (MACHADO, 2002).

Minhocultura: Criação de minhocas. Thomas Barret, considerado o "pai" da criação de minhocas em cativeiro, foi o primeiro a demonstrar a viabilidade de criá-las em larga escala, através de um sofisticado sistema de canteiros, na década de 40, nos EUA, daí ser esse país considerado a pátria da minhocultura. O comércio de minhocas vivas, como isca para a pesca esportiva, tem sido o grande responsável pelo desenvolvimento da minhocultura em muitos países (MARTINEZ, 2006).

Pancs: O termo para designar Plantas Alimentícias Não Convencionais. Fazem parte das Pancs plantas que não se consome como alimento por falta de costume ou de conhecimento. Para se ter uma ideia, a rúcula era considerada erva daninha. Exemplos de Pancs: folha de bananeira, os mangarás (corações ou umbigos), Begônia, Dente-de-leão, Vinagreira (Hibisco), Serralha e o Araçá do Campo (SOPLANTAR, 2018).

Permacultura: Surgiu na Austrália, em 1971, com Bill Mollison. É um modelo de agricultura integrada com o ambiente. Nos projetos de permacultura, são considerados os aspectos paisagísticos e energéticos. É permitido o uso de todos os produtos e tecnologias ecológicas que propiciem sustentabilidade. (SOPLANTAR, 2018).

Safra: Produção agrícola de um ano; resultado da colheita (ORMOND,2006).

Sistema Termofílico: No sistema termofílico bactérias processam a matéria orgânica aumentando sua temperatura a mais de 60°. Este sistema aceita maior variedade de resíduos orgânicos, como restos de carne e alimentos cozidos. As bactérias termofílicas ao elevar a temperatura eliminam eventuais patógenos (FLORESTA, 2019).

Sombrite: O *Sombrite* é uma tela resistente e durável utilizada para sombreamento das hortas e plantações. Tem como função principal a proteção das plantas contra o sol. Porém, as diversas opções em fios e porcentagem de filtragem, possibilitam seu uso em construção civil e estacionamentos. A classificação do sombrite é dada em porcentagem e se refere à quantidade de proteção da luz.